

INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES

**OS NOVOS DESAFIOS DE SEGURANÇA
DO NORTE DE ÁFRICA**

Francisco Xavier Ferreira de Sousa
Coronel Tirocinado de Cavalaria

Centro de Investigação de Segurança e Defesa
Outubro de 2014

Os **Cadernos do IESM** têm como principal objetivo divulgar os resultados da investigação desenvolvida no/sob a égide IESM, autonomamente ou em parcerias, que não tenha dimensão para ser publicada em livro. A sua publicação não tem uma periodicidade definida. Contudo, deverão ser publicados, pelo menos, seis números anualmente. Os temas devem estar em consonância com as linhas de investigação prioritárias do CISDI. Devem ser publicados em papel e eletronicamente no sítio do IESM. Consideram-se como objeto de publicação pelos Cadernos do IESM:

- Trabalhos de investigação dos investigadores do CISDI ou de outros investigadores nacionais ou estrangeiros que se enquadrem no âmbito das Ciências Militares, da Segurança e Defesa Nacional e Internacional;
- Trabalhos de investigação individual ou de grupo de reconhecida qualidade, efetuados pelos discentes, em particular pelos auditores do Curso de Promoção a Oficial General (CPOG) e pelos alunos do Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC), que tenham sido indicados para publicação;
- *Papers*, ensaios e artigos de reflexão produzidos pelos docentes;
- Comunicações de investigadores do CISDI efetuadas em eventos científicos (e.g., seminários, conferências, *workshops*, painéis, mesas redondas), de âmbito nacional ou internacional, em Portugal ou no estrangeiro.

N.^{os} Publicados:

- 1 - Comportamento Humano em Contexto Militar
Subsídio para um Referencial de Competências destinado ao Exercício da Liderança no Contexto das Forças Armadas Portuguesas: Utilização de um “Projeto STAfS” para a configuração do constructo
Coronel Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos
- 2 - Entre a República e a Grande Guerra:
Breves abordagens às instituições militares portuguesas
Coordenador: MAJ INF Carlos Afonso
- 3 - A Abertura da Rota do Ártico - (Northern Passage)
Implicações políticas, diplomáticas e comerciais
Coronel Eduardo Manuel Braga da Cruz Mendes Ferrão
- 4 - O Conflito da Síria: as Dinâmicas de Globalização, Diplomacia e Segurança
(Comunicações no Âmbito da Conferência Final do I Curso de Pós Graduação e, Globalização Diplomacia e Segurança)
Coordenadores: Tenente Coronel Rui Vieira
Professora Doutora Teresa Rodrigues



Diretor

Tenente-General Rui Manuel Xavier Fernandes Matias

Editor-chefe

Major-General Carlos Manuel Martins Branco

Coordenador Editorial

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos

Núcleo Editorial e Design Gráfico

Tenente-Coronel Manuel Joaquim Moreno Ratão

Tenente-Coronel Nuno Manuel Antunes Pires

Propriedade

Instituto de Estudos Superiores Militares

Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa

Tel.: 213 002 100

Fax.: 213 002 179

E-mail: cisdi@iesm.pt

www.iesm.pt/cisdi/publicacoes

Pré-Impressão e Distribuição

Fronteira do Caos Editores

Rua Diogo Cão, 1242 r/c Esq

4200-259 Porto

Tel.: 225 205 005

E-mail: fronteirado caos@netcabo.pt

www.frenteirado caoseditores.pt

ISBN

ISSN 2183-2129

Depósito Legal

Tiragem 100 exemplares

© Instituto de Estudos Superiores Militares, 2014

ÍNDICE DE ASSUNTOS

AGRADECIMENTOS	xi
RESUMO	1
ABSTRACT	2
INTRODUÇÃO	5
1. Uma breve conceptualização	10
a. Segurança, ameaças e desafios	10
b. Revoluções e convulsões	11
c. Democracia e autocracia	12
d. Transição democrática e liberalização	12
e. Democracia <i>versus</i> repressão política	13
f. Síntese conclusiva	14
2. Excursos pelas raízes da Primavera Árabe	14
a. Considerações gerais	14
b. Marrocos	18
c. Argélia	19
d. Líbia	20
e. Tunísia	22
f. Egito	23
g. Síntese conclusiva	26
3. Os novos desafios resultantes das Primaveras Árabes	26
a. Novos desafios potenciadores de ameaças	26
b. Novos desafios capazes de gerar oportunidades	33
c. Síntese conclusiva	34
4. Reflexos dos novos desafios do norte de África nos vizinhos próximos	35
a. No Sahel	35
b. Na margem norte do Mediterrâneo	38
c. Síntese conclusiva	42
5. Respostas aos desafios de segurança no norte de África	42
a. Medidas do âmbito do NA e Sahel	42
b. Medidas do âmbito da Europa	46
c. Síntese conclusiva	54
CONCLUSÕES	57
BIBLIOGRAFIA	61

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Percurso metodológico	8
Figura 2 – Problematização teórica	8
Figura 3 – Mapa de Rotas de Tráficos, de Ocorrências Terroristas e de Áreas de Influência	30
Figura 4 – Divisão da Líbia por regiões e tribos	31
Figura 5 – <i>Azawad</i> e o Território Tuaregue	35
Figura 6 – Espaço da <i>Al-Qaeda</i> do Magrebe Islâmico	37
Figura 7 – Importação de gás por parte da UE em 2011	39
Figura 8 – Sistema de infraestruturas de abastecimento do mercado de gás europeu	40
Figura 9 – <i>Al-Andalus</i>	41
Figura 10 – Comunidades económicas regionais africanas	46
Figura 11 – Membros e parceiros da NATO	50

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Objetivo geral e objetivos específicos	7
Tabela 2 – Questão central, questões derivadas e hipóteses	9
Tabela 3 – Índice de corrupção	15
Tabela 4 – Índice de desenvolvimento humano	16
Tabela 5 – Índices decrescentes dos Estados falhados	18
Tabela 6 – Desafios passíveis de promover ameaças	32
Tabela 7 – Estrutura societária dos países do norte de África	33
Tabela 8 – Principais origens das importações de energia por parte da UE	39
Tabela 9 – Programas indicativos nacionais delineados no âmbito da PEV	51

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 – Corpo de conceitos	83
Anexo 2 – Mapa de rotas de tráfico, de ocorrências terroristas e de áreas de influência com legenda em português	95
Anexo 3 – Constituição dos programas indicativos nacionais	96

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

AI	Amnistia Internacional
AQMI	<i>Al-Qaeda</i> -do-Magrebe-Islâmico
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEN-SAD	Comunidade dos Estados do <i>Sahel-Sahariano</i>
CRT	Conselho Revolucionário de Transição
DHA	Desenvolvimento Humano Alto
DHM	Desenvolvimento Humano Médio
DM	Diálogo do Mediterrâneo
FFAA	Forças Armadas
H	Hipóteses
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IM	Irmandade Muçulmana
LA	Liga Árabe
MENA	<i>Middle-East and North of Africa</i> (Região do Médio Oriente e do Norte de África)
MNLA	Movimento Nacional para a Libertação do <i>Azaouad</i>
NA	Norte de África
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i> (Organização do Tratado do Atlântico Norte)
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
ONG	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
PA	Primavera Árabe
PEV	Política Europeia de Vizinhança
PIN	Programas Indicativos Nacionais
PLJ	Partido da Liberdade e da Justiça
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
RASD	República Árabe <i>Saarai</i> Democrática
RCD	<i>Rassemblement Constitutionnel Démocratique</i> (Coligação Constitucional Democrática)
RNB	Rendimento Nacional Bruto
UA	União Africana
UE	União Europeia

UGTT	União Geral dos Trabalhadores Tunísinos
UMA	União do Magrebe Árabe
UNDP	<i>United Nations Development Programme</i> (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

AGRADECIMENTOS

Os meus sinceros agradecimentos ao Coronel Tirocinado de Artilharia Maurício Simão Tendeiro Raleiras pela sua camaradagem, conhecimento, disponibilidade e pelas úteis e oportunas orientações, conferidas desde o momento em que iniciei o Curso no Instituto de Estudos Superiores Militares, as quais muito contribuíram para uma maior clareza e realismo deste trabalho. Deixando, sempre, a liberdade às minhas opções, sem, contudo, se libertar de emitir as suas avalizadas opiniões, nem de incentivar ao aprofundar das investigações, conseguiu, sem que alguma vez fosse necessário firmar algum contrato nesse sentido, o meu comprometimento de consciência de tentar fazer bem, cada vez melhor. Espera-se, assim, que o resultado final esteja consonante com as suas expetativas.

Agradeço aos meus Camaradas Auditores do Curso de Promoção a Oficial General 2012/2013 que comigo partilharam este percurso, a sua camaradagem, cordialidade e apoio, conferidos em todos os momentos do Curso, na certeza de que o futuro se ergue todos os dias.

Formulo os meus sinceros agradecimentos ao Exmo. Prof. Doutor Adriano Moreira, Exmo. Prof. Doutor Andrés Malamud, Exmo. General Loureiro dos Santos e Exmo. General Valença Pinto, por mim entrevistados, e que gentilmente me dispensaram o seu precioso tempo, tendo contribuído com as suas diversificadas experiências, profundas reflexões e amplos conhecimentos, para o meu saber e para o enriquecimento desta investigação.

Uma palavra de reconhecimento a todos aqueles que ao longo da minha vida profissional me fizeram entender que a formação das futuras gerações é um desígnio e um imperativo de consciência que nos deve inquietar.

À minha família um agradecimento profundo, por estarem sempre presentes -a maior parte das vezes bem longe geograficamente -, pelo apoio permanente, pelo estímulo constante e pela reconfortante compreensão que sempre demonstraram ter.

A todos, um bem hajam!

OS NOVOS DESAFIOS DE SEGURANÇA DO NORTE DE ÁFRICA

Francisco Xavier Ferreira de Sousa
Coronel Tirocinado de Cavalaria
Investigador integrado do CISDI
fxsousa@gmail.com

Resumo

O norte de África tem sido o “prolongamento” da Europa, cada vez mais tendente a encontrar algumas das suas fronteiras no *Sahel*. Por outro lado, estando a “fronteira da pobreza”, na expressão do Prof. Adriano Moreira, a deslocar-se de África para o interior da Europa, aquela região pode-se tornar num palco de ocorrência de “choques”. A sua preponderância no domínio da geopolítica e das relações com os seus vizinhos é exponeciada por ali se debaterem aspetos de segurança, cruciais para a Europa e para o *Sahel*. Nele cruzam-se diferentes arcos de interesses, especialmente motivados pela essencialidade dos seus recursos petrolíferos e geográficos.

As recentes turbulências ali ocorridas, decorrentes das perceções de que o pretérito não se identifica com a atualidade, geraram esperanças, novas oportunidades, mas também novas ameaças, estas últimas transmutadas em “novos desafios”. Essa “novidade” ressalta, em alguns casos, da inovação que desses “novos desafios” emana, mas, na maior parte, resulta da surpresa na sua ocorrência. Alguns destes “novos desafios”, em boa verdade, já existiam no passado. A “novidade” encontra-se no facto de, estando esses desafios há tempos adormecidos, ressurgiram, mais recentemente, na memória dos povos, como sejam as reivindicações sobre a redefinição de fronteiras, o ressurgimento de desideratos pátrios e a emergência de ideologias radicais e fundamentalistas, até aí amordaçadas pela mão dos então líderes, agora apontados como tiranos. Esses desafios são potenciados pelo crime organizado e o extremismo, transportados no “banco de trás” de uma migração à procura do oásis num lugar que pode ser de desilusão; pela proliferação do armamento ligeiro, que se pode transformar na “arma atómica” dos tempos modernos e por um terrorismo manipulador de todos estes vetores para obter a epifania pelo terror. Tudo caldeado com violações dos direitos humanos, espaços nacionais em mãos não estatais, santuários de guerrilhas e tráficos de armas, seres humanos e mercadorias.

Dessa região sopram ventos que afetam a outra margem do Mediterrâneo. Mas também afetam o sul. Neste contexto, reveste-se de crucial importância o estudo do tema ora tratado: "Os novos desafios de segurança do norte de África".

Estando o problema a investigar centrado nos vetores "novos desafios", "segurança" e "norte de África", nesta investigação fomos procurar, no fator recente desses novos desafios -a Primavera Árabe-, as razões dos diferentes efeitos nos países onde ocorreu e qual o seu contributo para aqueles desafios. Após isso, analisámos os desafios emergentes do norte de África e qual o seu impacto nos vizinhos do sul e do norte de África. De seguida, estudámos qual poderá ser a conduta do norte de África, do *Sahel* e da Europa para minimizar as ameaças emanadas daqueles desafios.

A nossa investigação culminou na determinação de algumas hipotéticas medidas a ser desenvolvidas pela Europa, o norte de África e o *Sahel*, para enfrentarem aqueles novos desafios de segurança. Essas medidas devem incidir nos domínios em que aqueles desafios têm emergido, ou seja: no social, político, económico, segurança e de defesa. Elas devem desenvolver-se no quadro institucional, sob pena de, não sendo assim, o fantasma das "cruzadas" ser arvorado, podendo surgir outras "marchas verdes", mobilizadoras de multidões, em convulsões contra o "ocidente profano", resultado esse contrário ao pretendido pela Europa.

Palavras-chave: Mediterrâneo, norte de África, Primavera Árabe, Magrebe, *Sahel*.

Abstract

North Africa has been the "extension" of Europe, gradually more interested in finding some of its borders in the Sahel. Additionally, as the "boundary of poverty", as stated by Prof. Adriano Moreira, is moving from Africa to the centre of Europe, that region can become a place of clashes. Its preponderance is more important because we can set in that region security aspects that are crucial for Europe and for the Sahel region. This region is crossed by different arcs of interests, particularly due to its oil resources and geography.

The recent turbulence there occurred, due to the perception that the past does not resemble the present, created hopes, new opportunities and also new threats. The last one embodied on "new challenges". This newness derives, in some cases, from the innovation that emanates from them, but for the most part, it results from the surprise in their occurrence. A few of these being long dormant resurfaced in the memory of people, such as claims about

the redefinition of borders, the resurgence of patriotic desiderata and the emergence of extremist and radical ideologies, usually muzzled by the hand of the leaders, now identified as tyrants. These challenges are enhanced by organized crime and extremism carried on the "back seat" of migration looking for an oasis in a place that can be a disappointment; by proliferation of light weapons, which can be transformed in a "atomic weapon" of modern times and by terrorism that manipulates all of these vectors as to achieve epiphany by terror. All together with violations of human rights, domestic spaces in non-state hands, guerrilla sanctuaries and weapons, goods and human trafficking.

From this region winds blow that affect the other side of the Mediterranean. But they also affect the South. In this context, the subject under study is of crucial importance: "The new security challenges in North Africa."

Since the investigation problem is centred on vectors "new challenges", "security" and "North Africa", this research centers its scope on the recent instigator of new challenges, the Arab Spring, the reasons of its different effects in countries where it occurred and what their contribution to those challenges was. After that, we looked at the emerging challenges in North Africa and their impact on their northern and southern neighbours. Next, we studied what can be North Africa, the Sahel and Europe's behaviour to minimize the threats emanating from those challenges.

Our research culminated in the determination of some hypothetical measures to be developed by Europe, northern Africa and the Sahel to face those new security challenges. These measures should focus on areas where those challenges have emerged, namely: the social, political, economic, security and defence. If they do not develop in institutional framework, the ghost of "crusades" can be raised, and there may be another "green march", mobilizing convulsing crowds against the "profane West", opposing the result the desired by Europe.

Keywords: *Mediterranean, North Africa, Arab Spring, Maghreb, Sahel.*

INTRODUÇÃO

O norte de África (NA) tem atraído, ao longo dos tempos, em especial dos mais recentes, as atenções da humanidade. Ele partilha com a Europa um espaço comum que, podendo parecer uma fronteira de separação, é antes uma ponte entre duas margens: o Mediterrâneo. Através dele têm-se estabelecido laços de união entre dois mundos que, podendo olhar-se com desconfiança, estão “condenados” a sentir influências de realidades emanadas de cada um deles. Algumas dessas influências induzem sentimentos de insegurança no ocidente e, conseqüentemente, preocupações pelo surgimento e desenvolvimento das realidades que lhe deram origem. Muitas das realidades hoje vividas no NA tiveram a sua gestação nos acontecimentos ali ocorridos no início de 2011, enquadrados na problemática da «Primavera Árabe» (PA), geradora de dinâmicas que alteraram o contexto estratégico e provocaram efeitos na segurança regional. Essa problemática tem, assim, feito surgido novos desafios, acordando outros adormecidos e potenciando alguns que se encontravam latentes ou, até, já se faziam sentir. Segundo Ammour, os levantamentos sociais e políticos, ocorridos no NA, num contexto económico desastrado, agudizaram e amplificaram ameaças preexistentes, dificultando as transições e complexificando as estabilizações nacionais e regionais, o que, face à articulação das crises internas com as questões estratégicas, faz extravasar a insegurança para norte (2012, p.1).

Os acontecimentos de 2011 transformaram-se em convulsões, provocando mudanças que, segundo Santoro, podem fazer surgir, na turbulência regional, novos regimes mais críticos do ocidente (2011, p.123). Além disso, não é lícito pensar que tais mudanças poderão satisfazer os desideratos de quem esteve envolvido naquelas convulsões. Khanfar defende, mesmo, que o insucesso da PA trará a desilusão, e a raiva não poupará o ocidente (2012, p.28). Essas poderão bem ser, entre outras conseqüências, aquelas que terão o cunho mais marcante, imprimido por uma evolução não esperada pela sociedade daquela região. Para Nuno Rogeiro, as Revoluções Árabes provocaram conseqüências geopolíticas e geoestratégicas, afetadoras dos Estados da região e das suas relações, e problemas com conseqüências externas, nomeadamente na União Europeia (UE) (2011, pp.227-298). Assim, das convulsões no NA ressaltam desafios que exigem medidas debeladoras, capazes de conferir tranquilidade e induzir estabilidade à região.

Nalguns países do NA, as PA foram procrastinadas. Noutros, provocaram a queda de ditaduras corruptas. Em qualquer um deles, elas recentram a importância da dimensão social nas realidades do NA e nos contextos estratégicos. Protagonizadas por jovens sem esperança, vivendo realidades incompatíveis com valores do pretérito e sistemas político-sociais cristalizados, as PA interferiram na segurança do NA e dos seus vizinhos próximos.

Alguns dos desafios delas advindos geraram dúvidas e insegurança, potenciando ameaças, esbatendo delimitações entre o legal e a ilegalidade, fazendo emergir conflitos olvidados, espevitando fações oportunistas, algumas das quais assumindo o papel do Estado e o poder estatal. Estas fações têm reforçado as suas capacidades na cumplicidade das ideologias, no terrorismo hediondo, no penumbroso mundo do crime, na incerteza e na inquietude do medo. Tais desafios exigem planos de ação facilitadores da transição pacífica para uma democracia.

As PA, provocando no NA a rutura histórica e estratégica com uma estabilidade autoritária (Ammour, 2012, p.2), produziram “*novos desafios*”, interessando-nos particularmente os incidentes na segurança. A palavra “*novos*” deve ser interpretada no sentido do momento de ocorrência, pois as PA “[...] *amplificaram e agudizaram ameaças transnacionais preexistentes [...]*” (Idem, p.1), algumas incorporando *desafios*.

O tema investigado já explicita a área geográfica de estudo – o “*norte de África*”, da qual provêm os “*desafios*”, nela se sentindo os seus impactos no ambiente estratégico. Esses “*desafios*” influenciam a conjuntura estratégica do NA e as relações deste com os seus vizinhos. Assim, o nosso objeto de estudo está enquadrado pelo âmbito do problema- os *novos desafios* da *segurança* resultantes das PA- e pelos seus limites – o NA e seus vizinhos próximos. O objeto de investigação do trabalho aqui desenvolvido insere-se na área científica das ciências sociais, no domínio das relações internacionais, abrangendo áreas da estratégia e da geopolítica.

Sendo as PA o catalisador do novo cenário estratégico, a nossa investigação incidirá, essencialmente, nos países do NA onde ocorreram- Líbia, Tunísia e Egito-, abordando-se, sucintamente, aqueles onde elas afloraram- Marrocos e Argélia. Excluímos desta análise a Mauritânia, por ser partilhada pelo *Sahel*.

Os países do NA sujeitos às PA, encontrando-se a norte do *Sahel*, foram colónias e resistiram ao colonizador; professam o islamismo; patenteiam elevados índices de corrupção e grandes fossos entre estratos sociais; possuíam regimes de autoafirmação escorados no poder militar (exceto a Tunísia); tornaram-se vulneráveis pelas opções assumidas; e diferenciam-se pelas suas especificidades. A nova conjuntura estratégica no NA, moldada

pelos *novos desafios* induzidos pelas convulsões sociais que ocorreram em 2011, poderá influenciar os países do *Sahel* e da margem norte do Mediterrâneo, isto é, os “vizinhos próximos do NA”, a quem cumpre estar atento ao que ali ocorre.

Encontramo-nos, agora, em condições de definir o propósito da investigação, fixando-se o Objetivo Geral (OG) e os Objetivos Específicos (OE), que constam da tabela nº 1:

Tabela 1 - Objetivo Geral e Objetivos Específicos

OBJETIVO GERAL	
Identificar as medidas a desenvolver pelos países do norte de África e seus vizinhos próximos, para enfrentar os novos desafios de segurança que ressaltam da nova conjuntura estratégica, após 2011;	
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
OE1:	Identificar os efeitos produzidos pela Primavera Árabe nos países do norte de África;
OE2:	Identificar os novos desafios regionais para a segurança;
OE3:	Analisar quais os impactos dos novos desafios de segurança do norte de África, nos seus vizinhos próximos;
OE4:	Analisar as formas como se pode fazer face aos novos desafios de segurança que acontecem no norte de África e têm repercussão nos seus vizinhos próximos.

Fonte: Autor.

A consecução destes objetivos permitirá elencar um conjunto de medidas, capazes de integrar eventuais planos de ação debeladores dos desafios emergentes.

Este trabalho obedece à metodologia de abordagem científica e ao constante na NEP/ACA-018 e NEP/ACA-010, aprovadas pelo IESM. Esta investigação estará próxima da *empírica aplicada*, utilizando a *abordagem hipotética-dedutiva*, conforme consta na figura nº 1.

Na fase I, definiu-se o modelo de análise e clarificou-se a conceptualização. Na fase II, recolheram-se os dados necessários às respostas às Questões Derivadas (QD). Na última fase interpretaram-se aqueles dados, avaliaram-se as hipóteses (H) e respondeu-se à Questão Central (QC).

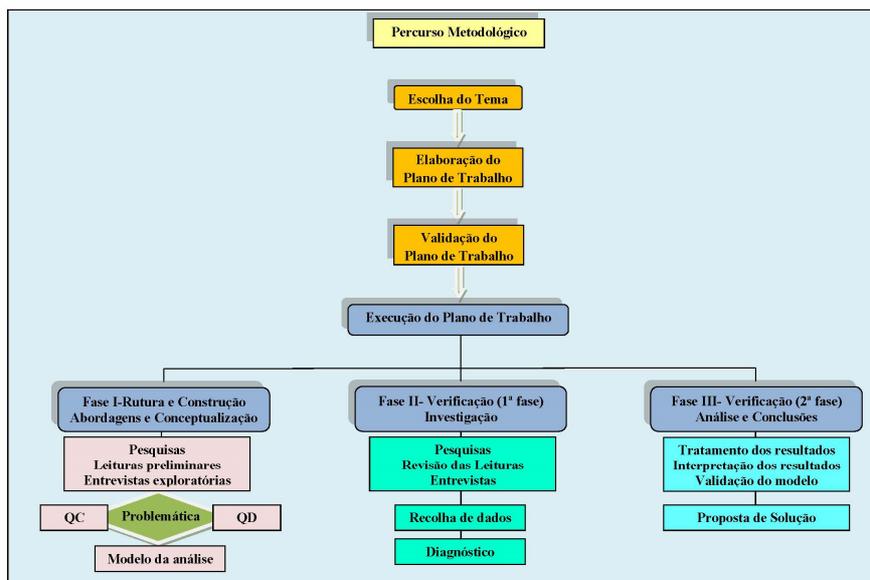


Figura 1 – Percurso Metodológico

Fonte: Autor.

Na figura nº 2 encontra-se esquematizada a problematização teórica adotada na presente investigação.

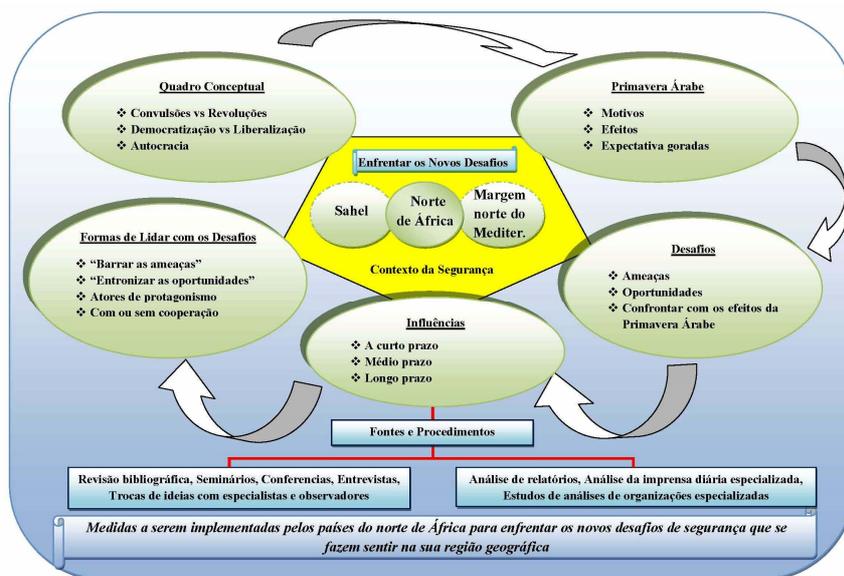


Figura 2 – Problematização Teórica

Fonte: Autor.

Tendo em consideração o objeto de investigação, a delimitação do tema e os objetivos de estudo, formulamos a QC, as QD e as H constantes na tabela nº 2:

Tabela 2 - Questão central, questões derivadas e hipóteses

QC	<i>“Quais as medidas a serem desenvolvidas pelos países do norte de África e os seus vizinhos próximos, para enfrentar os novos desafios de segurança decorrentes da Primavera Árabe e que se fazem sentir nessa região geográfica?”</i>
QD1:	Quais os efeitos produzidos pela Primavera Árabe em cada país do norte de África onde teve lugar?
H1	A Primavera Árabe não promoveu mudança efetiva em alguns dos países da região.
H2	A Primavera Árabe não promoveu a democratização dos Estados onde teve lugar, tendo isso influência nos desafios à segurança regional.
QD2:	Quais os novos desafios promovidos pela Primavera Árabe no norte de África?
H3	Nem todos os novos desafios de segurança que emergem da efetivação da Primavera Árabe no norte de África têm igual importância para os países onde tiveram lugar.
H4	Os novos desafios de segurança resultantes dos acontecimentos no norte de África inserem-se, essencialmente, no domínio social, político, segurança e de defesa do Estado.
QD3:	Quais os impactos que poderão ter os novos desafios de segurança do norte de África, nos seus vizinhos próximos?
H5	Os novos desafios de segurança do norte de África, capazes de potenciar ameaças podem fazer alastrar a insegurança à região do Sahel e erodir as relações que, atualmente, nos diversos quadros, existem entre as duas margens do Mediterrâneo.
QD4:	Como podem os países do norte de África e os seus vizinhos próximos, minimizar os novos desafios potenciadores de ameaças e com repercussões na região em análise?
H6	As medidas destinadas a enfrentar os novos desafios de segurança regional passíveis de induzir ameaças, enquadram-se, essencialmente, no domínio social, económico, político e de defesa do Estado.
H7	As relações de cooperação dos países do norte de África com os seus vizinhos próximos, são essenciais para poder gerir os novos desafios colocados.

Fonte: Autor.

Considerando os conceitos sistémicos e o modelo de análise definido, através do percurso metodológico, procederemos, na Secção identificada como “Conclusões”, à resposta da QC, culminando a nossa investigação com a formulação de algumas propostas. Neste percurso, recolhemos dados em bibliografia de referência, em outros documentos, em conferências, em entrevistas e nos *media*.

Além desta Introdução e das Conclusões, este trabalho tem cinco Secções. Na primeira, sistematiza-se, de forma sucinta, o enquadramento teórico necessário à investigação. Na segunda, analisam-se os efeitos das PA nos

países do NA. Na terceira, estudam-se os desafios regionais promovidos pelas PA. Na quarta, analisamos os seus impactos nos vizinhos próximos do NA. Na quinta, estudamos as medidas para enfrentar aqueles desafios.

1. Uma breve conceptualização

Neste capítulo pretende-se definir os conceitos essenciais ao desenvolvimento da nossa investigação.

a. Segurança, ameaças e desafios

Segundo Couto, *segurança* “[...] exprime a efectiva carência de perigo, quando não existem [...] as causas dele [...] é um estado instável, dependente não só de decisões próprias, mas também das decisões dos outros ou da confluência de circunstâncias variáveis [...]” (1988, p.38). Já, *seguridade* “[...] exprime a tranquilidade de espírito, nascida da confiança que se tem [...] de que não há perigo [...]” (Ibidem). Segundo Bispo, *segurança* “[...] é simultaneamente um estado e um processo. Um estado, de natureza psicológica e também objectiva, que se traduz em confiança, em capacidade de afirmação, em garantia de protecção e que proporciona um sentimento de não ser interferido, de descanso e tranquilidade” (1999, p.48). Este conceito congrega os dois primeiros, servindo melhor à nossa investigação os teorizados por Couto.

Importa perceber a que “segurança” se refere o tema. Ao aludir-se ao “norte de África” induz-se uma *identidade*. Estando, no tema, a partícula “do norte de África”, enfatiza-se os desafios dali emanados, afetadores da sua segurança e dos seus vizinhos. Ou seja, que afetam a “segurança interna”. Assim, assumimos que a *segurança* expressa no tema: “[...] diz respeito aos antagonismos ou pressões, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestam ou possam manifestar-se no âmbito interno [...]” (Viana, 2003, p.163).

Quanto ao conceito de “ameaça”, adotaremos para esta nossa investigação, a definição de “ameaça à segurança internacional” da Organização das Nações Unidas (ONU): “[...] Qualquer evento ou processo que conduza à morte em larga escala ou à diminuição das oportunidades de vida e prejudique os Estados enquanto unidades básicas do sistema internacional é uma ameaça à segurança internacional [...]” (2004, p.23).

Na abordagem social construtivista, “desafios”, tal como “ameaças, vulnerabilidades e riscos”, são fatores objetivos da segurança. Assim, “[...] o termo “desafio”, tem sido frequentemente usado nos assuntos de segurança e globais, mas é difícil defini-lo, e em muitos casos é usado como sinónimo de “ameaça [...]” (Brauch, 2011, p.66). As “[...] conceções sobre ambientes de segurança têm alterado tão dramaticamente [...]” por força “[...] do incremento do nível de globalização [...]” (Dodds e Schnabel, 2001 cit. por Brauch,

2005, p.30), que exigem redefinições daqueles conceitos, dificultando as suas definições. Segundo Barry Buzan “[...] a diferença entre desafios normais e ameaças à segurança nacional, ocorre no espectro das ameaças, que variam das triviais e rotineiras, passando por sérias mas de rotina até drásticas e sem precedentes.” (1991, p.115). “Desafio”, etimologicamente, advém do termo latino “des-fidere”. A partícula latina “des”, significa “inversão de uma ação”. “Fidere” significa “fiar”, que vem de “fides”, que significa “confiança”. Assim, etimologicamente “des-fidere” significa “perder a confiança” (Helena, s.d.). Da palavra *perda* ressalta um certo “negativismo”, na esteira do aludido por Buzan, desta feita sobre o “espectro das ameaças”, mesmo “triviais e rotineiras”. A *perda de confiança* pressupõe um catalisador -um *designio* ou *realidade*-, que contextua o *desafio*. Psicologicamente, o *desafiado*, não querendo perder a *confiança*, perante o *desafio*, sente-se *provocado a reagir*. Tais reações, tendo em conta aquele *designio* ou *realidade*, enquadram-se nos planos de ação possíveis, ou seja: no *político, psicológico, económico, social e militar*. Assim, o *desafio* torna-se uma *oportunidade*, caso o *desafiado* resolva *reagir*, readquirindo a *confiança*, ou transforma-se numa *ameaça*, de qualquer grau, caso opte pela *inação* ou desenvolva uma *reação* ineficaz. Assim, assumimos a seguinte definição deduzida, de *desafios*: são propósitos ou realidades com que atores, estatais ou não estatais, se confrontam, em continuidade, exigindo-lhes linhas de ação, lógicas e estruturadas, enquadráveis nos planos político, psicológico, económico, social e militar, para lhes fazer frente ou explorá-las, podendo constituir-se como ameaças, riscos ou oportunidades.

b. Revoluções e convulsões

Há quem classifique as PA, como “*revoluções*”, importando esclarecer este conceito. Segundo Bonavides, *revolução* é um fenómeno que opera mudanças profundas na sociedade, alterando o sistema de classes sociais (cit. por Delgado, 2008). Vieira explicita que *revoluções* são processos de mudança violenta e abrupta, perpetrados por forças sociais sobre a articulação entre as sociedades civil e política, visando o poder por meios extralegais, sendo legitimadas pela aceitabilidade da rutura com o poder anterior (Ibidem). Para Menzer, a *revolução* “[...] é o reajustamento de condições sociais básicas, de forma súbita e por vezes violenta.” (cit. por Neto, 2009, p.1). Kelsen, afirma que “[...] uma *revolução* ocorre quando a ordem legal de uma comunidade é anulada e substituída por uma nova ordem por meios ilegítimos [...] não previstos pela ordem jurídica anterior.” (Ibidem). Para Sousa, a *revolução* projeta um novo futuro, rejeitando e desvalorizando o passado, prometendo-se novas relações de poder e ganhando, socialmente, o

sentido de transformação (2008, pp.180-181). Estas conceptualizações, enfatizam a mudança profunda, podendo ser violenta e súbita.

Já por “*convulsões sociais*” entende-se os “[...] climas de agitação política e social, podendo, caso se perca o controlo do processo, causar graves desastres humanos de natureza social e contribuir para reduzir a estabilidade das instituições democráticas.” (Defesa Civil do Brasil, 2009, p.103).

c. Democracia e autocracia

Segundo Chomsky a “*democracia*” exige que o povo participe na condução dos seus assuntos e os *media* sejam abertos e livres (cit. por Sena, 2007, p.299). Para Sousa, *democracia* é o “[...] regime político em que o poder se encontra limitado, em que a alternância no governo está eleitoralmente assegurada, em que os governados mantêm todos os seus direitos cívicos perante os governantes e em que a liberdade e competitividade políticas estão presentes.” (2008, p.61). Assim, *democracia* caracteriza-se pela: limitação do poder do Estado; alternância no poder; participação dos cidadãos; e garantia dos direitos dos povos.

Nos séculos XVII e XVIII surgiu o conceito de *constitucionalismo liberal*, defendendo a limitação dos poderes do Estado democrático, pela inalienação dos direitos do cidadão e do Estado de Direito. Já os regimes *democráticos iliberais* não obedeciam a tal, legitimando a sua hegemonia pela participação popular (Joffé, 2011b, p.91).

Segundo Sousa, na *autocracia*, não há liberdade e o poder é exercido por um detentor, que toma decisões políticas, executando-as sem reconhecer limitações ou se sentir responsável. Pode ser “*autoritária*” e “*totalitária*”. A *autoritária* permite a atividade privada e a independência da Igreja. Na *totalitária* não há iniciativa fora do Estado e a prática religiosa geralmente é proibida (Sousa, 2008, pp.21-22 e 210). As *autocracias liberalizadas* “[...] caracterizam-se pela tolerância em relação à dissonância política e por serem não hegemónicas em termos de ideologias dominantes [...] as suas elites governantes conseguem [...] dominar as ideias concorrentes de modo a assegurar a continuidade do seu controlo [...] que eles não querem perder através de um processo de liberalização genuína.” (Brumberg, 2002, cit. por Joffé, 2011b, p.61).

d. Transição democrática e liberalização

A *transição democrática* é um processo “[...] conducente à emergência de um regime democrático [...]” (Alcáριο, 2009, p.2). É a evolução de um regime não democrático para democrático. Segundo Linz e Stepan, “[...] uma transição democrática está completa quando tiver sido alcançado um acordo [...] acerca de procedimentos políticos para produzir um governo

eleito, quando o governo que alcança o poder é o resultado direto do voto livre e popular, quando este governo tem [...] a autoridade para gerar novas políticas e quando os poderes executivo, legislativo e judiciais [...] não têm de partilhar o poder com outras instituições de jure." (Linz et al., 1996, p.3). *Liberalização, "[...] num plano não democrático, pode implicar uma mistura de mudanças sociais e de políticas, tal como menos censura da imprensa [...] mais espaço para a organização de atividades autónomas de grupos de trabalho, a introdução de algumas garantias legais para os indivíduos tal como habeas corpus, a libertação de prisioneiros políticos, o regresso de exilados, talvez medidas para melhorar a distribuição de recursos e o mais importante, o tolerar da oposição [...]"* (Ibidem). *Democratização implica liberalização. Democratização admite a contestação aberta, o direito de controlar o governo e eleições competitivas e livres que determinem quem governa* (Ibidem). *A liberalização, no NA, pode não garantir a democracia, podendo obstá-la, pois a "[...] natureza das ideologias e o poder do Estado, por si só, não podem auxiliar os reformadores e as forças de oposição a sair do caminho circular da autocracia liberalizada."* (Brumberg, 2005, pp.9 e 13). Segundo Albrecht e Schlumberger, *a democratização conduz à democracia e a liberalização política pode não o fazer* (2004, cit. por Alcário, 2009, p.5). Para Alcário, *"[...] num processo de democratização, há elementos de liberalização política, o que não significa [...] que a liberalização política seja uma fase da democratização [...]"* (Alcário, 2009, p.6). *A liberalização não é condição suficiente, mas sim essencial, para a democratização.*

e. Democracia versus repressão política

Existem relações complexas entre *democracia* e *repressão* política, dependendo esta, segundo Gartner e Regan, do nível da ameaça pendente num regime (1996, cit. por Regan et al., 2001, p.2). Segundo os mesmos, as ameaças aumentam em regimes incapazes de satisfazerem as necessidades dos cidadãos e nos regimes semidemocráticos (ou em democratização), onde das manifestações viabilizadas surgem exigências do povo, insatisfeito face à inaptidão dos mecanismos estatais, podendo surgir a repressão política. Nas autocracias, que reprimem as exigências antes das manifestações, ou nas democracias, que procuram satisfazê-las, as ameaças provenientes da insatisfação das exigências de um povo diminuem (Idem, pp.21-23). Contudo, *"[...] as tensões e a contestação acumuladas que não se resolverem- e que [...] foram artificialmente reprimidas na tentativa de assegurar a estabilidade- entram em erupção de formas imprevisíveis."* (Joffé, 2011b, p.86). A promoção da democracia, pelo desenvolvimento e resolução das causas das ameaças, reduz a repressão.

f. Síntese conclusiva

Neste capítulo estabeleceu-se a conceptualização para os conceitos mais importantes no âmbito desta investigação e que são os seguintes:

- *Segurança* - sendo um estado instável, significa carência de perigo;
- *Seguridade* - sendo um estado de espírito, fundamenta-se na confiança na isenção de perigo;
- *Segurança interna* – objetiva-se em antagonismos ou pressões, centrados no interior do País ou região;
- *Desafios* - são realidades traduzidas em ameaças e oportunidades;
- *Revolução* - à qual está subjacente a violência, capaz de, abruptamente, provocar, profundamente, a mudança política e/ou social, projetando-se no futuro e procurando esquecer o passado;
- *Convulsões* - são agitações sociais, provocadas por falta de políticas de desenvolvimento. Enfatizam manifestações de sentimentos e não a mudança;
- *Democracia* - exige liberdade da sociedade; limitação do poder do Estado; rotatividade de governos; ser sufragada pelos cidadãos; participação destes nas decisões estatais; e garantia dos direitos cívicos;
- *A autocracia* - vive para o poder sem controlo e responsabilização do autocrata, coartando os direitos dos cidadãos e sendo intransigente com os seus deveres;
- *Autocracia liberalizada* - utiliza a abertura política controlada para dominar a oposição;
- *Transição democrática* – é um processo de evolução percorrido por um regime não democrático em direção à democracia;
- *Liberalização* - significa maiores amplitudes de liberdade, sem se poder confundir com *democratização*. É condição essencial para a *democratização*;

Concluimos, assim, que os regimes de *transição democrática*, onde há *liberalização*, são mais vulneráveis do que as *democracias* e *autocracias totalitárias*, às ameaças resultantes das exigências do povo, aumentando a probabilidade da repressão política.

2. Excursos pelas raízes da Primavera Árabe

a. Considerações gerais

Mohamed Bouazizi, ao imolar-se, em 17/12/2010, na Tunísia, “incendiou” o NA. Analisemos as razões para tal.

No NA, a mudança “[...] era inevitável, mas ninguém sabia quando é que ela teria lugar [...]”, (Joffé, 2011b, p.85). Fuller vaticinava, antes das PA, que a violência no mundo árabe poderia acontecer devido a movimentos contestando ditadores (cit. por Rogeiro, 2011, p.20). Para Clark, diretora do *United Nations Development Programme* (UNDP), as PA surgiram pela “[...] combinação da exclusão econômica e política com a injustiça [...]” (2011). Estas teses complementam-se, prevendo, a última, o momento da ocorrência. Este surgiu quando se atingiu o limite de resistência àquela combinação.

Em 2010, a UNDP enfatizava o índice de pobreza e de desigualdade de gênero do Egito (2010a, p.15) e considerava que a Tunísia, “[...] apesar do seu sistema multipartidário teórico, não conheceu [...] uma transmissão política do poder.” (2010b, pp.66 e 72). Segundo a Amnistia Internacional (AI), já então existia a “[...] sensação palpável de que a velha e desacreditada ordem estava prestes a passar à história [...]” (2012a, p.49).

A tabela nº 3 patenteia os elevados índices de corrupção dos países do NA e que perduraram depois das PA.

Tabela 3 – Índice de corrupção

	2010 (178 Países)			2011 (183 Países)			2012 (176 Países)			2013 (177 Países)		
	Índice	Lugar	Cor									
Marrocos	3,4	85	■	3,4	80	■	3,7	88	■	3,7	91	■
Argélia	2,9	105	■	2,9	112	■	3,4	105	■	3,6	94	■
Libia	2,2	146	■	2,0	168	■	2,1	160	■	1,5	172	■
Tunísia	4,3	59	■	3,8	73	■	4,1	75	■	4,1	77	■
Egito	3,1	98	■	2,9	112	■	3,2	118	■	3,2	114	■

Fonte dos dados: Transparency-International, 2014.

A corrupção, a ineficiente inclusão social e política, os atentados aos direitos humanos, o desemprego, a ilegitimidade política, as dialéticas ultrapassadas, o divórcio entre a periferia marginalizada e a elite política, levaram uma juventude, capacitada mas sem futuro, a manifestar-se, usando as novas tecnologias *media* na mobilização. “[...] Rompendo com as lógicas anteriores [...] essas revoluções marcam o surgimento duma nova ordem [...]” (Ammour, 2012, p.1). Os EUA, ao procurar promover as democracias no Médio-orient, ensinando jovens a utilizar aquelas tecnologias, influenciaram as PA, nomeadamente no NA. A ativista Fathy, referindo-se ao apoio do governo dos EUA a essa iniciativa, disse que: “[...] o mesmo governo também treinou o serviço de segurança do Estado [...] responsável pelo assédio e prisão de muitos de nós.” (cit. por Nixon, 2011).

Nesses países, o desenvolvimento indexado, ilustrado na tabela nº 4, não traduz a distribuição iníqua da riqueza, pois o modelo matemático utilizado dá importância à educação futura. Por exemplo, a Líbia perspetivava em 2011 que os seus jovens tivessem, futuramente, 16,6 anos de escolaridade, sendo o segundo país do grupo “desenvolvimento elevado” com maior expectativa nesse índice. Porém, os rendimentos provenientes dos seus hidrocarbonetos estavam nuclearizados em determinados setores societários.

Tabela 4 – Índice de desenvolvimento humano

	2010 (169 Países)					2011 (187 Países)					2012 (187 Países)				
	Índice	Lugar	RNB	IDH não-Rendimento	Classificação	Índice	Lugar	RNB	IDH não-Rendimento	Classificação	Índice	Lugar	RNB	IDH não-Rendimento	Classificação
Marrocos	0,567	114	4.628	0,594	DHM	0,582	130	4.196	0,606	DHM	0,591	130	4.384	0,608	DHM
Argélia	0,677	84	8.320	0,716	DHA	0,698	96	7.658	0,739	DHM	0,713	93	7.418	0,755	DHA
Líbia	0,755	53	17.068	0,775	DHA	0,760	64	12.637	0,795	DHA	0,769	64	13.765	0,791	DHA
Tunísia	0,683	81	7.979	0,729	DHA	0,698	94	7.281	0,745	DHA	0,712	94	8.103	0,746	DHA
Egito	0,620	101	5.889	0,657	DHM	0,644	113	5.269	0,686	DHM	0,662	112	5.401	0,702	DHM

Legenda: DHM – Desenvolvimento Humano Medio.

DHA – Desenvolvimento Humano Alto.

RNB – Rendimento Nacional Bruto, em dólares americanos e em paridade de poder aquisitivo.

IDH não-Rendimento: Índice de desenvolvimento humano calculado sem o RNB (só com os indicadores de esperança de vida e educação).

Fonte dos dados: (UNDP, 2014).

Nas PA não existiram líderes ou programas político-ideológicos e o radicalismo islâmico não foi seu catalisador. Elas geraram esperanças, no ocidente, quanto às transições democráticas, por comparação com o ocorrido no centro e leste da Europa em 1848 e no leste desse continente, entre 1989-1991. Porém, não há comparações possíveis. As revoluções de 1848 destituíram monarquias. No NA a única monarquia sobreviveu¹. Na Europa, os acontecimentos de 1989-1991 incidiram sobre regimes “colocados e sustentados” ideologicamente pela Rússia, estando a “democracia” às portas desses países. As PA centraram-se nos governantes que eram a face do ocidente e os “instrumentos” da democracia. O ressentimento para com esses autocratas tem contaminado as transições para a democracia, não estando os países do NA estruturalmente preparados para elas. Segundo a Dr.^a Ana Pinto, a democracia gera dificuldades, exigindo a participação multiétnica, multicultural e multirreligiosa. Ora, em comunidades não homogêneas há dificuldades acrescidas de implantação da democracia. Em comunidades de organização parental e com elevados índices de pobreza, essa dificuldade é maior, exponenciando conflitualidade (Pinto, 2011).

¹ Alude-se à monarquia marroquina.

Os acontecimentos das PA variaram de país para país. Naqueles em que havia uma autocracia liberalizada e “[...] *um espaço para um certo grau de autonomia de expressão e de ação social e económica [...]*” (Joffé, 2011b, p.87), as PA foram menos violentas, do que na Líbia, onde a autocracia era total. As reações dos autocratas às contestações foram diferentes, o que influenciou o grau de violência posterior. A liberalização na Tunísia e Egito permitiu o desenvolvimento de instituições com alguma autonomia, facilitando os movimentos sociais, com poder para se contrapor aos regimes.

Nas diversas PA e nas suas origens existem similitudes, como: manifestações de oposição; reivindicações de “democracia”; desemprego; elevadas taxas demográficas; economias vulneráveis; serviços sociais desempenhados por privados, alguns islamistas; corrupção. Segundo Aboubakr Jami, em todas elas houve um “[...] *elemento básico [...] a luta pela liberdade.*” (SICNot, 2012).

Comparando-se os Índices decrescentes dos Estados falhados, de 2010 a 2013, (The-Fund-for-Peace, 2014), constante da tabela nº 5, conclui-se que os Estados onde as PA efetivamente ocorreram, degradaram expressivamente o seu posicionamento. Já naqueles em que as PA foram adiadas, a variação não é expressiva, havendo até, melhorias, como no caso de Marrocos.

Exceto na Líbia, em que as mudanças foram violentas e houve rutura com o passado, nos outros países a violência foi contida, a mudança é limitada e ainda há ligações ao pretérito. Parece-nos, assim, que o conceito de “convulsão”, sendo abrangente, traduz melhor o que se passou no NA do que o de “revolução”.

Tabela 5 - Índices decrescentes dos Estados falhados

		Total	Pressão Demográfica	Número de Refugiados	Violência em Grupo	Fuga de Cérebros e Emigração	Desequilíbrio do Desenvolvimento Económico	Pobreza e Declínio Económico	Legitimidade do Estado	Qualidade dos Serviços Públicos	Direitos Humanos	Segurança e Uso Legítimo da Força	Fração das Elites Nacionais	Intervenção Externa
2013														
34	Egypt	90,6	7,2	6,5	8,5	5,4	7,1	8,2	8,9	5,6	9,6	7,3	8,7	7,7
54	Libya	84,5	5,5	5,4	7,4	4,2	6,7	5,0	8,4	7,3	9,0	8,9	8,0	8,8
73	Algeria	78,7	5,8	7,0	7,8	5,1	6,2	5,8	7,4	5,9	7,7	7,4	7,3	5,2
83	Tunisia	76,5	4,9	4,2	7,8	5,0	6,0	6,0	7,9	5,0	8,4	7,2	7,8	6,3
93	Morocco	74,3	5,8	5,9	6,5	7,0	6,9	5,3	6,7	5,9	6,6	6,3	6,6	4,9
2012														
31	Egypt	90,4	7,1	6,4	8,8	5,7	7,4	7,1	9,2	5,9	9,0	7,0	8,8	8,0
50	Libya	84,9	5,8	5,1	7,0	3,9	7,0	5,5	8,1	7,6	9,0	9,0	8,0	9,0
77	Algeria	78,1	6,1	6,5	8,1	5,4	6,5	5,5	7,2	5,9	7,4	7,1	6,8	5,5
87	Morocco	76,1	6,1	6,2	6,8	6,7	7,2	5,6	6,6	6,2	6,4	6,6	6,6	5,2
94	Tunisia	74,2	5,2	4,0	5,6	5,2	6,3	5,5	7,8	5,0	8,3	7,5	7,8	6,0
2011														
45	Egypt	86,8	7,1	6,4	8,3	5,7	7,4	6,5	8,6	5,9	8,3	6,8	8,0	7,8
81	Algeria	78,0	6,4	6,1	7,8	5,7	6,8	5,2	7,1	6,1	7,5	7,2	6,8	5,3
87	Morocco	76,3	6,4	6,5	6,4	6,4	7,5	6,0	6,9	6,6	6,4	5,9	6,3	4,9
108	Tunisia	70,1	5,5	3,4	5,6	5,2	6,6	5,0	7,2	5,3	7,7	7,0	6,8	4,8
111	Libya	68,7	5,5	4,6	6,0	3,9	6,9	4,6	7,3	4,3	8,3	5,9	7,0	4,4
2010														
71	Algeria	81,3	6,7	6,5	8,2	6,1	7,1	5,1	7,5	6,5	7,6	7,5	6,8	5,7
49	Egypt	87,6	7,4	6,7	8,2	6,0	7,4	6,8	8,4	6,1	8,2	6,5	8,1	7,8
90	Morocco	77,0	6,8	6,6	6,6	6,4	7,6	6,5	7,2	6,6	6,8	5,4	6,2	4,3
111	Libya	69,1	5,7	4,3	5,8	4,2	6,9	5,3	7,3	4,2	8,3	5,2	7,1	4,8
118	Tunisia	67,5	5,7	3,4	5,4	5,2	7,0	5,0	6,4	5,7	7,5	6,5	6,0	3,7

Fonte dos dados: (The-Fund-for-Peace, 2014).

b. Marrocos

Marrocos, sendo o país mais ocidental do NA, encontra na dinastia Alauita a sua identidade e coesão. Sendo muçulmano, mas não inequivocamente árabe, tem expressão berbere, existindo no seu território uma miríade de tribos. O seu rei, admitindo o pluripartidarismo, é o “homem do poder”, promovendo, pela liberalização, um desenvolvimento socioeconómico insuficiente.

As manifestações de 20/02/2011, surgiram pelas condições económicas, alta taxa de desemprego e elevados preços de serviços cobrados por contestadas empresas estrangeiras. Por acréscimo, surgiram os motivos

políticos, centrados na Constituição (visando os poderes do Rei), na contestação ao grupo de pressão *Makzen* e na dissolução da Assembleia e do Parlamento. Assim, não visaram o Rei, mas a distinção entre reinar e governar. Nelas, os movimentos sociais não se transformaram em movimentos políticos. Mohammed VI dirimiu as confrontações, fazendo cedências e antecipando acontecimentos. Uns vêem-no com desconfiança, por ser uma continuidade do passado. Outros, consideram-no o garante de ser “marroquino”, um redentor, por conduzir, desde 1999, a purga² dos “anos de chumbo”. Os primeiros iniciaram as convulsões de rua, e estes temperam-nas. O rei percebeu logo que não era possível “[...] pairar sobre a revolta das ruas sem medidas suplementares a essa espécie de ternura de estadista.” (Rogeyro, 2011, p.23). Assim, em Abril de 2011 subiu os ordenados mínimos e os dos funcionários públicos e, a 09/03/2011, promoveu a revisão da Constituição. Esta foi aprovada em 29/07/2011, dela ressaltando que o Rei perde a sua “sacralidade” (Royaume-du-Maroc, 2006, Artº 23), garantindo a condição de Chefe dos Crentes, de protetor da monarquia e de árbitro das instituições do Estado (Royaume-du-Maroc, 2011, Artº 41, 42 e 46). O Rei afirmou, em 17/06/2011, que a Constituição irá “[...] consolidar os pilares da monarquia constitucional, democrática, parlamentar e social [...]” (Mohammed VI, 2011). Porém, dela não surge uma efetiva separação de poderes, comprometendo, assim, a transição democrática.

Sendo muçulmano, Marrocos submete a liberdade de consciência à obediência à religião. O Rei, sendo descendente em linha direta do Profeta, é considerado “infalível”. A cedência, para além do razoável, excecionava tal infalibilidade, descredibilizando-o. Assim, os seus súbitos não lhe exigem grandes cedências ou mudanças. Daqui resulta que “Marrocos não é um Estado em transição, mas sim uma monarquia autoritária [...] que tem a capacidade de se mover [...] em direção a uma democracia constitucional [...]. Embora o movimento tenha crescido, ainda não parece ameaçar o Rei [...] ao ponto de forçá-lo a transferir uma parte substancial dos seus poderes [...]” (Dennison *et al.*, 2011a, p.2). Assim, Marrocos não teve PA, continuando constrangido pelas relações com a Argélia e com a problemática do Saara ocidental³.

c. Argélia

As convulsões argelinas iniciaram-se em 28/12/2010, agravando-se entre 03 e 10/01/2011. Elas centraram-se, não no presidente, visto como o apaziguador do passado, nem na política, mas no desemprego, na corrupção

² Promoveu uma Comissão de Igualdade e Reconciliação e um Código da Família, entre outras medidas.

³ A República Árabe Saaraui Democrática (RASD) é reconhecida por 73 países e pela UA.

e no aumento dos preços dos géneros. A resposta às mesmas foi inteligentemente suavizada por decisão de Bouteflika, evitando-se que os movimentos sociais evoluíssem para políticos. Para isso também contribuiu: a história de martírio da Argélia (Moreira, 2012), ocorrida entre 1848-2005; o facto de o Estado empregar 38% dos cidadãos urbanos e 27,6% dos rurais (ONS, 2010, p.5); as promessas e concessões paliativas de Bouteflika, como a redução do custo dos bens essenciais, o aumento dos ordenados dos funcionários públicos, a atribuição de subsídios, a promessa de mais empregos estatais e o fim do estado de sítio, implementado desde 1992. Estas cedências, segundo Sadiki, “compraram” a vitória da Frente de Libertação Nacional nas eleições de 10/05/2012 e a derrota da coligação islamista Argélia Verde. Segundo ele, “*A democracia do pão ganhou o dia.*” (2012, cit. por Lopes, 2012). Aquela vitória fortaleceu o grupo “*Pouvoir*” ou “*Gabinete-negro*”, regente na sombra, com o *Department-du-Renseignement-et-de-la-Sécurité*, dos destinos nacionais (Pires, 2012).

Em 2010, 21,4% dos que tinham cursos universitários estavam desempregados; 27,3% dos desempregados, eram licenciados em letras/artes; 28,7% eram licenciados em ciências sociais/comércio e 33,8% eram mulheres licenciadas (ONS, 2010, p.7). Assim, as distribuições desequilibradas “[...] *de estudantes argelinos em favor de campos de conhecimento (como humanidades, ciências sociais, direito e educação)*[...] *provocam uma sub-oferta dos conhecimentos práticos mais necessários [...]*” (Fuerceri, 2012, p.4).

Em 18/04/2014 o mundo confirmou o esperado: Bouteflika, aos 77 anos e doente, estando há 15 anos no poder, ganhou, com 81,53% dos votos (Markey *et al.*, 2014) e por mais cinco anos, a presidência da república, num pronúncio de que tudo vai continuar como antes.

Na “[...] *Argélia...foram evitadas grandes transformações [...]*” (Joffé, 2011b, p.110), não ocorrendo mudança de regime, imperando a autocracia e limitando-se a liberdade de imprensa⁴. Nela, a ameaça de terrorismo justifica políticas do Estado e o regime sobrevive, fazendo restritas aberturas políticas, evitando o islamismo no poder e procrastinando a PA.

d. Líbia

A Líbia é um país tribal, com derivações étnicas e Muçulmânicas. A autocracia de Kadhafi, não permitia “[...] *um Estado-sombra para ser preservado, porque o regime era também, a sua face visível [...]*” (Joffé, 2011b, p.109), assente, desde 1977 e até 2011, num sistema político denominado *Jamahiriyah*, baseado em Congressos e Comitês Populares (Visentini, 2011,

⁴ Numa escala decrescente de maior liberdade de imprensa, com um total de 180 países, em 2012, atingiu o índice 122 (*Reporters-without-Borders*, 2012, pp.13 e 16) e em 2014 atingiu o índice 121 (*Reporters-without-Borders*, 2014, p.31).

pp.8-9). A sua família controlava os negócios do País, grassando nele a pobreza, o desemprego, a corrupção, a censura e o ataque aos direitos humanos.

A PA líbia, iniciada em 13/02/2011, deveu-se àquelas razões, conjugadas com: a insatisfação das tribos da *Cirenaica*; as crises tribais internas; a impopularidade do regime; e as expectativas centradas numa liberalização inexistente (Joffé, 2011b, pp.107-108). A estas razões, juntou-se a ostracização imposta ao Exército pela derrota na guerra com o Chade. Estes factos fomentaram movimentos sociais e políticos que Kadhafí tentou abafar pela violência. Esta originou, em 27/03/2011, a operação *NATO-Unified Protector*, ao abrigo da resolução do CS/ONU-1973, que legitimava “[...] *todas as medidas necessárias [...] para proteger os civis e as áreas civis povoadas de ataques da [...] Líbia*” (ONU, 2011a). Em 20/10/2011, Kadhafí morre assassinado pelos opositores, com a participação da *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), que não acautelou o pós-guerra. Consequentemente, “[...] *o compromisso da NATO com a liberdade, como é por ela entendida, perdeu-se.*” (Friedman, 2012).

Segundo Barbosa, tornam-se necessários “[...] *interlocutores confiáveis para construir uma transição o menos violenta possível [...]*” (2011, p.43) pois, após Kadhafí, as milícias tribais “substituíram” o Estado, induzindo uma liberdade caótica que, segundo Mona Price (SICNot, 2012) é um processo de enriquecimento e de aprendizagem. Porém, tem trazido vulnerabilidades de segurança e desafios de governabilidade e de legitimidade aos governos líbios. Algumas dessas milícias *jihadistas* evoluíram para partidos políticos, como o *Al Watan* (Pátria) e *Al Umma al-Wasat* (Nação Central) (Ashour, 2012). Outras integraram órgãos Estatais, nomeadamente a Força de Proteção Líbia. Outras, porém, rejeitam essas vias, como a *Asar al-Shariah*, que pretende instalar no país a Sharia (Maher, 2012) e defende, apoiada pela *Al-Qaeda-do-Magrebe-Islâmico* (AQMI), o estabelecimento de um emirado de direito religioso.

Nas eleições parlamentares de julho de 2012, os liberais da Aliança Força Nacional obtiveram 48,8%, seguidos pelo partido islamista Justiça e Construção, com 21,3% (Euronews, 2012). Tal vitória, provocou atritos entre os unionistas- defendem a Líbia integral- e os pró-federalistas – que defendem a sua divisão em *Cirenaica*, *Tripolitânia* e *Fezzan*. Esta opção trará “[...] *implicações de longa duração na estabilidade política do futuro, na prosperidade econômica e na coesão social.*” (Geha et al., 2012).

Nas discussões da importância da *Sharia* na política e de outros assuntos, as minorias étnicas têm sido ostracizadas, facto que ameaça a estabilidade futura.

Na Líbia não houve transição democrática (Malamud, 2012). A “liberdade” existente é mais por falta de Estado do que pela sua ação. O poder está atomizado e ainda impera a “autocracia da milícia”. Porém, a Líbia e a Tunísia são os países “[...] mais promissores em termos de desenvolvimento positivo e de forte relacionamento com o Oeste [...]” (Chayes, 2012). Deparam-se-lhe, contudo, desafios, como sejam o controlo do seu território e o evitar secessões. “Em Bengazi já há apelos à autonomia, se não mesmo à independência.” (Avineri, 2012). No futuro, poderá retornar à “[...] autocracia [...]”, vir a ser um “[...] estado dividido [...]” ou evoluir para “[...] uma democracia [...]” (Joffé, 2011b, p.110).

e. Tunísia

A corrupção, os atropelos aos direitos humanos, a repressão política, o nepotismo e o controlo da economia pela família Ben Ali (Joffé, 2011a, p.39), provocaram, em 17/12/2010, as convulsões tunisinas. Consequentemente, Ben Ali fugiu, em 14/01/2011, para a Arábia Saudita, sendo condenado, em 19/07/2012, a prisão perpétua, pelas mortes ocorridas naquelas convulsões.

O passado de liberalização política deste país⁵ capacitou-o para a acomodação à conflitualidade interna (Pinto, 2011). A Tunísia tem uma “[...] tradição de expressão autónoma [...] uma tradição constitucionalista [...] [mas] marginalizou o Exército...[sendo] os oficiais do Exército...profundamente apolíticos [...]” (Joffé, 2011b, pp.110-112). Tal facilitou os movimentos sociais e políticos e levou o Exército a não defender o presidente, sendo este “sacrificado” pelo seu partido: a *Rassemblement Constitutionnel Démocratique*⁶ (RCD).

As eleições de 23/10/2012 foram as primeiras democráticas em 55 anos, ganhando-as o partido islamista *Ennahda* com cerca de 41% dos votos. Sendo o único partido organizado, isso era expectável (Meddeb, 2012, cit. por Sobral, 2012d, p.34). O seu líder, Ghannouchi, afirmou que concretizariam os “[...] objetivos de uma Tunísia que seja livre, independente, em desenvolvimento e próspera, em que os direitos de Deus, do Profeta [...], de homens, mulheres, dos religiosos e dos não religiosos sejam assegurados [...]” (2011, cit. por BBCBrasil, 2011b).

Os ataques de 11/09/2012 à embaixada americana em Tunes potenciaram as críticas da oposição ao *Ennahda* por não enfrentar os salafistas (Sobral, 2012a, p.26), os quais têm ambições políticas. Na sua visão, o *Ennahda* não repudia o secularismo nem hostiliza os salafistas. Estes, tendo

⁵ Teve, em 1890, a primeira constituição do mundo árabe.

⁶ Coligação Constitucional Democrática.

atacado eventos culturais, políticos e cidadãos liberais (Chayes, 2012), não têm cativado simpatias, principalmente da elite tunisina que domina a economia, formada em França, culturalmente laica e aberta ao ocidente.

Na Tunísia têm ocorrido agressões e perseguições a jornalistas (Sobral, 2012e) e ataques de elementos das forças de segurança contra mulheres, contestados na rua (EFE, 2012).

O projeto de Constituição de dezembro de 2012, em termos de direitos humanos, era mais democrático que o anterior, não salvaguardando a totalidade desses direitos (AI, 2013). Três anos após a PA tunisina e muitas tensões entre secularistas e islamistas, em 26/01/2014, foi aprovada na Assembleia Nacional Constituinte, com larga maioria (200 votos a favor, doze contra e quatro abstenções (Público, 2014a)), uma nova constituição que aponta o Islamismo como a religião do país, mas salvaguardando a liberdade de crença e de consciência e a igualdade de gêneros.

As transformações, centradas na transição para a democracia, “[...] não podem ser medidas em dias ou meses, mas em décadas.” (Carnegie-Endowment, 2012). A Tunísia, fazendo-as, é “[...] provável que [...] venha a alcançar algum tipo de resultado democrático [...]” (Joffé, 2011b, p.110). Porém, podem surgir conflitos civis (Chayes, 2012 que interfiram nessas transformações, devidos à ineficiência do Estado e às expectativas da sociedade.

A proibição de participação política, durante dez anos, de políticos conotados com Ben-Ali, enfraquece a esquerda, já polarizada e dividida, nomeadamente o partido *Nidaa-Tounes*, adversário do *Ennahada*, conduzindo a Tunísia “[...] em direção a um maior domínio islâmico.” (Wolf, 2012). A polarização ideológico-religiosa do principal sindicato – a União Geral dos Trabalhadores Tunisinos (UGTT) – fragiliza a coesão interna, reforçando aquela tendência. Caso a Tunísia derive para o radicalismo islâmico político, poderá erodir “[...] laços quase familiares com a Europa e o Ocidente [...]” (Chayes, 2012).

f. Egito

As convulsões egípcias, ocorridas entre 25/01/2011 e 11/02/2011, foram essencialmente cidadinas. Nelas, uma juventude sem futuro e segmentos societários da periferia, de todos os estratos sociais (Fahim *et al.* 2011), gritaram, na Praça *Tarir*, contra a carestia de vida e a pobreza, por igualdade de oportunidades, liberdade e participação política. Porém, a maioria dos egípcios não estavam na Praça *Tarir*, pois “[...] muitos deles não têm acesso às redes sociais, mas também não têm à eletricidade nem à água potável. A democracia e a liberdade de expressão não estão no topo da sua agenda.” (Avineri, 2012), mas sim a sua subsistência. Cerca de 40% dos egípcios

sobrevivem com menos de um dólar/dia (ElBaradei, 2011, cit. por AFP, 2011).

O sucesso daquelas convulsões deveu-se: à juventude capacitada e desempregada, a milhões de egípcios que viviam na pobreza, à carestia dos alimentos, ao estado de emergência, à tortura e repressão, à utilização das tecnologias digitais e à impaciência relativa aos programas económicos de Mubarak (Korotayev *et al.*, 2011, pp.168-169). Mubarak, perante tais movimentos sociais, enviou a Polícia e o Exército reprimi-los, metamorfoseando-os em políticos. E o Exército, sustentáculo do poder, abandonou Mubarak.

O Partido da Liberdade e Justiça (PLJ), da Irmandade Muçulmana (IM), ganhou as eleições de junho de 2012, ficando o partido salafista *Al-Nour* em segundo lugar. Morsi foi eleito presidente por uma sociedade para quem “[...] os princípios de democracia e direitos civis parecem abstrações ocidentais importadas.”, pois, para os islamistas a Democracia é “[...] puramente maioritária e não liberal: ganhar as eleições [...] permite ao vencedor governar de acordo com a sua visão. Os direitos das minorias [...] ou os direitos humanos- os aspetos liberais da democracia- estão completamente ausentes.” (Avineri, 2012). Vai nesse sentido o decreto presidencial, promulgado por Morsi, em novembro de 2012, e que impedia os tribunais de se lhe oporem, assumindo um poder faraónico, contestado na rua.

Obama, em setembro de 2012, acerca dos egípcios, afirmou: “eu não penso que devamos considerá-los um aliado, mas não os consideramos um inimigo.” (Carnegie-Endowment, 2012). O Egito parece ter “[...] a noção [...] que [os EUA] devem fornecer ajuda financeira cada dia, por isso estar estipulado no tratado de paz entre o Egito e Israel, o que não é o caso [...]” (Idem). Na verdade, aquela ajuda tem sido importante para que Israel sinta que o Egito está obrigado a cumprir os acordos de paz de Camp David, firmados em 26 de março de 1979, entre aqueles dois países e sob patrocínio americano.

As Forças Armadas (FFAA) são um poder dentro do Estado. Porém, Morsi, escudado na sua legitimidade democrática, recentrou a decisão política nos políticos, reformando, em agosto de 2012, o Marechal Hussein Tantawi e o General Sami Anan, afirmando não pretender “[...] atingir determinadas pessoas, nem [...] envergonhar instituições, ou limitar liberdades.” (Neves, 2012).

Nesse país, a religião tem uma elevada e histórica importância, importando mais o formalismo⁷ que o conteúdo (Mona Price, cit. por SICNot, 2012), com consequências na sociedade. Nele existe uma “terceira via” à IM e

⁷ Como o uso do *hijab* ou do *niqab*.

ao Islamismo, centrada no secularismo e em defensores da democracia (Vasconcelos, 2011, p.23), que defrontam o governo.

Até julho de 2013 a mudança política egípcia não era substancial. A Constituição, redigida por uma assembleia constituinte maioritariamente islamita, baseada na lei islâmica e aprovada em 22/12/2012, com 63,8% de votos, numa participação de 32,9% de eleitores (Guimarães, 2012, p.14), foi contestada pelos secularistas por cercear liberdades e direitos adquiridos. Nela consta que o Islão é a religião do Estado e a *Sharia* a fonte de legislação e que “[...] os princípios da *Sharia Islâmica* inclui evidências gerais, regras de fundamentação, regras de jurisprudência e fontes credíveis aceites pela doutrina Sunita e pela comunidade em geral.” (Youssef, 2012), sendo uma “[...] formulação explosiva [...]” (Abdel-Al, cit. por Lorena, 2012b, pp.22-23) que permite a eleição de crimes, baseada nos Ditos da própria *Sharia*, como o consumo do álcool, o adultério ou o usufruto de juros bancários. A evidência da instrumentalização do poder por parte de Morsi, na direção de conferir uma maior importância à IM, levou, em 03/07/2013, à sua destituição e prisão, pela mão do General Abdel Fatah Al Sisi, mas também às sanções económicas da UE por ter considerado aquelas ações como atentados à democracia. Sisi, após a destituição de Morsi, suspendeu a Constituição de 2012 e iniciou a redação de uma nova. À beira de uma bancarrota, e sob a pressão da Europa, o Egito foi logo socorrido com a promessa de cedência, pelo Koweit, Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita, de 12 mil milhões de dólares (Deen, 2014), num claro apoio ao combate de Sisi contra a IM e numa afronta à UE. Nesse combate, têm surgido as recomendações, em tribunal, de penas de morte para o guia supremo da IM, Mohamed Badie, e para 682 simpatizantes dessa confraria, todos condenados em 28/04/2014, juntando-se aos 529 já condenados àquela pena em março desse ano (Lorena *et al.*, 2014), aumentando a contestação no plano internacional e nas ruas do Egito. Em 13 e 14/01/2014 ocorreu o referendo de uma nova Constituição, boicotado pela IM e com a participação de cerca de 38% de votantes, tendo a mesma sido aprovada por cerca de 98,1% dos votos (CM, 2014). Essa Constituição permite mais liberdade, nomeadamente às mulheres, mas permite também o julgamento de civis em tribunais militares e impõe que a nomeação do Ministro da Defesa tenha a anuência do Exército.

Segundo o Gen Loureiro dos Santos, o caminho do Egito ainda não está claro (2012), podendo desembocar na democracia ou na autocracia islâmica. Assim, a PA egípcia é “[...] um sucesso parcial [...] [e] o melhor que se pode esperar é uma versão mais liberal da autocracia liberalizada [...]” (Joffé, 2011b, pp.105 e 110).

g. Síntese conclusiva

As convulsões no NA tiveram razões diferentes, consoante os países onde ocorreram, havendo várias PA. Elas foram acéfalas, apolíticas, seculares e sem ideologias. Na Argélia e em Marrocos, onde os líderes não foram contestados e a repressão foi limitada, havendo cedências, as PA foram adiadas, não surgindo efetivas mudanças sociais ou políticas. Validámos, assim, a H1.

Enquanto na Líbia houve uma revolução, na Tunísia e no Egito houve convulsões e as mudanças não foram profundas. Nenhum desses países atingiu a democracia, estando a Tunísia em transição, com avanços e recuos. Na Tunísia e no Egito as liberalizações têm permitido contestações às políticas sociais, verificando-se incapacidades estatais para satisfazerem as reivindicações populares, surgindo a repressão política e física das manifestações, gerando-se tensões ameaçadoras da segurança. Validámos, assim, a H2.

As PA no NA diferenciam-se devido à distinção entre autocracias liberalizadas e autocracia total, às díspares reações dos autocratas perante os acontecimentos, à possibilidade de alguns movimentos sociais evoluírem para políticos e a fatores históricos. As PA provocaram os seguintes efeitos:

- Mudanças pouco profundas, exceto na Líbia, onde foram significativas;
- A oportunidade de reestruturação política dos Estados, exceto na Líbia onde terá de se construir o Estado;
- A emergência da vertente político-religiosa, procurando alterar padrões societários, provocando a contestação;
- A liberalização limitada, afetadora das liberdades em sociedade;
- A emergência de novos desafios ou a exponenciação dos existentes, exigindo mais dos Estados.

Respondemos, assim, à nossa QD 1.

3. Os novos desafios resultantes das Primaveras Árabes

a. Novos desafios potenciadores de ameaças

A euforia inicial das PA degenerou em inquietação e dúvida, emanando desafios, face à imprevisibilidade dos acontecimentos e à impreparação para assumir o presente. Elas nasceram através de táticas de não-violência, apoiadas nas redes sociais (Santos, 2012).

Na Líbia a construção do Estado é o principal desafio. Já no Egito e na Tunísia, havendo uma estrutura estatal, os cuidados centram-se na rejeição

social, política e económica, na rotatividade no trabalho e na intervenção estatal nas economias.

Já não há lugar para paliativos retóricos que justificavam todos os males com o terrorismo, o radicalismo islâmico, o sionismo ou o ocidente. No Egito, por exemplo, a AI afirma que “[...] *um melhor futuro para todos os egípcios foi prometido, mas perto de um ano após, um milhão de pessoas continua a viver em favelas e na pobreza [...]*” (2012d, pp.14-15), promovendo a desilusão, motivando os jovens a manifestarem-se, ou impelindo-os para o radicalismo. Resulta, daí, o difícil desafio para o NA de gerir a relação impaciência popular *versus* oportunidade de mudanças.

A reconstrução das economias é um desafio importantíssimo. A Tunísia vive especialmente do turismo e o Egito e a Líbia vivem dos hidrocarbonetos. Assim, devem diversificar as economias e gerar confiança para cativar investimento estrangeiro.

A AI alertou para a importância da reforma do sector judicial na Líbia (2012e). Atualmente, na sua justiça impera o “[...] *compromisso tribal, e não a regra de direito [...]*” (Geha *et al.*, 2012). Contudo, esse desafio, não sendo crucial para a Tunísia e o Egito, tem de ser também por eles assumido.

Os ataques, em setembro de 2012, às embaixadas ocidentais⁸, levantaram dúvidas sobre a capacidade dos regimes do NA garantirem a segurança no seu território. Na Líbia, a AQMI, aproveitando essa incapacidade, assassinou o embaixador americano e três seguranças (Sobral, 2012b, p.22). Além disso, “[...] *o vazamento de extremistas islâmicos das prisões egípcias e a libertação de islâmicos líbios sugerem uma recomposição de movimentos radicais que procurarão a pressão sobre as configurações políticas futuras [...]*” (Ammour, 2012, p.5). A reforma do setor de segurança interna é um desafio de elevada importância para a Tunísia, Egito e Líbia, em especial para este.

O caldear, nos países do NA, da política com a religião, pode afetar as relações com o ocidente, espevitando iras congeladas. Apesar das PA, “[...] *as mentalidades e as estruturas psicológicas continuam intactas. As antigas lógicas ainda prevalecem [...]. A revolução cultural não aconteceu.*” (Guidère, 2012, p.21). Os ataques ocorridos no Egito aos cristãos coptas (10% da população) vivificam isso, provocando a emigração religiosa (ANSA, 2011), servindo forças cinzentas, pois “[...] *Um Egito instável servirá para os propósitos dos extremistas*” (El-Sayed, 2011, cit. por BBCBrasil, 2011a). A intolerância religiosa é um desafio importante para o Egito, com reduzida expressão no restante NA.

⁸ Dos EUA, na Líbia e Egito; da Alemanha, no Sudão; e do Canadá, no Egito, Sudão e Líbia.

O Estado líbio não controla parte do seu território, existindo grupos que nelas ditam leis, pois habituaram-se ao papel de Exército e de Forças de Segurança. Este desafio não é sentido na Tunísia. No Egito ele tem alguma importância face às dificuldades em controlar os acontecimentos no Sinai. O controlo do território implica a reforma do setor de defesa líbio. Esse também é um desafio, de menor importância, para o Egito, pelos interesses económicos detidos pelo Exército.

No NA os islamitas moderados sentem que chegou “[...] a sua vez, depois de enfrentar a repressão por décadas [...]” (Sami al-Faraj, 2012, cit. por AP, 2012) e que são “soluções” para reger destinos, vistas como o “mal menor” face ao fundamentalismo político. Por isso os egípcios votaram no PLJ e os tunisinos no *Ennahda*. Porém, a rutura com o secularismo aumentou o sectarismo. No Egito o islamismo influenciou decisões estatais e levou à intervenção do Exército, à prisão e condenação de elementos da IM, a uma nova Constituição, às manifestações de rua e a repressões com grande violência. Na Tunísia a tradição histórica da separação entre o Estado e a religião tem diminuído tal influência, tendo sido esse divórcio reforçado com uma nova Constituição, mais aberta e menos defensora dos valores islâmicos. Também a Líbia parece controlar essa influência.

No Egito e na Tunísia existe “[...] uma luta pela alma desses Estados.” (Shaikh, cit. por Murphy, 2012), protagonizada pelo islamismo e o salafismo, sendo este “[...] uma tendência ideológica [...]” (Ashour, 2012), defensora da legitimidade e eficácia da violência armada como precursora da mudança. Os salafistas, sentindo-se desconfortáveis com a democracia (Bokhari, 2012), aceitaram, para atingir o poder, as eleições democráticas. “*Ainda não é claro o quão longe eles estão dispostos a ir, quanto às concessões que podem fazer*” (Karim, 2012). Entre os salafistas existe quem tolere as regras democráticas para atingir os fins e quem radicalmente as repudie, podendo tal circunstância dificultar a transição pacífica para a democracia (Bokhari, 2012). Isso poderá trazer a violência, nomeadamente ao Egito, sendo um desafio de elevada importância. Os salafistas ainda estão presentes na Líbia, onde, em 2012, perpetraram destruições e assassínios, procurando, com dificuldade, impor a lei islâmica numa sociedade conservadora (Wehrey, 2012). Esses atos desafiam o poder central e local, fraturando a sociedade. É maior a ameaça que o salafismo traz à legitimidade do governo líbio do que aquela que dele emana. No próprio Conselho Revolucionário de Transição (CRT) existiam salafistas e se “[...] a franja mais dura do CRT tomar o poder na Cirenaica ou na Líbia, nós assistiremos à islamização radical do país [...]. As consequências seriam catastróficas para o mundo ocidental.” (Cf2R, 2011, p.43). Porém, 97% dos líbios pertencem à ala religiosa mais moderada: a

sunita (CIA, 2012 e Garrigues, 2011, p.6). As eleições de 2012 pareceram, momentaneamente, afastar esse cenário. O processo político líbio pode contribuir para o fracasso ou o sucesso do radicalismo islâmico no NA.

Na Tunísia o *Ennahad* entendeu que a violência irá prejudicá-lo. Os salafistas têm atacado locais de venda de álcool e espetáculos (Amara, 2012), tendo o líder do *Ennahad* alertado para a ameaça que daí advém (AFP, 2012), demorando as autoridades tunisinas a reagir (Meddeb, cit. por Sobral, 2012d, p.34). A economia tunisina será afetada se os salafistas assumirem o poder. Os tunisinos são manipuláveis pela religião mas esta “[...] não dá o que comer às pessoas.” (Ibidem). Assim, tentativas dos salafistas assumirem o poder levarão os tunisinos à rua, tendo esse desafio, nesse país, relativa importância.

Têm surgido nos *media* relatos de atentados aos direitos humanos na região. Da Tunísia e Egito surgiram, em 2012, relatos de limitações no estatuto da mulher (Sobral, 2012c, p.21) e de condenações sumárias em tribunal de manifestantes civis (AI, 2012d, p.13). A AI, em 2012, questionou os dois principais partidos egípcios sobre os direitos humanos, obtendo o silêncio do PLJ e, quanto à abolição da pena de morte e à igualdade de géneros, o repúdio do al Nour (2012b, pp.16-17). Da Líbia surgem relatos de prisões e maus tratos perpetrados pelas milícias a pretensos mercenários de Kadhafi; de execuções sumárias; e de detidos sem culpa formada (ONU, 2012, p.6). A UE, em 23/07/2012, exortou a Líbia a garantir os direitos humanos (2012a, p.11). Este assunto tem tido importância na Tunísia e no Egito, tendo na Líbia uma importância maior.

Os refugiados estrangeiros da guerra líbia, concentrados em *Salloum*, junto à fronteira com o Egito, e em *Choucha*, na Tunísia (Edwards, 2012), subsistem na miséria e sem futuro, não podendo ser repatriados “[...] por medo de sofrerem perseguição.” (AI, 2012b, p.82), sofrendo ataques racistas e acusações de mercenarismo (AI, 2012c, p.7). Nesses locais grassa a criminalidade, podendo ser fontes de recrutamento de terroristas. Assim, os refugiados são desafios importantes para a Líbia, Tunísia e Egito.

As convulsões de 2011 “[...] não mudaram as relações estruturais que determinam a direção e a composição dos fluxos [migratórios tradicionais] na região [...]” (Garcia, 2012, p.4). A novidade advém do elevado fluxo para a Europa proveniente da Líbia e do aumento da emigração ilegal e de emigrantes subsaarianos. A emigração já não visa só a decompressão da tensão social motivada pelo desemprego e aumento da demografia, sendo devida, também, à instabilidade, à insegurança, às perseguições políticas, étnicas, raciais e sociais e ao medo do futuro. Durante 2011, registaram-se 64.000 casos de imigração ilegal nas fronteiras da UE, contra os 5.000 casos detetados em 2010, privilegiando-se a rota do Mediterrâneo central (FRONTEX,

2012, p.4). A emigração leva à fuga de “cérebros”, necessários à promoção da inovação, do trabalho e do desenvolvimento, alimentando crimes como o tráfico humano e de órgãos humanos, a prostituição e a escravatura (Idem, pp.32-33 e AI, 2012b, p.131). A Líbia tem permitido a “[...] imigração de trânsito [...]” (Garcia, 2012, p.2), subsaariana e ilegal, sendo, segundo o Gen Loureiro dos Santos (2012), um “corredor de passagem” entre o Sahel e o Mediterrâneo de refugiados, migrantes, criminosos, mercenários e terroristas, como testemunha a figura nº 3⁹.

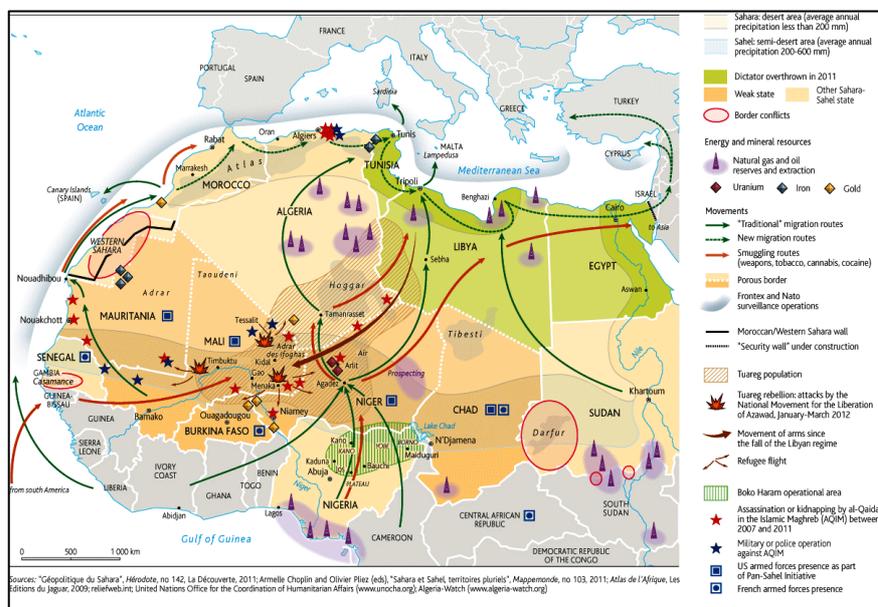


Figura 3 – Mapa de rotas de tráficos, de ocorrências terroristas e de áreas de influência

Fonte: (Rekacewicz, 2012).

A fronteira sul tem sido desvalorizada, numa lógica africana que foi apadrinhada por Kadhafi, com participação de berberes, árabes e subsaarianos. Nela, os interesses próprios, a cultura tribal e as relações familiares, formadas sem olhar à fronteira, sobrepõem-se aos interesses do Estado (Cole, 2012, pp.1-9), sem dispensar a taxa de corrupção recebida em seu nome. A economia paralela é um desafio para o NA. Aí circula contrabando nas direções sul-norte-sul, mormente a cocaína latino-americana, armas, tabaco, hidrocarbonetos, veículos roubados e trabalhadores clandestinos, (Ammour, 2012, p.3). O controlo de fronteiras é um problema líbio e egípcio. Israel tem-se queixado do controlo da fronteira do Sinai. Já a Tunísia, apesar

⁹ No Anexo 2 encontra-se esta figura legendada em português.

de estabelecer relativo controlo sobre as suas fronteiras, dentro do permitido pela cultura árabe e berbere, tem sentido que a AQMI se tem movimentado com facilidade através delas, pelo que esse também é um desafio importante para esse país

Em agosto de 2012, o Pentágono alertou para o desaparecimento, dos arsenais de Kadhafi, de mísseis de curto alcance (Defesanet, 2011). A UE tem ressaltado “[...] a importância do desarmamento, desmobilização e reintegração no período pós-conflito e reitera a preocupação que lhe suscita a proliferação de armas e material conexo [...]” (2012a, p.11). Também o CS/ONU está preocupado com o tráfico de armas daqueles arsenais e seu uso, nomeadamente pela AQMI (2012a, p.11), exortando a Líbia a promover os “[...] necessários passos para prevenir a proliferação de todas as armas e material conexo [...] em particular mísseis portáteis superfície-ar [...]” (ONU, 2011b, pp.1-2). A ONU reiterou, em 2012, essa preocupação (2012, p.9). Esta temática é um desafio de elevada importância para a Líbia. Algumas armas líbias foram traficadas para a Faixa de Gaza através do Egito (Agência Estado, 2012) e para o *Sahel*, Tunísia e Argélia, tendo-se encontrado armamento enterrado nestes dois países, havendo confrontos entre militares e traficantes ou elementos da AQMI, portadores dessas armas (Ammour, 2012, p.5).

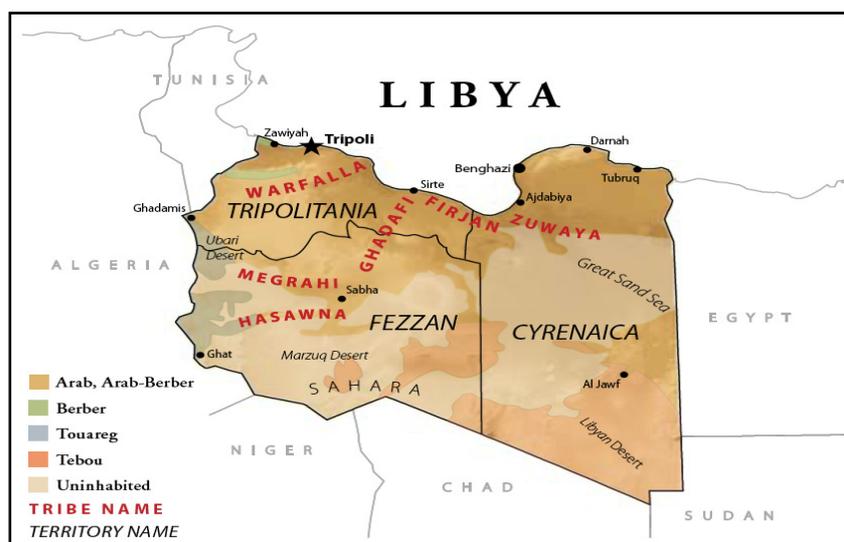


Figura 4 – Divisão da Líbia por regiões e tribos

Fonte: (Kaplan, 2012).

Os conflitos e tensões étnicas e tribais na Líbia podem transformar a Cirenaica num emirado islamista, separada da Tripolitânia e de Fezzan (figura nº 4). “A separação histórica entre as três principais regiões deve-se à geo-

grafia do país, que as fez evoluir como entidades com valores, culturas e estruturas sociais distintos.” (Correia, J., 2012, p.21). Este desafio não se coloca na Tunísia e tem pouca importância no Egito.

As PA, potenciaram a ameaça da AQMI, convivendo, esta, com o crime organizado, especialmente no *Sahel*. Desde 2012, está referenciada uma base da AQMI em *Darnah*/Libia (Crickshank, 2011). Na Argélia, ela tem bases entre Argel e Cabília. Está, ainda, presente no Egito, onde atuam outros grupos *ihadistas*, como o *Al Tawhid wal Jihad*, especializado em raptos e sabotagens ao gasoduto que abastece Israel. “Atualmente, a *Al-Qaeda* é politicamente irrelevante. Se, no entanto, as democracias do norte de África [...] não ocorrerem tão cedo [...] e, portanto, não cumprirem as expectativas, a *Al-Qaeda* poderá ser considerada, no futuro, uma alternativa política por parte significativa das populações.” (Lohmann, 2011, p.11).

Apesar dos ataques terroristas dos beduínos do Sinai, o Egito teme mais a ameaça extremista externa, sendo frequentes as infiltrações do *Hezbollah*, do *Hamas* e da *Al-Qaeda* (El-Sayed, 2011 cit. por BBCBrasil, 2011a), configurando um desafio de elevada importância. Na Tunísia, o terrorismo parece ter uma relativa importância que tende a aumentar, face à referência da AQMI na região de *Jebel al-Chambi* (NOREF, 2013, p.2).

Assim, das PA do NA resultam desafios para a região e seus vizinhos, enquadrados nos âmbitos político, económico, social, de defesa e segurança, sistematizados na tabela nº 6. Alguns, articulando-se entre si, tornam-se polimórficos, erodindo mais incisivamente as condições de segurança regionais e fazendo perigar as transições para a democracia.

Tabela 6 - Desafios passíveis de promover ameaças

Desafios	Países onde ocorreram as PA			Tipo de desafio
	Tunisia	Libia	Egito	
Transparência	I	I	I	Político
Governança	MI	MI	MI	Político
Gestão das lícitas exigências do povo	MI	MI	MI	Político
(Re)Construção do aparelho do Estado	PI	MI	PI	Político
Reconstrução do setor económico	MI	MI	MI	Económico
Controlo da segurança interna	MI	MI	MI	Segurança
Reforma do sector de segurança	I	MI	I	Segurança
Intolerância religiosa	PI	PI	MI	Social
Controlo do território soberano	PI	MI	I	Segurança/Defesa/Político
Reforma do setor de defesa	PI	MI	I	Defesa

Desafios	Países onde ocorreram as PA			Tipo de desafio
	Tunisia	Libia	Egito	
Islamismo político	I	PI	MI	Social/Político
Salafismo político e religioso	I	I	MI	Social/Político
Direitos humanos	I	MI	I	Social
Refugiados	MI	MI	MI	Social
Migração ilegal	I	MI	I	Social
Economia paralela	I	MI	I	Político/Económico
Controlo de fronteiras	I	MI	I	Segurança/Defesa
Proliferação e tráfico de armamento	PI	MI	I	Segurança
Atomização territorial	PI	MI	I	Segurança/Defesa
Terrorismo	I	MI	MI	Segurança
Controlo do crime organizado	I	MI	I	Segurança
Reforma do setor judicial	PI	MI	PI	Político

Legenda: MI - Muito importante; I - Importante; PI - Pouco Importante.

Fonte: Autor com base na análise feita neste trabalho.

b. Novos desafios capazes de gerar oportunidades

Os países do NA possuem uma população jovem, e uma elevada taxa de natalidade, como é explícito na tabela nº 7.

Tabela 7 - Estrutura societária dos países do norte de África

	População	Estrutura de idades			Média de idades	Nº de nascimentos/1000 hab.	Crescimento da popul.	Desempregados entre 15-24 anos	Racio de migração por 1000 hab.
		0-14	15-64	>=65					
Marrocos	32309239	27,40%	66,40%	6,20%	27,30	18,97	1,054%	21,90%	-3,67
Argélia	37367226	23,80%	70,90%	5,40%	28,10	16,64	1,165%	24,30%	-0,27
Líbia	5613380	32,60%	62,80%	4,60%	24,80	23,47	2,007%	Sem dados	0
Tunisia	10732900	23,10%	69,30%	7,60%	30,50	17,28	0,964%	30,70%	-1,78
Egito	83688164	32,50%	62,80%	4,70%	24,60	24,22	1,922%	24,80%	-0,2

Fonte dos dados: (CIA, 2012).

Os destinos desta juventude constituem um desafio regional. Sendo a elite do futuro, dela dependem as políticas e o desenvolvimento regional. Assim, ela poderá ser uma esperança geradora de oportunidades. Isso exige que se adequem as capacitações académicas e técnico-profissionais às necessidades dos países, tendo em conta o futuro. Caso contrário, esses países arriscam-se a induzir desilusão.

Segundo a AI, “As novas autoridades agora enfrentam enormes desafios [...] mas elas têm uma oportunidade sem precedentes para enfrentarem e resolverem os muitos erros do passado e construir medidas eficazes contra a sua repetição [...]” (2012d, p.21), no NA. Assim, aproveitando-se a oportunidade, pode-se construir o futuro e fazer a “revolução cultural”.

Os países do NA têm o desafio adicional de cativar investimento externo, diversificando a economia e criando empregos. A Tunísia, poderá apoiar-se na sua abertura ao ocidente para conseguir isso. A Argélia, a Líbia e o Egito, produzindo hidrocarbonetos, podem atingir esse desiderato com mais facilidade, caso se abram à Europa.

A emigração pode constituir outra oportunidade. Os países podem dela beneficiar, se a mesma for legal e se os emigrantes puderem regressar quando quiserem e canalizarem as economias para os seus países. A emigração pode ser fonte de divisas e de conhecimento, diminuindo tensões geradas pelo desemprego e falta de futuro.

c. Síntese conclusiva

Da PA resultaram novos desafios, havendo outros que, não sendo novos, foram despertados da sua letargia. Estes desafios têm influenciado o ambiente interno de cada país, tendo reflexos nos países vizinhos. Alguns são transversais aos países onde decorreram as PA. Outros, contudo, resultam das especificidades de cada país. Estes últimos geram nos países em que ocorrem, perceções diferenciadas da importância dos desafios que lhes são colocados. Assim, conclui-se que nem todos os desafios de segurança, que emergem da PA no NA, têm igual importância para os países onde têm surgido, validando-se a H3.

Alguns desses desafios conjugam-se, assumindo uma polimorfia mais perigosa para a segurança regional e dificultando as transições políticas para a democracia. Tanto estes como aqueles, influenciam o ambiente estratégico regional, inserindo-se no âmbito social, económico, político, de segurança e de defesa. Validámos, assim, a H4.

Existem, contudo, outros desafios propiciadores de oportunidades, como os que resultam da juventude das sociedades que, quando orientada por políticas de capacitação corretas, pode originar elites empreendedoras, essenciais ao desenvolvimento regional. Também o momento que se vive no NA pode constituir oportunidades de mudança, promovendo a esperança na região.

Assim, os desafios promovidos pela PA no NA têm-se repercutido na vida das sociedades dos seus países, influenciando os domínios social, económico e político, mas essencialmente da defesa e da segurança, dos próprios e dos seus vizinhos, podendo potenciar ameaças ou induzir esperança num futuro melhor para a região. Respondemos, assim, à QD2.

4. Reflexos dos novos desafios do norte de África nos vizinhos próximos

a. No Sahel

O conflito e o pós-conflito da Líbia fraturou precários equilíbrios firmados a sul provocando “[...] ondas de choque que vão continuar a fazer-se sentir na região por muito tempo [...]” (Hoebeke, cit. por Lorena, 2012a, p.22). Os milhares de refugiados/retornados e o elevado volume de armas e munições traficadas e dali provenientes, afetaram os países vizinhos, nomeadamente do *Sahel* (CS/ONU, 2012a, pp.2 e 5), como o Mali.



Figura 5 – Azawad e o território tuaregue

Fonte: (Topper, *et al.*, 2012).

Tuaregues, ex-militares de Kadhafi, prófugos do conflito líbio, integraram o Movimento Nacional para a Libertação do Azawad (MNLA) que, em 06/04/2012, declarou a independência de *Azawad* (Boukhars, 2012, pp.6-7), região identificada na figura nº 5. Em 1957, a nação tuaregue discordou

da integração no Mali, tendo-se revoltado devido à sua ocorrência em 1990 e 2006.

Inicialmente, o MNLA aliou-se ao grupo islamista, *Ansar-Al-Din*, partidário da AQMI (Idem, p.8 e Leymarie, 2012), que possui armas dos ex-arsenais líbios, estando também presente na Líbia e no Iémen (Library-of-Congress, 2012, p.4), recebendo fundos da França e do Canadá (EuropeNews, 2012). Mais tarde tentou descolar-se dessa organização (Lacher, 2012, p.16), afirmando o seu líder que a AQMI deveria ser excluída das negociações com o Mali e que o movimento *Ansar-Al-Din* deveria renegar ao terrorismo para nelas participar, (Bilal, cit. por Hofnung, 2012), ou afastar-se (CS/ONU, 2012a, p.12). A *Al-Qaeda*, aproveitando-se do ataque da MNLA à base militar de Menaca, em 17/01/2012, e do golpe de estado no Mali, em 22/03/2012, conquista o norte desse país, através da *Ansar-Al-Din* e do Movimento para a Unidade e a *Jihad* na África Ocidental. Tal levou à intervenção da França coordenada com a Argélia, em 11/01/2013, (Siza, 2013a, p.20), secundada pela ação de militares da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Essa intervenção centrou-se na *Al-Qaeda* e não nos tuaregues, apesar de coexistirem no mesmo espaço. Decorrente dela, surgiu o Movimento Islamista de *Azawad*, dissidente da *Ansar-Al-Din*, demarcando-se da AQMI e defendendo conversações e a autodeterminação de *Azawad* (Pereira, 2013, p.25). Os tuaregues, inicialmente, procuraram apoio logístico-financeiro junto da *Al-Qaeda* e esta, oportunisticamente, procurou neles a legitimação dos seus objetivos. Enquanto os tuaregues são movidos pelo nacionalismo, a AQMI move-se por interesses ideológicos-religiosos.

A intervenção francesa no Mali desbaratou os elementos da *Al-Qaeda*, perguntando-se: “*Para onde? As fronteiras não existem. Virá uma vaga de islamistas radicais a caminho do Magrebe e da Europa?*” (Hoebeke, cit. por Lorena, 2012a, p.22-23). A Argélia duvidava se a intervenção militar traria a segurança à região e se não provocaria novos desafios, como aconteceu na Líbia (Dennison, 2012), receando que contaminasse a região de instabilidade, (Boukhars, 2012, pp.1, 3 e 17), provocando refugiados e problemas humanitários. Consentiu, contudo, com um certo desconforto, a atuação de forças internacionais na sua fronteira sul. Porém, os panoramas expressos nas figuras nº 5 e nº 6 justificam a premência de se evitar o domínio do norte do Mali pelos tuaregues ou pela AQMI.

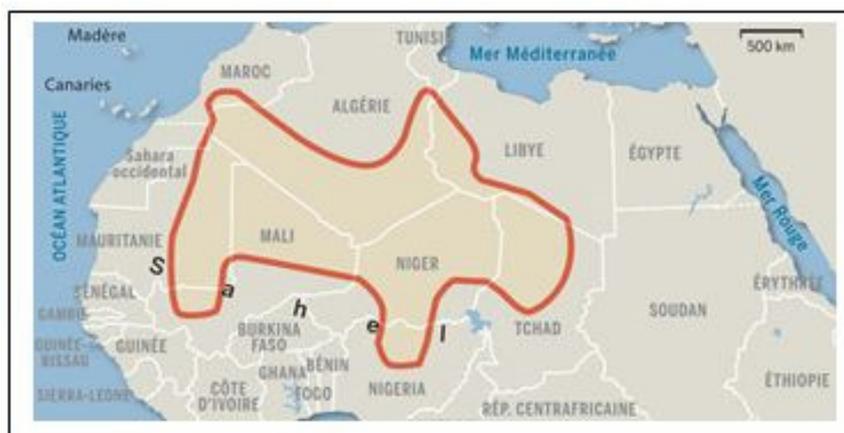


Figura 6 – Espaço da Al-Qaeda do Magreb Islâmico
 Origem: (Le Monde.fr, 2012).

Segundo Maria Galito, “[...] os países em que a AQMI mais opera (Argélia, Mali, Mauritânia, Marrocos, Níger) possuem um passado histórico de vulnerabilidade que não foi ultrapassado depois dos respectivos processos de descolonização, o que resulta tensões locais/regionais sociais, económicas e políticas que constituem obstáculo à neutralização do terrorismo” (2012, pp.94-95). Sem fronteiras, a Al-Qaeda tem partido do Sahel para atacar a Argélia, Marrocos e Tunísia¹⁰, nomeadamente da sua base de Nara no Mali, onde parecem estar alguns dos mísseis SAM 7 desaparecidos dos paíões líbios (Cf2R, 2011, p.41). O ataque de 16/01/2013 a *In Amenas*, na Argélia, lançado a partir da Líbia, foi perpetrado pela Al-Qaeda. Ela tem expandido a sua influência ao Níger e à Nigéria, recrutando e treinando grupos como o *Boko Haram*. “A transição do *Boko Haram* para os ataques suicidas sugere que o grupo pode ter conexões com outras grandes organizações salafistas-jihadista” (Cook, 2011, p.5). O *Boko Haram*, em meados de abril de 2014, raptou mais de 200 alunas de um liceu na Nigéria, tendo, anterior e posteriormente, perpetrado diversos ataques mortíferos, como o ocorrido em 27/05/2014, na região de Buni Yadi, que resultou no assassinato de 31 militares e políticas (Hemba *et al.*, 2014). Este comportamento tem merecido o repúdio internacional e levou à aprovação, em 17/05/2014, de um plano, por parte da Nigéria, Chade, Camarões, Níger e Benim, com o beneplácito do ocidente, para se combater aquele grupo terrorista (Público, 2014b).

¹⁰ Respetivamente 164, 2 e 1 ataques em 2011 (Galito, 2012, p.92).

A AQMI tem, ainda, recrutado elementos na base da Polisário de *Tindouf* (Khaled, 2012), agravando as tensões entre Marrocos e a Argélia.

“Perante a inexistência de qualquer presença governamental significativa no Sahel, a AQMI quase não enfrenta(va) oposição [...]”(Goito, 2011, p.3), até à intervenção francesa no Mali, que provocou, em março de 2013, a morte do seu líder Abu Zeïd (Nouakchott, 2013), desenvolvendo uma criminalidade sem fronteiras e uma *“[...] cultura de impunidade (não necessariamente confundível com atividades da AQMI, embora possa haver alguma sobreposição) [...]”* (Lohman, 2011, p.14). A associação entre crime e terrorismo ainda agora se justifica na sustentação deste e na sobrevivência do primeiro, paga com os lucros dos tráficos.

Os riscos de crime transfronteiriço, de recrutamento pelos terroristas e criminosos, de insegurança alimentar e de uma crise nutricional em toda a região do *Sahel* são aumentados pela migração descontrolada processada através da Líbia (CS/ONU, 2012a, pp.9 e 11). Assim, as PA provocaram efeitos no *Sahel* que afetam a região e o próprio NA.

b. Na margem norte do Mediterrâneo

As dúvidas sobre a Líbia, as possíveis derivas políticas do Egito, o terrorismo e o crime organizado atuantes entre NA-*Sahel*-NA, a economia paralela que dali estende tentáculos e a migração ilegal, são desafios afetadores da Europa do sul.

O ocidente apoiou as PA sem, contudo, capitalizar as simpatias dos Árabes. Os ataques dos *drones* americanos no Médio-Oriente, a interferência no Afeganistão e no Iraque e a memória das colonizações, justificam isso. Assim, a Europa pode sentir dificuldades em encontrar no NA aliados para incrementar a segurança e seguridade regional, a não ser que daí resultem benefícios para eles.

A conquista democrática do poder pelos islamistas, lançou uma *“[...] nova era de relacionamentos entre regiões e internacionais, que exigirá uma renegociação das relações entre Estados do sul e do norte do Mediterrâneo.”* (Ammour, 2012, p.1). Nela, estes estão em desvantagem, pela sua dependência energética. Da tabela nº 8 conclui-se que, em 2010, 10,2% das importações do petróleo provieram da Líbia.

Tabela 8 – Principais origens das importações de energia primária por parte da UE

	Crude oil									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
Russia	29.2	31.1	32.2	32.5	33.4	33.2	31.4	33.1	34.5	
Norway	19.4	19.2	18.8	16.9	15.5	15.1	15.1	15.2	13.8	
Libya	7.5	8.4	8.8	8.8	9.2	9.8	9.9	9.0	10.2	
Saudi Arabia	10.1	11.3	11.3	10.6	9.1	7.2	6.9	5.7	5.9	
Iran	4.9	6.4	6.3	6.1	6.2	6.2	5.4	4.7	5.7	
Kazakhstan	2.4	2.7	3.4	4.5	4.6	4.6	4.8	5.4	5.5	
Nigeria	3.5	4.3	2.6	3.2	3.6	2.7	4.0	4.5	4.2	
Azerbaijan	1.0	1.0	0.9	1.3	2.2	3.0	3.2	4.0	4.2	
Iraq	3.0	1.6	2.2	2.1	2.9	3.4	3.3	3.8	3.3	
Others	18.8	14.2	13.4	14.0	13.2	14.7	16.1	14.6	12.8	

Observação: Valores em percentagem, tendo em conta o fornecimento total à Europa.

Fonte: (Eurostat, 2012).

Da figura nº 7 ressalta que, em 2011, em termos de gás, a UE importou 3% da Líbia, 15% da Argélia, 1% do Egito e 34% da Rússia.

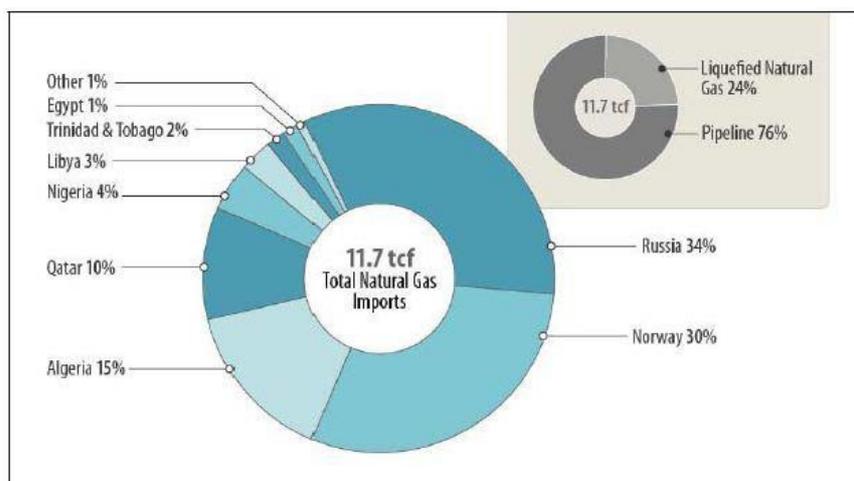


Figura 7 – Importação de gás por parte da EU em 2011

Fonte: (Ratner et al., 2012, p.6).

Assim, a “[...] Ásia Central e Norte de África [...] têm grande potencial para produzir mais gás do que atualmente e, dado a proximidade à Europa [...] oferecem possíveis alternativas aos fornecimentos da Rússia” (Ratner, et al. 2012, p.18). Aliás, a copresidência portuguesa e mauritana do Processo de Cooperação do Mediterrâneo Ocidental¹¹, coassumida em 2013-2014, teve, como pano de fundo, as questões da energia e do desenvolvimento sustentável (Ribeiro, 2014).

¹¹ Vulgo “Diálogo 5+5”, “Iniciativa 5+5”, ou “G5+5”. Engloba Portugal, Espanha, França, Itália, Malta, Mauritânia, Marrocos, Argélia, Líbia e Tunísia.

Do NA partem gasodutos para a Europa, como ilustra a figura n.º 8.

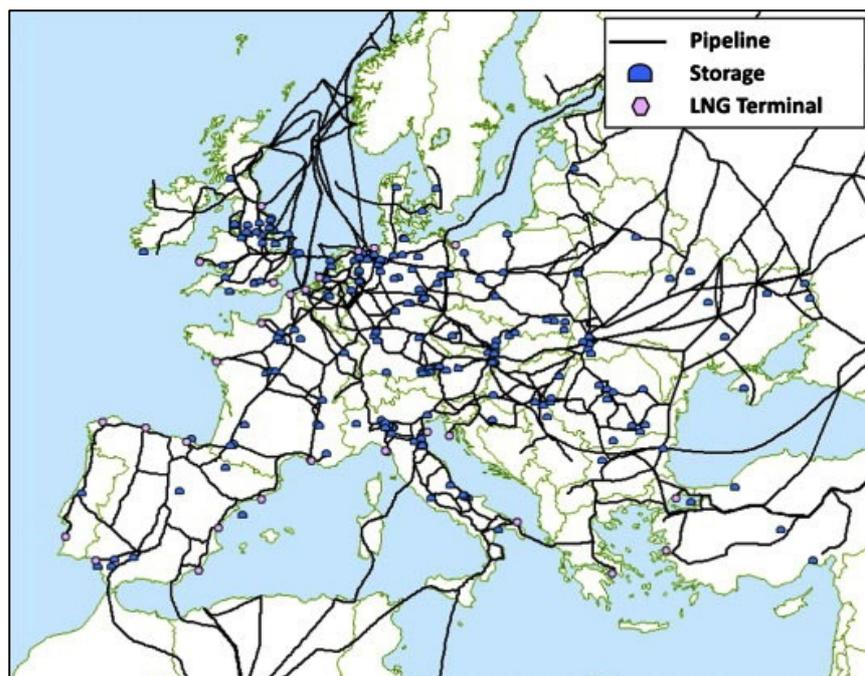


Figura 8 - Sistema de infraestrutura de abastecimento do mercado de gás europeu
Fonte: (Elsevier, 2011).

Porém, “[...] da “Primavera Árabe”[...] ressaltou a importância de manter capacidades de reposição e reservas estratégicas para lidar com as interrupções de fornecimento.” (BP, 2012, p.1). Daí a UE ter de diminuir desconfianças recíprocas para garantir melhores negociações com o NA.

As bases *jihadistas* líbias e a *Al-Qaeda* intranquilizam a Europa. A AQMI foi criada em 2007 para atuar na Europa (Filiu, 2010) e reconquistar o *Al-Andalus* (Filiu, 2009, p.8), região ilustrada na figura nº 9. Em maio de 2012 as autoridades espanholas intercetaram comunicações consideradas verossímeis de *Ansar-Al-Din*, exortando à libertação de Granada, Valência, Sevilha, Cordoba e do *Al-Andalus* (HB, 2012 e IDEALES, 2012).

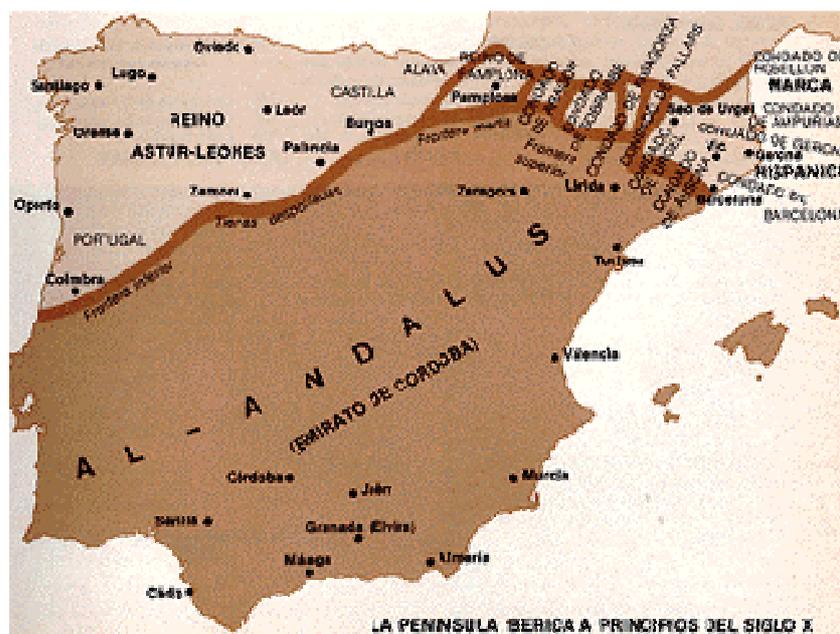


Figura 9 – Al-Andalus

Fonte: (Worldstudiesperلمان, 2010).

A AQMI tem procurado simpatizantes espanhóis (CADENA-SER, 2012). Em agosto de 2012 foram presos em Espanha três elementos da *Al-Qaeda* com explosivos, demonstrando que a ameaça é efetiva (BBC, 2012). O acesso ao armamento lúbio, o treino em bases da Líbia (Lebovich *et al.*, 2012, p.17 e Library-of-Congress, 2012, pp.2 e 23), o corredor de passagem ali existente (Idem p.42 e Santos, 2012) e o acesso a receitas pela AQMI (Lohmann, 2011, p.10) potenciam riscos para a Europa.

O crime organizado centrado no NA afeta a Europa, incidindo especialmente no tráfico de droga, de cigarros e de pessoas e no movimento de viaturas furtadas/roubadas. A droga tem maior expressão afetando toda a segurança do espaço europeu.

Existem relações entre crime organizado, migração ilegal e terrorismo. Quanto à ligação entre terrorismo e migração ilegal, verificam-se preocupantes deficiências de informação (FRONTEX, 2012, p.44). Os imigrantes ilegais podem induzir problemas por não se aculturarem, podendo interferir na economia e segurança dos países recetores, exacerbando nacionalismos. Alguns utilizam “*pateras*” em direção ao “paráiso” que frequentemente não atingem, devido a trágicos naufrágios.

A imigração legal, em si, não é um problema, podendo resolver questões específicas de mercado de trabalho (Eurostat, 2011). O que ela arrasta consigo é que pode ser problema. Geralmente, atrás da imigração, vem outra vaga de imigração –a das famílias-, a maior parte ilegal, diluindo-se nela aproveitadores, fundamentalistas, criminosos ou terroristas. A imigração legal também provoca problemas de integração, podendo gerar desencantos, criminalidade, terrorismo, exploração fácil, escravatura e tráfico. Existindo 14,9% de imigrantes do NA na UE (Ibidem), a probabilidade de tal ocorrer é elevada.

c. Síntese conclusiva

As PA fraturaram precários equilíbrios regionais e nacionais, acordando vontades que se encontravam, há muito tempo, adormecidas. As armas saqueadas dos arsenais líbios deram poder a fações defensoras de ideais do passado, como o MNLA, ou do terrorismo, como o *Ansar-Al-Din* ou a AQMI, todos alojados no *Sahel*. Esta, visando o *Al-Andalus*, tem ameaçado a Península Ibérica. Beneficiando de corredores abertos na Líbia, ela tem-se estendido para norte, sul e oeste, sustentando-se do crime organizado que ameaça a economia do NA, do *Sahel* e da Europa do sul. O êxodo provocado pelas PA do NA nos sentidos sul e norte tem fomentado o crime organizado e a migração, podendo esta arrastar, para o *Sahel* e para a margem norte mediterrânica, mais crime organizado, terrorismo, radicalismos e nacionalismos.

O islamismo no poder e a ascensão do salafismo ameaçam, por anátemas da história e pela diferença de valores, as relações com a Europa. Assim, os novos desafios de segurança do NA podem alastrar a insegurança ao *Sahel* e ao sul europeu, erodindo relações estabelecidas entre as duas margens mediterrânicas. Validámos, assim a H5.

Aqueles desafios provocam, nos vizinhos próximos do NA, impactos nos domínios social, das relações diplomáticas e políticas, da segurança, seguridade, defesa e economia, capazes de afetar a cooperação, ameaçando a solidariedade. Respondemos, assim à QD3.

5. Respostas aos desafios de segurança no norte de África

a. Medidas do âmbito do NA e *Sahel*

As situações internas dos Estados do NA influenciam os desafios regionais. As minimizações destes passam pelas reconciliações nacionais. As catarses fazem-se pela reflexão sobre o passado projetada no futuro e não pelas perseguições. Nesse sentido, Ahmed Senussi¹², afirmou: “Precisamos

¹² Detentor do prémio Sakharov/2011.

de reconstruir o nosso país, demonstrando tolerância mesmo para com aqueles que cometeram crimes, que violaram a dignidade humana" (cit. por Parlamento Europeu, 2011, p.2).

A mobilização para a unidade é outro pressuposto para a "solução". As PA originaram no NA miríades de partidos políticos¹³, islamistas, liberais, seculares e outros. A excessiva proliferação de partidos políticos atomiza o poder, dificultando consensos sobre os problemas. No Egito e na Tunísia, a falta de unidade na oposição não permite equilibrar o poder islamista. No Egito, a oposição à IM e aos salafistas, até julho de 2013, era feita pelos juízes da era de Mubarak, sendo isso contestado pelos juízes jovens. Desde meados desse ano essa oposição é feita, com violência, pelo General Abdel Fattah al-Sisi. Na Tunísia, em 2011, "*[...] a ausência de acordos entre as forças políticas nacionais [...] permitiu à Assembleia Constituinte, dominada pelos islamistas, assumir a elaboração da Constituição [...]*" (Manea cit. por Bakhat, 2012). Para se preservar o caráter civil das PA, os religiosos liberais, laicos e a esquerda política devem acordar estratégias de longo prazo para uma boa transição democrática, como aconteceu em Portugal (Mahiou cit. por Bakhat, 2012), caminho que a Tunísia parece querer trilhar. Já na Líbia, a falta da unidade nacional pode levar à secessão da *Cirenaica* e à deriva islâmica.

A democratização do NA é mais um desiderato do povo do que dos regimes, carecendo da firmeza de ambos. Dependendo a segurança e a estabilidade regional do sucesso das transições democráticas do Egito e da Líbia, o NA deve definir o horizonte da mudança e se quer a islamização da democracia ou a democratização do islamismo.

A resolução dos conflitos entre a Argélia e Marrocos pode contribuir para a estabilidade e segurança regional. Nesse sentido, a questão do *Sahara Ocidental* tem de ser ultrapassada. Só assim a União-do-Magrebe-Árabe¹⁴ (UMA) pode efetivamente contribuir para a "*[...] paz fundamentada na justiça e igualdade [...] a salvaguarda da concórdia entre Estados membros [...] o desenvolvimento industrial, agrícola, comercial, social [...]*" (UMA, 1989, p.2). Com a queda de Kadhañi e de Ben-Ali "*[...] pode haver vislumbres para[...] a União do Magrebe Árabe, cujo renascimento parece ser um desígnio da Tunísia [...]*" (Nickels, 2013), podendo promover a integração económica e transformá-la num ator estratégico no NA. Apesar do Egito não lhe pertencer, a UMA poderá ser, a médio prazo, um quadro de apoio para se dirimirem desafios. No ínterim, a Argélia poderia equilibrar o protagonismo do Egito no mundo árabe. A diplomacia argelina deveria ser mais ativa na mediação

¹³ Às eleições tunisinas de 23/10/2011, concorreram 81 partidos (Bollier, 2011). Às eleições egípcias de 28/11/2011 concorreram 68 partidos (Rabbo, 2011). Às eleições líbias de 07/07/2012 concorreram 142 partidos (POMED, 2012, p.7).

¹⁴ Constituída pela Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia.

dos conflitos regionais, cuja resolução pela força a pode arrastar para “*um pântano*” (Boukhars, 2012, p.15). Se assim fosse, provavelmente não era necessária a intervenção francesa e da força da CEDEAO no Mali, ao abrigo da Resolução do CS/ONU nº 2085(2012) (CS/ONU, 2012b).

A eliminação dos crimes transfronteiriços, que beneficiam senhores do crime, do terrorismo e da guerra, depende de um *Sahel* estável e seguro. O NA pode contribuir para isso investindo na impermeabilização das suas fronteiras. Isso é crucial para a Líbia e a Argélia nas fronteiras sul e para o Egito na sua fronteira leste.

“*A segurança das fronteiras [...] requer a reforma e formalização do sector de segurança [...]*” (Cole, 2012, p.20), mas também do da defesa. Em qualquer reforma a equidade de oportunidades, abrangendo etnias, tribos, géneros, religiões e ideologias, é fulcral. As reformas devem ainda garantir os direitos humanos, a democracia e o Estado de direito. As suas consolidações fazem-se através do combate à corrupção, de sólidas economias e de eficientes estruturas sociais e estatais. Isso promoverá o emprego, a melhoria das condições de vida, a diminuição da emigração, reforçando a fé dos jovens nos seus países e desviando-os do radicalismo, do crime e do terrorismo.

Os países do NA, devem garantir a soberania nos seus territórios, ligando com malhas institucionais os centros (cidades) às periferias (fronteiras). Para a Líbia isto é imperativo. Assim, “*[...] dada a articulação das crises internas com as questões estratégicas, a problemática centro-periferia será o foco das evoluções futuras, na Líbia como nos outros países [...]*” (Ammour, 2012, p.5). Segundo Pack e Barfi, faltando instituições de sociedade civil e de governança regional, a Líbia não estava preparada para o choque provocado pela periferia -onde se concentra agora o poder- no centro, precisando este de conexões, através de robustas instituições, até ao nível local (2012, p.26).

O NA deve adequar os seus modelos económicos, diminuindo a intervenção do Estado, havendo “*[...] falta de consenso quanto ao modo de agir, apesar de haver modelos viáveis[...]*” (Joffé, 2011b, p.089). A expurgação da corrupção, os pagamentos de justos salários, a rotação nos cargos¹⁵ e a adequação dos currículos académicos às necessidades do país, são essenciais à gestação de postos de trabalho, à redistribuição equitativa de riqueza e à diminuição da pobreza.

A Liga Árabe (LA) poderia ajudar nestas reformas. Ela tem 22 países, englobando os Mediterrâneos ocidental e oriental, o que dificulta consensos, pois não é uma comunidade epistémica, visto existirem múltiplas ideologias políticas e religiosas.

¹⁵ Os árabes pagam o mesmo pelo mesmo trabalho, fidelizando-se ao trabalhador o mais possível.

Outra plataforma de apoio, poderia ser a União Africana (UA). Possui 53 Estados, nos quais não está Marrocos. Na cimeira de líderes da UA (27/01/2013), o seu presidente afirmou, aludindo ao Mali: “*Não percebo por que é que quando foi confrontada com o perigo [...] apesar de ter meios para se defender, a África preferiu esperar que outros avançassem*” (cit. por Siza, 2013b, p.19). Anteriormente, a UA admitiu o esforço combinado com a ONU, CEDEAO e UE (VoA, 2012). A UA não tem encontrado soluções africanas para África, nem conseguiu operacionalizar a *North-African-Standby-Regional-Brigade* (Fisher, 2010, pp.46-47). Isso, conjugado com a sua postura no recente conflito líbio e a tendência para privilegiar a região subsariana, diminui a sua importância de apoio. Exceto a Líbia de Kadhafí, o NA foi sempre mais árabe que africano.

A Comunidade dos Estados do *Sahel-Sahariano* (CEN-SAD) poderia auxiliar a dirimir parte das novas ameaças do NA, em especial as provenientes do *Sahel*. Tendo surgido em 04/02/1998, possui 28 Estados-membros. Neles procura a união económica, a igualdade de tratamento dos cidadãos e a livre circulação de meios e capitais.

Possui protocolos de paz, prevenção e gestão de conflitos e uma convenção sobre segurança (Comissão da União Africana, 2011, pp.141-142). O seu mentor foi Kadhafí. Com a sua morte, “[...] os Estados africanos começaram a fazer campanha para Marrocos revitalizar a CEN-SAD [...]” e “[...] Marrocos irá [...] continuar os seus passos para tomar o comando dessa organização [...]” (Nickels, 2013). Na reunião da CEN-SAD de 16/02/2013, no Chade, Marrocos assumiu essa intenção procurando bases de cooperação para a segurança no *Sahel* e *Sahara* (Temsamani, 2013). Assim, Marrocos poderá projetar o NA sobre o centro do continente, o arabismo sobre o africanismo, o islamismo sobre outras religiões, através da organização constituída pelo maior número de países islâmicos africanos. Pode ainda afirmar-se no NA através da CEN-SAD, lançando iniciativas de segurança centradas no *Sahel*, região considerada estratégica na sua Constituição (Royaume-du-Maroc, 2011, p.3). “*As autoridades marroquinas [...] referem-se ao sul e ao sueste como as principais fontes de preocupação, especialmente pelo aumento das ameaças transnacionais [...]*” (Nickels, 2013). Como se verifica pela figura nº 10, a Argélia não pertence à comunidade. Sentindo a sul um “vulcão de ameaças” e possuindo relações atribuladas com Marrocos, a Argélia poderá reagir ao protagonismo marroquino pedindo, até, a adesão à CEN-SAD.

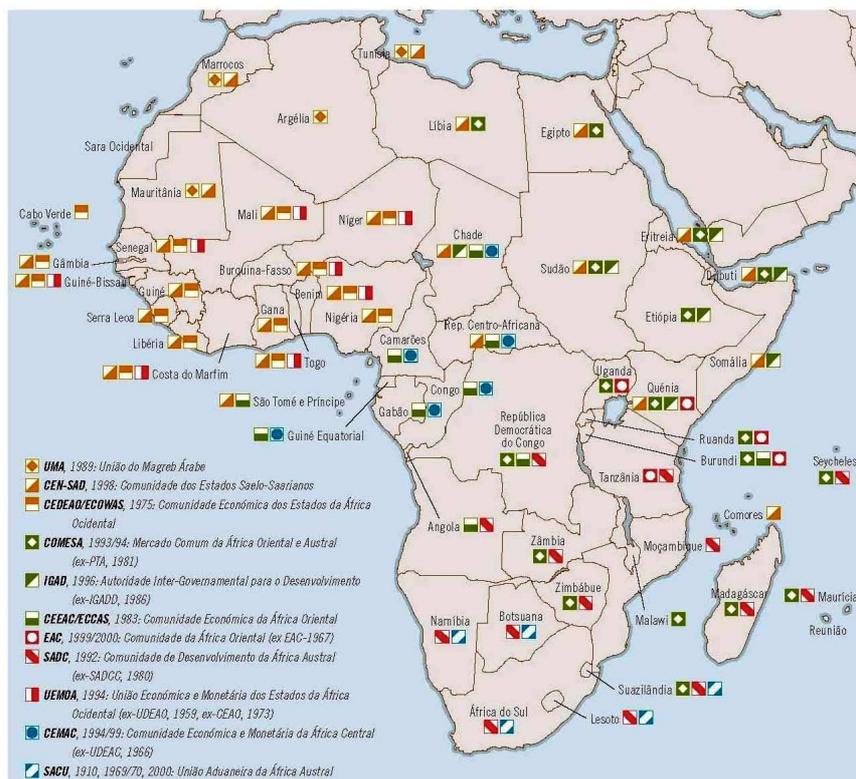


Figura 10 – Comunidades económicas regionais africanas

Fonte: (Cardoso, 2010, p.167).

Assim, não parece que das organizações analisadas surjam, a curto/médio prazo, apoios ao dirimir dos desafios emergentes, devendo os países do NA, no contexto regional, contar consigo próprios para fomentar climas de segurança.

b. Medidas do âmbito da Europa

Como vimos, os desafios emanados do NA que mais preocupam a Europa são: a imigração ilegal, o terrorismo, o crime organizado e as relações políticas e diplomáticas. Importa, agora, ver como ela poderá auxiliar a dirimi-los.

A Europa, tendo acreditado na democratização do NA, encontra-se desencantada. Cerca de 69% dos europeus consideram importante que os países do *Middle-East and North of Africa* (MENA) sejam democráticos, mas 29% consideram não deverem contribuir para tal. Cerca de 72% consideram que os MENA não estão preparados para a democracia e 57% consideram que os MENA podem atuar contra si (GMF *et al.*, 2011, pp.32-34). Estas perceções

podem induzir a redução do apoio ao NA. Segundo Hamid (2012), isso aumentaria o poder e a influência dos salafistas e dos ditadores árabes. O terrorismo ganharia adeptos, incentivados por exegeses próprias das tradições islâmicas. Assim, é estratégico apoiar as liberalizações políticas desses países, alertando-os de que o objetivo final é a democracia e sensibilizando os jovens para tal, pois serão os homens do poder de amanhã.

A Europa deve dialogar com todos os setores e atores da sociedade civil do NA, não discriminando quem possa, posteriormente, dificultar relações. A ajuda aos países do NA deve sujeitar-se ao pedido e ao consentimento destes. Só ganhando a sua confiança, a Europa poderá “[...] contribuir com lições aprendidas e conhecimentos técnicos em áreas importantes como a administração local, o Estado de direito [...]” (Garrigues, 2011, p.5). Essa confiança ajudará a construir uma “sólida ponte” com o mundo árabe, necessária à redução da insegurança nessa região. A confiança será incrementada através de relações multifacetadas e do desenvolvimento de projetos comuns, como a despoluição do Mediterrâneo, o controlo da migração e a cooperação em matérias de segurança e defesa.

Nessas iniciativas, a Europa deve privilegiar abordagens diretas e institucionais, prevenindo “[...] rumores de interferência externa [...]” (Vasconcelos, 2011, p.24), deixando às organizações não governamentais (ONG), a operar nesses países, “outros projetos”. Porém, deverá acompanhá-los, sem interferir, através do treino, da transferência de conhecimentos técnicos e do apoio às iniciativas democráticas.

A Europa deve promover as reconciliações no NA, incentivando a tolerância, a cidadania, a liberdade de escolha de credo e culto e a aproximação entre estratos sociais. A eficácia destas e das restantes medidas depende da catarse do passado. Tal incrementará a confiança no seio da sociedade, diminuindo a insatisfação e o domínio de recrutamento do radicalismo.

A Europa, referindo-se ao NA, tem aludido à democratização, direitos humanos e à governança, pensando em islamismo, terrorismo e imigração ilícita. Defendendo a democracia ela tem de aceitar os seus efeitos, em especial a ligação religião-política.

Os países de onde emanam o terrorismo e a imigração ilegal têm a responsabilidade primária de os debelar, podendo a Europa ajudar nisso, especialmente apoiando a governança. Assim, poderá capitalizar simpatias e obter informações, reduzindo vulnerabilidades, nomeadamente quanto às que estão relacionadas com “[...] a ligação entre grupos terroristas em atividade na UE e a sua conexão com redes irregulares de migração” (FRONTEX, 2012, p.44). Em matéria de segurança comum, a cooperação e a solidariedade são essenciais. Acordos como os firmados em 03/09/2012 pela Espanha e

Marrocos para obstar à migração ilegal, contribuem para a confiança e seguridade mútua (Villarejo, 2012).

A Europa poderá assessorar os países do NA na formulação de planos de ação conducentes à democratização, moldando-os em cinco eixos: transição para a democracia; estruturação e reforço das instituições públicas¹⁶; desenvolvimento económico e social; reforma da legislação; e garantia das liberdades e direitos humanos. Os programas deverão ser bem dimensionados e priorizados, com instrumentos financeiros adequados, inequívocos critérios de aferição e calendarizações de objetivos e avaliações. A progressão nos programas deverá subordinar-se ao atingir de metas intermédias, recompensado com incentivos de valor.

Segundo, Clark a inclusão económica e política é vital para a garantia da paz e da estabilidade necessárias ao desenvolvimento regional (2011). Assim, esses planos devem ser inclusivos, simples, compreensíveis, estudados e redigidos por comissões conjuntas representativas das partes. Comissões desse tipo devem fazer o acompanhamento e aferição/avaliação desses programas e planos. As reformas inerentes poderão ser assessoradas por especialistas europeus, devendo a Europa influenciar o NA, essencialmente pela diplomacia, para que cumpra o acordado.

As aberturas e culturas democráticas podem ser geradas pelo convívio da juventude universitária árabe com a europeia, ao abrigo de programas como o *Erasmus*; pela promoção de iniciativas dirigidas aos intelectuais que os atraiam a *fora* europeus, nas universidades, instituições culturais ou outras; e pela formação de docentes, investigadores, académicos e jornalistas na Europa. A Europa pode, ainda, cooperar na revisão dos *curricula* académicos desses países.

O investimento industrial da Europa no NA e o incentivo às trocas comerciais de interesse mútuo promoverão o emprego, a transferência de tecnologia e conhecimento e a melhoria das condições de vida. O NA tem a sua economia baseada nas indústrias extrativas, que geram poucos postos de trabalho e “[...] muito pouco receitas fiscais [...] o que limita a capacidade de melhorar o estado de desenvolvimento humano [...]” (Idem). Adicionalmente, a Europa pode proporcionar créditos financeiros, conhecimentos sobre a retificação dos solos, melhores sementes e adubos e o escoamento das produções.

Quanto ao *Sahel*, “[...] os poderes do Ocidente devem ser empenhados [...] de uma forma complementar e não competitiva com as iniciativas de segurança e diplomáticas da Argélia” (Boukhars, 2012, p.4) e dos outros países do NA, fazendo-se as coordenações necessárias em relações de geometria variável.

¹⁶ Como sejam, sem as esgotar, as políticas, as sociais, de justiça, de segurança e de defesa.

O Diálogo 5+5, pode ser um fórum de apoio ao NA. Gerado em 1983, pretende apoiar os signatários do sul nos âmbitos financeiro, cultural, migração, gestão dos recursos naturais e desenvolvimento de laços económicos, “[...] numa perspectiva conjunta de se criar uma zona de paz e cooperação [...]” (EMGFA, 2009). A dimensão militar surgiu em 2004, abrangendo a vigilância marítima, a participação das FFAA na proteção civil e a segurança aérea. É um fórum informal de discussão de ideias com limitada capacidade financeira, não abrangendo todo o espectro dos desafios do NA. “*Tem a vantagem de não incluir o perturbado Mediterrâneo Oriental [...] [e] é o único fórum que inclui a Líbia.*” (Sacchetti, 2006, p.32). Sendo uma iniciativa 5+5, nem sempre produz consensos a dez.

Segundo o General Loureiro dos Santos, a Europa, no apoio ao NA, deve privilegiar a NATO (2012). Esta Organização desenvolveu o Diálogo do Mediterrâneo (DM)¹⁷, que procura consensos sobre a segurança regional (NATO, 2012b), preconizando políticas de não discriminação, abordagens centradas nas especificidades, voluntarismo da participação e a complementaridade com outros projetos¹⁸. O diálogo com os países afetos ao DM, constantes na figura nº 11, faz-se, preferencialmente, de modo bilateral (“NATO+1”), havendo reuniões do tipo “NATO+7”. Fazendo dele parte Israel, os países árabes podem encarar relutantemente os projetos comuns. Já a Líbia não aderiu, mostrando-se a NATO aberta à inclusão de mais países (Idem), considerando estratégico “[...] o desenvolvimento de relações amigas e de cooperação com todas as nações do Mediterrâneo [...]” (NATO, 2011, pp.30-31). Porém, defende o autofinanciamento das participações, financiando-as por exceção, podendo isso afastar possíveis participantes. O DM tem projetos de contra terrorismo, modernização das FFAA, segurança das fronteiras, gestão de crises, etc., não dando resposta aos desafios económicos, políticos e sociais. Além disso, a intervenção da NATO na Líbia, feita a pedido da LA e autorizada pela ONU, deixou sequelas. As 72 baixas civis líbias (HRW, 2012, pp.4 e 65), os bombardeamentos a Trípoli e a discutível interpretação da resolução 1973/ONU¹⁹, reforçaram “[...] as acusações de neocolonialismo que são evocadas pelos países árabes [...]” (Cf2R, 2011, p.32). Assim, a NATO, disponibilizando iniciativas positivas, tem um domínio limitado de apoio ao dirimir dos desafios do NA.

¹⁷ Constituído pela Mauritânia, Marrocos, Argélia, Tunísia, Egito, a Jordânia e Israel.

¹⁸ Nomeadamente da UE, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e do “G5+5”.

¹⁹ Essa resolução exigia que as autoridades líbias agissem de acordo com o direito internacional e permitia às forças que atuavam sob a égide da ONU que estabelecesse uma zona de exclusão aérea para melhor garantirem a proteção da população civil. Contudo, não permitia que essas forças fizessem ataques contra as forças líbias, como por diversas vezes aconteceu, culminando um deles com a morte de Kadhafi, o que foi considerado, por algumas entidades, como um assassinato político perpetrado por forças da NATO.



Figura 11 – Membros e parceiros da NATO
Fonte: (NATO, 2009a).

A UE pode conceder cruciais apoios ao NA. Para ela, “[...] os países vizinhos do sul têm uma importância especial [...] devido à sua proximidade geográfica, às numerosas trocas comerciais e sociais [...] e] à preocupação em manter boas relações com uma região instável [...]” (Charrillon, 2001, p.112). “A UE pode ajudar muito, porque [...] os países europeus têm vasta experiência em reconstrução [...] [e precisa-se] de toda a ajuda disponível [...]” (El Senussi, cit. por Parlamento Europeu, 2011, p.5). Essa experiência permite-lhe assessorar na reconstrução dos Estados, na formulação de políticas e na reforma dos setores de segurança e defesa. A UE, referindo-se aos países do NA, afirmou que “[...] a luta destes pela democracia, dignidade, prosperidade e a recusa de perseguição seria apoiado pela Europa. A Europa disponibilizará também a sua experiência e conhecimento para ajudá-los a enfrentar os desafios da transição de um regime autoritário para a democracia.” (UE, 2012b, p.2). Fazendo-o, deve salvaguardar as soberanias e as especificidades, atuando por parcerias, preferencialmente bilaterais, sem repudiar outras geometrias, sempre sob o

segundo pilar do seu princípio de subsidiariedade²⁰ que, não se aplicando ao NA, serve de “doutrina” à UE. Deve evitar redundâncias, coordenando com os seus países e outras organizações, pois a UE é formada por 28 Estados, 21 dos quais pertencem aos 28 membros da NATO²¹ e 4 pertencem às duas organizações e ao “Grupo 5+5”.

A UE, para apoio ao NA, possui o *Instrumento para a Estabilidade*²², o *Instrumento Europeu para a Democracia e Direitos Humanos*²³ e o *Instrumento de Parceria Europeia de Vizinhança*, financiador da Política Europeia de Vizinhança (PEV) (Vasconcelos, 2011, p.62). Esta política é a plataforma de cooperação com os países MENA, inscrevendo-se na Estratégia Europeia em Matéria de Segurança, atuando nos planos político, diplomático e económico. Considerando essa estratégia, a UE e os países apoiados elaboram os seus Programas Indicativos Nacionais (PIN), constando da tabela nº 9 os aplicáveis a 2011-2013 e ao NA.

Tabela 9 – Programas indicativos nacionais delineados no âmbito da PEV

	País	Marrocos(1)	Argélia(2)	Líbia(3)	Tunísia (4)	Egito (5)	Total
Programas Indicativos Nacionais (Milhões de euros)	Desenvolvimento das políticas sociais	116,1					
	Modernização económica	58,05					
	Apoio institucional	232,2					
	Boa governação e direitos humanos	87,075					
	Proteção do ambiente	87,075					
	Desenvolvimento durável e cultural		72-76				
	Crescimento económico e de emprego		96-100				
	Melhoria da qualidade do capital humano			30-36			
	Aumento da sustentabilidade do desenvolvimento económico e social			24-30			
	Gestão da migração			(Obs)			
	Apoio ao setor do emprego e proteção social				48-64		
	Programa de apoio à intervenção				84-90		
	Programa de apoio às empresas				76-84		
	Programa de apoio ao setor da justiça				15-20		
	Reforma das áreas da democracia, direitos humanos e justiça					50	

²⁰ Ver Anexo1 – Corpo de conceitos.

²¹ Consultar figura em: (NATO, 2009b).

²² Ferramenta estratégica destinada, desde 2007, à resolução de desafios de segurança global e de desenvolvimento, em complemento a outros instrumentos (Vasconcelos, 2011, p.62).

²³ Único instrumento destinado ao financiamento direto de organizações civis, sem o consentimento dos governos beneficiários (Ibidem).

País	Marrocos(1)	Argélia(2)	Líbia(3)	Tunísia (4)	Egito (5)	Total
Competitividade e produtividade da economia					189	
Sustentabilidade do desenvolvimento e gestão dos recursos humanos e naturais					210	
Total do programa	580,5	172	60	240	449	1502

Obs: Neste Programa, a UE e a Líbia ainda não atingiram consensos. Quando forem conseguidos, as verbas serão redistribuídas.

Referências: (1) - (EC, 2010a, p.36). (2) - (EC, 2010b, p.35). (3) - (EC, 2010c, p.21). (4) - (EC, 2010d, p.13). (5) - (EC, 2010e, p.30).

Fonte dos dados: (EC, 2010a, EC, 2010b, EC, 2010c, EC, 2010d, EC, 2010e).

Nela verifica-se que só o Egito contempla reformas diretas na área da democracia e só esse país e Marrocos contemplam programas de direitos humanos. A Líbia possui um programa de gestão da migração suspenso por falta de consensos com a UE. Marrocos é o país com maior verba e mais programas atribuídos (580,5 milhões de euros), seguido pelo Egito (449 milhões de euros).

Os PIN foram formulados em 2007, considerando as realidades dos países, possuindo subprogramas específicos²⁴. Contudo, orientam-se para desafios desajustados. Alguns, como os da Tunísia e Egito, “[...] deveriam ser revistos e reforçados no campo das reformas políticas e das provisões financeiras [...] surgindo mudanças e novos desafios, os pacotes financeiros deveriam ser incrementados e deveriam ser introduzidas novas prioridades políticas [...]” (Vasconcelos, 2011, p.52).

A Europa confundiu, anteriormente, liberalização com democratização, reconfortando-se com as autocracias liberalizadas do NA, não exigindo, após o Processo de Barcelona, de 1995, que se cumprissem critérios de “[...] boa governação e do respeito pelas liberdades individuais” (Joffé, 2011b, p.093). As PA “[...] mostraram que o apoio da UE às reformas políticas dos países vizinhos não produziram esses frutos, senão de maneira limitada [...]].É conveniente para [...] dar respostas mais adaptadas [...] que esses países sejam confrontados com uma mudança súbita do regime ou envolvidos num processo de reforma e de consolidação da democracia [...]” (EC, 2011, p.1). Assim, a UE orienta a PEV para uma “[...] parceria para a Democracia e Prosperidade partilhadas considerada um passo fundamental nas relações da UE com os parceiros que assumiram reformas específicas e mensuráveis” (UE, 2011a, p.5). A PEV tem três pilares (“3M”): moeda, mobilidade e mercados (Füle, 2012, pp.1-4). No primeiro a UE disponibiliza 1,2 mil milhões de euros sobre os 5,7 mil milhões orçamentados para 2011-2013, podendo, os bancos

²⁴ Ver Apêndice 2 – Constituição dos programas indicativos nacionais.

de investimentos e o Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento apoiar o sul. O segundo “M” contempla a modernização do ensino superior do sul, através da bolsa universitária *Erasmus* e dos programas *Tempus* e de mobilidade. No terceiro “M” está o acesso em melhores condições aos mercados da UE bem como Áreas de Livre Comércio, com Marrocos, Egito, Tunísia e Jordânia (UE, 2011b, pp.1-3).

A UE pretende, assim, incrementar a segurança na região e na Europa promovendo, no NA, a democracia, Estados de direito, economias de mercado e desenvolvimentos sustentados, apoiada em planos de ação estruturados, práticos e simples (EC, 2011, pp.14 e 18-24). Sob o “[...] princípio consistente de «dar mais para receber mais» [...] somente os parceiros que desejem envolver-se nas reformas políticas e respeitar os valores universais reconhecidos dos direitos humanos, da democracia e do Estado de direito podem beneficiar dos aspetos mais vantajosos da política da União, nomeadamente a integração económica [...] a mobilidade de pessoas [...] e um maior apoio financeiro [...]” (UE, 2012b, p.4). Para isso, “[...] a cooperação com os vizinhos é a única maneira de enfrentar e atacar as ameaças que desafiam as fronteiras [...]” (EC, 2011, p.24). Todavia, “[...] o problema com a abordagem da UE [ao Sul] é que a mesma é modelada segundo a sua abordagem para a Europa Oriental [...] onde os países estavam desesperados para adotar os seus valores e onde o objetivo final era a adesão, o que dava sentido à passagem pelo doloroso processo da transição” (Leonard, 2011). A Europa, porém, não pode alimentar o *status quo* da “liberalização perpétua”, pois no passado espartilhou sociedades, originando movimentos de dissidência política.

A afirmação da UE de poder viabilizar o “estatuto avançado” da Tunísia, cuja atribuição “[...] deve estar condicionado à realização com sucesso de uma transição democrática [...]” (Vasconcelos, 2011, p.53), poderia ser estratégico para a região, pois poderia “acelerar” a sua transição para a democracia, contagiando a região.

Já o projeto “União para o Mediterrâneo” não nos parece ser de considerar, pois: envolve o “conturbado” oriente, não sendo possível olhar para o NA sem ter presente a realidade no Médio-oriente (Pinto, 2012); os seus programas não têm dimensão política, estando adormecidos; e as reuniões conjuntas não têm ocorrido com a realidade necessária.

Segundo Denisson e Dworkin, a UE deve preparar-se para a eventualidade de regimes eleitos democraticamente não assumirem os valores que partilha, em especial quanto aos direitos humanos e ao secularismo (2011b, pp.1-16). Deve, ainda, aceitar que o islamismo político, sendo suportado em estruturas sociais e políticas autónomas, conhecedoras das tradições e valores islâmicos, se afirma facilmente numa sociedade muçulmana. “*Temos de*

nos preparar para lidar com o islão político, de Marrocos à Síria [...] temos de nos preparar para esta nova realidade que vai emergir na periferia do sul da Europa [...]” (Amado cit. por Lusa, 2012).

Pela análise feita, a UE é o plano mais abrangente, capaz e dotado dos instrumentos necessários para apoiar o NA, podendo atuar com outras organizações²⁵, em parceria ou coordenação. Porém, deve “[...] *conceber uma estratégia de relacionamento com os novos regimes [...] [e] é essencial que a UE conheça melhor as forças islamistas [...]”* (Vasconcelos, 2012, p.184).

Portugal, face à atual crise económica e financeira que vivencia, não se apresenta como um oásis para quem quer imigrar. Contudo, tal não o liberta de se preocupar com a migração ilegal, pelo que deve manter laços de cooperação com o NA que englobem medidas debeladoras desse desafio. Tendo sabido sair da “África branca” sem hostilizar ou ser hostilizado, Portugal pode tirar partido de ser o único a pertencer, concomitantemente, à UE, NATO, OSCE, ONU, Conselho da Europa, “Grupo 5+5” e Comunidade dos Países da Língua Portuguesa, podendo ser uma placa giratória entre essas organizações, trazendo aos seus *fora* de discussão e de decisão os assuntos do NA.

c. Síntese conclusiva

Os países do NA necessitam de medidas para enfrentar os desafios que dali irradiam para norte e sul. Cumpre-lhes “secar” as fontes desses desafios. As soluções passam pela reconciliação interna e com o passado, boa governança, inclusão, desenvolvimento, garantia dos direitos humanos, controlo de fronteiras, de movimentos dos povos e de armas, luta contra o crime organizado e o terrorismo, minimização das diferenças sociais e investimento no capital humano. Essas medidas inserem-se nos domínios social, político, económico, de segurança e defesa. Validámos, assim, a H6.

Para implementar essas medidas, o NA necessita da cooperação dos seus vizinhos próximos. As organizações africanas não parecem poder colaborar decisivamente para tal, isolando mais, na ação, o NA. Este, porém, deve manter os canais de cooperação com o sul e o norte. A UE parece poder apoiar na totalidade dos domínios referidos, estando interessada nessa cooperação, pois beneficia a sua segurança, tendo instrumentos adequados para a desenvolver. Assim, a sua cooperação é essencial para o NA poder gerir os desafios emergentes. Validámos, assim, a H7.

A UE pode desenhar planos de ação estruturados em cooperação com os países do NA, considerando as suas necessidades, contemplando

²⁵ Como a OSCE, com 56 países dos 192 da ONU, nem todos europeus, como o Canadá, os Estados Unidos da América, ou a Rússia.

medidas daqueles domínios e privilegiando o diálogo, a inclusão, a rapidez e as especificidades. O seu apoio deve obedecer aos princípios da subsidiariedade e da responsabilidade mútua, envolvendo, dialogando, não discriminando e sabendo exigir, garantindo a concordância na cooperação recíproca. Deve, ainda, evitar redundâncias e colaborar nas iniciativas das organizações regionais africanas, da LA, do “G5+5,” da ONU e da NATO. Respondemos, assim, à nossa QD4.

CONCLUSÕES

As dinâmicas que, desde 2010, ocorrem no NA, acordaram desafios adormecidos e geraram outros, afetadores da segurança regional e dos seus vizinhos próximos, o que confere importância e oportunidade a este trabalho. Conduzimos a nossa investigação pelo método hipotético-dedutivo, elegendo um modelo de análise para o qual, obedecendo ao procedimento metodológico, se elencaram hipóteses que, após confirmadas, nos conduziram à resposta à QC.

Iniciámos o estudo refletindo sobre a conceptualização de suporte à investigação, estabelecendo-se uma relação entre *democracias, autocracias e autocracias liberais com contestações sociais, tensões e repressões políticas*.

Analisámos as convulsões sociais ocorridas no NA em 2010-2011, concluindo que, nos regimes reconhecidos pelo povo como válidos, as PA não aconteceram, devido às pequenas concessões que os seus governantes fizeram. Nos países cujas contestações visaram os líderes, foram gerados movimentos de dissidência política, surgindo as PA. Contudo, nenhum deles atingiu a democracia, contrariando expectativas dos ocidentais de que as PA fizessem emergir outros defensores dos seus valores. Surgiu, antes, o islamismo político (visto como a única opção credível a um secularismo contaminado pelos regimes depostos), a liberalização contida, a tentativa de alterações de padrões societários, o agudizar de desafios existentes e o brotar de outros. Exceto na Líbia, onde houve alterações profundas, nos outros países as mudanças, após PA, não foram significativas. A Tunísia parece ter condições para uma transição democrática mais tranquila, mas o Egito induz-nos incerteza e a Líbia, podendo encontrar oportunidades na mudança, poderá sentir dificuldades nessa transição.

Das PA resultaram desafios à segurança dos países do NA e seus vizinhos próximos, proporcionadores de ameaças e exigindo atenções. Esses desafios não têm a mesma expressão em todos esses países. Deles se destacam os intimamente ligados à governança; gestão das expectativas populares; (re)construção do aparelho do Estado; reforma dos setores de defesa, segurança, judicial e económica; segurança interna; intolerância religiosa; direitos humanos; proliferação do armamento; controlo dos territórios; islamismo político; salafismo na política; crime organizado; migração ilegal; controlo de fronteiras; cessação territorial; terrorismo e economia paralela. Estes desafios enquadram-se nos domínios social, político, segurança e defesa do Estado. Existem, porém, desafios comuns aos países do NA, suscetíveis de

se transformarem em oportunidades e que são os seus jovens, a emigração e a mudança.

Analisando os impactos daqueles desafios nos vizinhos do NA, verificámos que quebraram precários equilíbrios de segurança num *Sahel* susceptível ao terrorismo e ao crime organizado que, usando uma migração que transita através do corredor líbio e de fronteiras permeáveis, estendem tentáculos para norte, ameaçando a Europa, onde se situa o almejado *Al-Andaluz*. Além disso, o islamismo radical no poder parece ameaçar erodir as relações entre as margens mediterrânicas. Esses impactos enquadram-se nos domínios social, da segurança, da seguridade, da defesa e das relações políticas e diplomáticas.

Considerando tais impactos, estudámos as medidas que o NA e a Europa poderão implementar para os minimizar, concluindo que elas se enquadram naqueles domínios já referidos, sendo essencial, para essa minimização, a cooperação entre o NA e os seus vizinhos próximos. Concluimos, ainda, que as organizações regionais africanas e árabes estão pouco vocacionadas para ajudar o NA a debelar desses desafios e a minimizar esses impactos, podendo a Europa, através da UE, prestar esse apoio, dispondo esta organização de instrumentos adequados para o fazer.

Tendo presente o OG desta investigação, consideramos que o percurso metodológico seguido proporcionou a sua concretização, permitindo-nos, agora, a resposta à nossa QC: *Quais as medidas a serem desenvolvidas pelos países do norte de África e seus vizinhos próximos, para enfrentar os novos desafios de segurança decorrentes da Primavera Árabe e que se fazem sentir nessa região geográfica?*

Considerando o “fim último” de garantir níveis de segurança aceitáveis para o NA, indutores de segurança e seguridade nos seus vizinhos próximos, as medidas a adotar para tal situam-se em três níveis: do NA, do *Sahel* e da Europa.

- Quanto às medidas da responsabilidade do NA, elas são as seguintes:
- Reconciliação interna e com o passado, escorada na boa governança, que contemple a inclusão étnica, racial, ideológica e religiosa;
 - Promoção do desenvolvimento sólido, sustentado na capacitação humana, adequada às necessidades nacionais, suportada em programas académicos e técnicos eficientes;
 - Desenvolvimento de elites académicas, políticas e científicas, capazes de gerar inovação, destinos tolerantes e visões esclarecidas de futuros;
 - Garantia dos direitos humanos, respeitando as minorias e as mulheres;

- Controlo da corrupção e da criminalidade, com normas eficazes de justiça, decorrentes de uma efetiva reforma do setor judicial;
- Controlo do território e fronteiras, implementando uma malha estatal dos centros para a periferia, garante da segurança interna renovada por criteriosas reformas dos setores de segurança e defesa;
- Promoção do trabalho, pela rotatividade laboral e pelo pagamento do justo salário face ao desempenho;
- Luta contra o terrorismo e o tráfico de armas, através de procedimentos rigorosos de segurança e cooperação interna dos aparelhos do Estado e com os países vizinhos.

A concretização destas medidas diminuirá as diferenças sociais e o desemprego, exponenciando o bem-estar e a motivação do povo, reduzindo a adesão ao fundamentalismo e a predisposição para a dissidência política e o terrorismo.

Quanto às medidas a adotar pelo Sahel, elas poderão contribuir para o ambiente de segurança e de seguridade no NA, combatendo o crime organizado, o terrorismo, a migração ilegal e promovendo um maior controlo de fronteiras, tudo em cooperação com os seus vizinhos do norte.

Já a Europa poderá apoiar o dirimir dos desafios de segurança do NA com as seguintes medidas, sem nelas se esgotar:

- Apoio técnico às diversas reformas a executar pelos países do NA;
- A promoção de eventos científicos e académicos, abertos às comunidades pertencentes aos países do NA;
- A elaboração, na base da cooperação e com a participação dos futuros usufrutuários, de planos de ação, simples e específicos;
- A concessão de bolsas de estudo e de oportunidades para jovens estudarem na Europa;
- A cooperação no domínio da agricultura e da indústria;
- A concessão de linhas de crédito atrativas aos países do NA, para a promoção da indústria e do desenvolvimento sustentado, incentivando o comércio entre as duas margens;
- A transferência de conhecimentos, de saber científico e de tecnologia;
- A cooperação em matérias de segurança e defesa, na vigilância do Mediterrâneo e na luta contra o crime e o terrorismo, podendo aqui, a Agência FRONTEX ter um papel importante.

Nesse percurso a Europa, sem se impor, deve cooperar de forma direta, incentivando o diálogo, promovendo a confiança mútua e a reconciliação, exigindo a verificação dos valores da dignidade, dos direitos humanos e da transição democrática, sem julgar antecipadamente.

Para implementar estas medidas, a Europa pode-se socorrer da UE, que possui instrumentos adequados para tal, sem excluir a colaboração de outras plataformas, usadas coordenada e complementarmente, como o “G5+5” ou a NATO, podendo Portugal funcionar como charneira, pois pertence a todas essas Organizações.

Os contributos desta investigação para o conhecimento decorrem da análise integrada realizada, tendo-se, através dela, encontrado possíveis soluções, materializadas nas medidas já referidas, para a resolução do problema consubstanciado na nossa QC. As medidas enfatizadas, no seu todo, deverão constituir o cerne de planos de ação para dirimir os perigos de segurança que se manifestam no NA.

Para além das medidas supra referidas, recomendamos, ainda, estas outras, como facilitadoras da implementação daquelas:

- A UE, para prestar um apoio credível, deve rever os PIN já desenvolvidos, com a participação dos usufrutuários. Deve, ainda, acompanhar e aferir a execução desses PIN, através de comissões conjuntas, com representantes daqueles países.
- A UE beneficiaria a abertura de mentalidades e a aceitação de culturas, com repercussões positivas no futuro, tanto no âmbito da confiança como da segurança regional, se promovesse iniciativas em que académicos, alunos, cientistas, políticos, ideólogos e religiosos, do NA, pudessem ouvir ideias e discuti-las abertamente, com os seus congéneres europeus. Essas atividades poderiam ser desenvolvidas no quadro da UE e do “G5+5”. Tendo Portugal assumido a presidência desta Iniciativa em 2013, poderia protagonizar atividades estratégicas deste tipo, o que não obsta a que o faça no futuro.
- A constituição de uma força naval combinada, no quadro do “G5+5”, com um comando rotativo, para patrulhamento do Mediterrâneo ocidental, poderá promover a confiança e maior segurança naquele mar comum.
- A execução, periódica, de exercícios táticos e operacionais, com a participação de Forças combinadas e conjuntas dos países do “G5+5”, organizados e planeados em regime de rotatividade entre esses países poderá incrementar essa confiança.

Terminamos este trabalho de investigação, formulando duas propostas de linhas de investigação futura, a saber:

- Analisar o efeito da longevidade dos ex-regimes autocráticos liberalizados dos países do NA nas transições democráticas destes;
- Avaliar a influência do Médio-orientado na segurança do NA.

BIBLIOGRAFIA

- AFP, 2011. *Egyptians should copy Tunisian revolt: ElBaradei*. [Em linha] Berlim: AFP. Disponível em: <http://www.google.com/hostednews/afp/article/ALeqM5joGJ9JWnttO1zBMsqU8wJqD2qscA?docId=CNG.7ffd4f2e62ccb3576e8e09bd39028670.721>, [Consult. 03 out. 2012].
- AFP, 2012. *Os Salafistas são um “perigo”, alerta líder islamita da Tunísia*. [Em linha] São Paulo: Terra Networks Brasil S. A. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI6170692-EI294,00-Os+salafistas+sao+um+perigo+alerta+lider+islamita+da+Tunisia.html>, [Consult. 30 out. 2012].
- Agência Estado, 2012. *Egito apreende armas contrabandeadas da Líbia*. [Em linha] São Paulo: Grupo Estado. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,egito-apreende-armas-contrabandeadas-da-libia,893520,0.htm>, [Consult. 01 out. 2012].
- AI, 2012a. *Amnesty International Report 2012: The State of the world’s human rights*. [Em linha] Londres: Amnesty International. Disponível em: http://www.amnistia-internacional.pt/files/relatorioanual/RA_2012/AIR12-Report-English.pdf, [Consult. 24 set. 2012].
- AI, 2012b. *Informe 2012-Amnistia Internacional: O estado dos direitos humanos no mundo*. [Livro eletrónico] Londres: Amnesty International. Disponível em: http://files.amnesty.org/air12/air_2012_full_pt-br.pdf, [Consult. 01 out. 2012].
- AI, 2012c. *Médio Oriente e Norte de África: Panorama regional*. [Em linha] Lisboa: Amnistia Internacional. Disponível em: http://www.amnistia-internacional.pt/files/relatorioanual/RA_2012/PT_MedioOriente_NorteAfrica_Panorama-regional_2012.pdf, [Consult. 01 out. 2012].
- AI, 2012d. *The State of Human Rights in the Middle East and North Africa*. [Em linha] Londres: Amnesty International. Disponível em: http://www.amnistia-internacional.pt/files/Noticias_anexos/MENA_Year2011_9Jan2012.pdf, [Consult. 01 out. 2012].
- AI, 2012e. *La dirección política del país debe dar prioridad a los derechos humanos*. [Em linha] Madrid: Amnistia Internacional. Disponível em: <http://www.es.amnesty.org/noticias/noticias/articulo/la-direccion-politica-del-pais-debe-dar-prioridad-a-los-derechos-humanos/>, [Consult. 30 out. 2012].

- AI, 2013. *A nova Constituição da Tunísia precisa defender os direitos humanos para todos*. [Em linha] Brasil: Amnistia Internacional. Disponível em: <http://anistia.org.br/direitos-humanos/blog/nova-constitui%C3%A7%C3%A3o-da-tun%C3%ADsia-precisa-defender-os-direitos-humanos-para-todos-2>, [Consult. 31 jan. 2013].
- Alcário, ICCA, 2009. *O Processo de Liberalização Política em Marrocos (1992-2007): Uma Transição Adiada*. Tese de Dissertação de Mestrado em História das Relações Internacionais. ISCTE. [Em linha]. Disponível em: http://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/1685/2/Alcario_o%20processo%20de%20Liberaliza%C3%A7%C3%A3o%20pol%C3%ADtica%20em%20Marrocos.pdf, [Consult. 24 set. 2012].
- Amara, T, 2012. *Salafistas atacam hotel na Tunísia por servirem álcool*. [Em linha] Brasil: Thomson Reuters Corporate. Disponível em: <http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRSPE88305920120904>, [Consult. 30 out. 2012].
- Ammour, LA, 2012. *Nouveaux défis sécuritaires en Afrique du Nord après le «printemps arabe»*. [Em linha] Genebra: Centre de Politique de Sécurité. GCSP Policy Paper 2012/4. Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=cab359a3-9328-19cc-a1d2-8023e646b22c&lng=en&id=141834>, [Consult. 24 set. 2012].
- ANSA, 2011. *Cerca de 100 mil cristãos coptas podem ter deixado o Egito, diz a Itália*. [Em linha] S. Paulo: Folha de S. Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/988241-cerca-de-100-mil-cristaos-coptas-podem-ter-deixado-o-egito-diz-italia.shtml>, [Consult. 26 set. 2012].
- AP, 2012. *New Analysis: Internal feuds hinder restraint*. [Em linha] Arizona: Arizona Daily Sun. 18 set. de 2012. Disponível em: http://azdailysun.com/news/opinion/columnists/news-analysis-internal-feuds-hinder-restraint/article_e98340e2-09d8-51b8-a1a1-5a210623b3c0.html, [Consult. 18 set. 2012].
- Ashour, O, 2012, *A Minoria jihadista da Líbia*. *Público*. Ed. Lisboa. Lisboa: Público. Quarta, 19 set. de 2012, Ano XXIII, nº 8199, ISSN: 0872-1556, 46.
- Avineri, S, 2012. *A Primavera Árabe das nações?*. *Público*. [Em linha] Lisboa: Público. Project Syndicate. Disponível em: <http://www.publico.pt/ProjectSyndicate/Shlomo%20Avineri/a-primavera-arabe-das-nacoes-1543667>, [Consult. 14 out. 2012].
- Bakhat, I, 2012. *Primavera Árabe: Desafios para a sociedade civil*. [Em linha] Suíça: Swissinfo.ch. Disponível em: http://www.swissinfo.ch/por/politica_suica/Primavera_Arabe:_Desafios_para_a_sociedade_civil.html?cid=34149274, [Consult. 28 dez. 2012].

- Barbosa, PG, 2011. Primavera no Mundo Árabe? In: Anes, JA, dir. 2011. *Segurança e Defesa*. Infantado: Diário de Bordo. abril-junho 2011, 38-43.
- Barrento, A, 2010. *Da Estratégia*. Parede: Tribuna da História. ISBN: 978-989-8219-18-3, 358.
- BBC, 2012. "Al-Qaeda trio" arrested in Southern Spanish towns. [Em linha] Londres: BBC-News Europe. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-19091753>, [Consult. 26 dez. 2012].
- BBCBrasil, 2011a. *Após atentado contra coptas, sectarismo ameaça estabilidade no Egito, dizem analistas*. [Em linha] Brasília: BBCBrasil. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/01/110105_egito_coptas_ta.shtml, [Consult. 27 set. 2012].
- BBCBrasil, 2011b. *Partido islâmico vence eleição histórica na Tunísia*. [Em linha] Brasília: BBCBrasil. Disponível em: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/10/111027_tunisia_eleicao_ennahda_cc.shtml, [Consult. 11 out. 2012].
- Bispo, A J, 1999. A Segurança e a Defesa. *Estratégia*. Lisboa: IPCE et al., 1999, Vol XI, ISSN 1645-9083, 45-131.
- Bokhari, K, 2012. *Salafism and Arab Democratization*. [Em linha] Aston: Stratfor. Geopolitical Weekly. Disponível em: http://www.stratfor.com/weekly/salafism-and-arab-democratization?utm_source=freelist-f&utm_medium=email&utm_campaign=20121002&utm_term=gweekly&utm_content=readmore&elq=7607b21aa81e44aba01da7cf40010f10, [Consult. 02 out. 2012].
- Bollier, S, 2011. *Who are Tunisian's political parties?*. [Em linha] Doha: Aljazeera. Disponível em: <http://www.aljazeera.com/indepth/features/2011/10/201110614579390256.html>, [Consult. 29 dez. 2012].
- Boukhars, A, 2012. *The Paranoid Neighbor*. [Em linha] Washington: Carnegie-Endowment for International Peace. The Carnegie Papers, October 2012. Disponível em: http://carnegieendowment.org/files/paranoid_neighbor.pdf, [Consult. 05 nov. 2012].
- BP, 2012. *BP Statistical Review of World Energy: June 2012*. [Livro eletrônico] Londres: BP Statistical Review of World Energy. Disponível em: http://www.bp.com/assets/bp_internet/globalbp/globalbp_uk_english/reports_and_publications/statistical_energy_review_2011/STAGING/local_assets/pdf/statistical_review_of_world_energy_full_report_2012.pdf, [Consult. 25 dez. 2012].
- Brauch, HG, 2005. *Threats, Challenges, Vulnerabilities and Risks in Environmental and Human Security*. [Livro eletrônico] Bonn: United Nations University-Institute for Environment and Human Security. Studies of the University:

- Research, Counsel, Education. Nº1/2005. Disponível em: <http://www.ehs.unu.edu/file/get/4040>, [Consult. 28 nov. 2012].
- Brauch, HG, 2011. Concepts of Security Threats, Challenges, Vulnerabilities and Risks. In: Brauch, HG *et al.*, ed. Lit. 2011. *Coping with Global Environmental Change, Disasters and Security*. [Em linha] Berlim: Springer-Verlag Berlim Heidelberg. Hexagon Series on Human and Environmental Security and Peace 5. Disponível em: www.springer.com/.../9783642177750-c1.pdf, [Consult. 27 nov. 2012].
- Brumberg, D, 2005. *Democratization versus Liberalization in The Arab World: Dilemmas and Challenges For U. S. Foreign Policy*. [Em linha] Carlisle: Strategic Studies Institute, U.S. Army College. Disponível em: <http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pdffiles/pub620.pdf>, [Consult. 24 set. 2012].
- Buzan, B, 1991. *People, States and Fear*, 2ª Edição, Harvester: Wheatsheaf, Hertfordshire.
- CADENA-SER, 2012. *Al Qaeda busca "lobos solitarios" que hablen español para cometer atentados suicidas*. [Em linha] Madrid: CadenaSer. Disponível em: http://www.cadenaser.com/espana/articulo/qaeda-busca-lobos-solitarios-hablen-espanol-cometer-atentados-suicidas/csrcsrpor/20120703csrscsnac_2/Tes, [Consult. 26 dez. 2012].
- Cardoso, FJ, 2010. Regionalismo e integração económica em África. In: Mendes, JM, coord., 2010. *Janus Anuário*. [Em linha] Lisboa: Público e UAL. Disponível em: http://janusonline.pt/popups2010/2010_3_4_6.pdf, [Consult. 10 abr. 2013].
- Carnegie-Endowment, 2012. *Witnessing a Battle of Ideas in the Arab Worlds*. [Registo vídeo em linha]. Washington: Carnegie-Endowment for International Peace. PBS' NEWSHOUR. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/2012/09/13/witnessing-battle-of-ideas-in-arab-world/dtt5>, [Consult. 11 out. 2012].
- Cf2R, 2011. *Libye: un Avenir Incertain*. [Em linha] Paris: Centre International de Recherches e d'Etudes sur le Terrorisme & l'Aide aux Victimes du Terrorisme. Disponível em: <http://www.cf2r.org/images/stories/news/201106/rapport-libye.pdf>, [Consult. 19 set. 2012].
- Charrillon, F, 2001. O Significado da Segurança na Europa: A EU – da PESC ao Colapso da Política Externa. In: Leandro, JEG, dir. 2001. *Nação e Defesa*. Lisboa: IDN. Nº 99, outono 2001, 2ª Série. ISSN: 0870-757X, 103-147.

- Chayes, S, 2012. *Flirting With Extremism in Tunisia*. [Em linha] Washington: Carnegie-Endowment for International Peace. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/2012/10/08/flirting-with-extremism-in-tunisia/dzpm>, [Consult. 12 out. 2012].
- CIA, 2012. *The World Factbook*. [Em linha] Washington: CIA-Office of Public Affairs. Disponível em: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/wfbExt/region_afr.html, [Consult. 25 out. 2012].
- Clark, H, 2011. *Jobs, Equity and Voice: Why Both Economic and Political Inclusion Matter in the Arab World*. [Em linha] EUA: The Huffington Post. Com, Inc. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/helen-clark/jobs-equity-and-voice-why_b_846424.html, [Consult. 29 set. 2012].
- CM, 2012. Egito: Nova constituição aprovada em referendo. *Correio da Manhã*. [Em linha] Lisboa: Correio da Manhã. Disponível em: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/internacional/mundo/egito-nova-constituicao-aprovada-em-referendo>, [Consult. 21 mai. 2014].
- Cole, P, 2012. *Bordering Chaos? Stabilizing Libya's Periphery*. [Em linha] Washington: Carnegie-Endowment for International Peace. The Carnegie Papers. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/2012/10/18/borderline-chaos-securing-libya-s-periphery/e2ak>, [Consult. 24 out. 2012].
- Comissão da União Africana, 2011. Comunidade dos Estados do Sahel-Sahariano (CEN-SAD). *Terceira Publicação da Comissão da União Africana*. [Em linha] Adis-Abeba: Comissão da União Africana. Disponível em: <http://ea.au.int/ar/sites/default/files/SIA%20Portuguese.pdf>, [Consult. 04 jan. 2013].
- Cook, D, 2011. The Rise of Boko Haram in Nigeria. *CTC Sentinel*. [Em linha] New York: Combating Terrorism Center. US Military Academy - West Point. Set. de 2011, Vol 4 Issue 9. Disponível em: <http://www.ctc.usma.edu/wp-content/uploads/2011/09/CTCSentinel-Vol4Iss92.pdf>, [Consult. 05 dez. 2012].
- Correia, JMLS, 2012. *Norte de África: A Líbia*. Trabalho de Investigação Individual do Curso de Promoção a Oficial General 2011-2012. IESM.
- Correia, PP, 2012. Geopolítica e Geoestratégica. In: Carriço, A, Coord., 2012. *Nação e Defesa: Segurança em África*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, nº 131. ISSN: 0870-757X, 229-246.
- Costa, SL, Pinto, MC, 2012. A Problemática da Radicalização Islamista: Desafios Concetuais e Dificuldades Práticas no Contexto Europeu. In: Carriço, A, Coord., 2012. *Revista Nação e Defesa: Segurança no Mediterrâneo*. Lisboa: Instituto de Defesa Nacional, nº 132. ISSN: 0870-757X, 171-191.

- Couto, AC, 1988. *Elementos de Estratégia-Apontamentos para um curso. Vol 1.* Lisboa: IAEM.
- Crickshank, 2011. *Al Qaeda leader sends veteran jihadists to establish presence in Libya.* [Em linha] North Atlanta: CNN. Disponível em: http://articles.cnn.com/2011-12-29/middleeast/world_meast_libya-jihadists_1_al-qaeda-leader-ayman-al-zawahiri-gadhafi-regime?_s=PM:MIDDLEEAST, [Consult. 18 set. 2012].
- CS/ONU, 2012a. *Rapport de la mission d'évaluation des incidences de la crise libyenne sur la région du Sahel.* [Em linha] New York: ONU. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2012/42, [Consult. 23 out. 2012].
- CS/ONU 2012b. *Resolution 2085 (2012) - Security Council Authorizes Deployment of African-led International Support.* [Em linha] New York: ONU. Disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/2012/sc10870.doc.htm>, [Consult. 28 dez. 2012].
- Deen, T, 2014. Armas russas para o Egito apontam contra influência dos Estados Unidos. *Inter Press Service-IPS.* [Em linha] Disponível em: <http://www.ipsnoticias.net/portuguese/2014/03/ultimas-noticias/armas-russas-para-o-egito-apontam-contrainfluencia-dos-estados-unidos/>, [Consult. 21 mai. 2014].
- Delgado, APT, 2008. *Transformações do Estado por Revolução, Reforma e Golpe.* [Em linha] S. Paulo: Dualgui Com Prod Elet Lta. Disponível em: <http://www.direitopositivo.com.br/modules.php?name=Artigos&file=display&jid=39> [Consult. 23 Set. 2012].
- Defesa Civil do Brasil, 2009. *Manual de Desastres Humanos – Vol II.* [Livro eletrónica] Fortaleza: Secretariado da Segurança Pública e Defesa Social. Disponível em: http://www.defesacivil.ce.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=25:manuais&Itemid=15, [Consult. 23 set. 2012].
- Defesanet, 2011. *Líbia-Pentágono: armas de destruição em massa líbias estão seguras.* [Em linha]. Brasília: Defesanet. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/2498/Libia---Pentagono--armas-de-destruicao-em-massa-libias-estao-seguras>, [Consult. 01 out. 2012].
- Dennison, S, Popescu, N, Torreblanca, JI, 2011a. *A Chance To Reform: How The EU Can Support Democratic Revolution In Morocco.* [Em linha] Londres: European Council on Foreign Relations. Disponível em: http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR33_MOROCCO_BRIEF.pdf, [Consult. 17 out. 2012].

- Dennison, S, Dworkin, A, 2011b. *Europe and The Arab Revolutions: a new vision for democracy and human rights*. [Em linha] Londres: European Council on Foreign Relations. Disponível em: http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR41_HUMAN_RIGHTS_BRIEF_AW.pdf, [Consult. 23 set. 2012].
- Dennison, S, 2012. *EU and Algeria: what lies behind the Mali question?*. [Em linha] Bruxelas: European Voice. Disponível em: <http://www.europeanvoice.com/article/imported/eu-and-algeria-what-lies-behind-the-mali-question-/75845.aspx>, [Consult. 04 dez. 2012].
- EC, 2010a. *Mid-Term Review of the Country Strategy Paper Morocco 2007-2013 and National Indicative Program 2011-2013*. [Em linha] Bruxelas: European Commission. Disponível em: http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/2011_enpi_csp_nip_morocco_en.pdf, [Consult. 07 jan. 2013].
- EC, 2010b. *Algerie: Programme Indicatif National-2011-2013*. [Em linha] Bruxelas: EU Neighbourhood Library. Instrument Européen de voisinage et de Partenariat. Disponível em: <http://www.enpi-info.eu/library/content/algeria-national-indicative-programme-2011-2013>, [Consult. 07 jan. 2013].
- EC, 2010c. *Libya: Strategy Paper & National Indicative Programme-2011-2013*. [Em linha] Bruxelas: European Commission. European Neighbourhood and Partnership Instrument. Disponível em: http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/2011_enpi_csp_nip_libya_en.pdf, [Consult. 07 jan. 2013].
- EC, 2010d. *Tunisie: Programme Indicatif National-2011-2013*. [Em linha] Bruxelas: European Commission. Disponível em: http://ec.europa.eu/world/enp/pdf/country/2011_enpi_nip_tunisia_fr.pdf, [Consult. 07 jan. 2013].
- EC, 2010e. *European Neighbourhood and Partnership Instrument Arab Republic of Egypt National Indicative Programme: 2011-2013*. [Em linha] Bruxelas: EU Neighbourhood Library. Disponível em: <http://www.enpi-info.eu/library/content/egypt-national-indicative-programme-2011-2013>, [Consult. 07 jan. 2013].
- EC, 2011. *Une stratégie nouvelle à l'égard d'un voisinage en mutation*. [Em linha] Bruxelas: EU Neighbourhood Library. Disponível em: http://www.enpi-info.eu/library/sites/default/files/com_11_303_fr.pdf, [Consult. 09 jan. 2013].
- Edwards, 2012. *Crianças desacompanhadas na Tunísia são reassentadas na Noruega com ajuda da ACNUR*. [Em linha] Lisboa: ACNUR. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/criancas-desacompanhadas-na-tunisia-sao-reassentadas-na-noruega-com-ajuda-do-acnur/?L=cxruoqdh>, [Consult. 01 out. 2012].

- Elsevier, 2011. *Identification of congestion and valuation of transport infrastructures in the European natural gas market*. [Em linha] Cologne: Elsevier BV. Institute of Energy Economics da University of Cologne. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0360544211000636>, [Consult. 25 dez. 2012].
- EFE, 2012. *Jovem que sofreu abusos de polícias responde por atentado ao pudor*. [Em linha] Grande S. Paulo: Editora Abril. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/jovem-abusada-por-policiais-responde-por-atentado-ao-pudor-na-tunisia>, [Consult. 11 out. 2012].
- EMGFA, 2009. *Iniciativa 5+5*. [Em linha] Lisboa: Estado Maior General das Forças Armadas. Disponível em: <http://www.emgfa.pt/pt/operacoes/organizacao-siniciativas/INICIATIVA5>, [Consult. 01 nov. 2012].
- EuropeNews, 2012. *Jihadists Want to Restore Al-Andalus*. [Em linha] Bern: EuropeNews. Disponível em: <http://europenews.dk/en/node/55072>, [Consult. 25 Dez. 2012].
- Euronews, 2012. *Liberais vencem eleições na Líbia*. [Em linha] Lyon Ecully: Euronews. Disponível em: <http://pt.euronews.com/2012/07/18/liberais-vencem-eleices-na-libia/>, [Consult. 25 out. 2012].
- Eurostat, 2011. *Migration and migrant population statistics*. [Em linha] Luxemburgo: Eurostat. Disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Migration_and_migrant_population_statistics, [Consult. 27 dez. 2012].
- Eurostat, 2012. *Energy production and imports*. [Em linha] Luxemburgo: Eurostat. Disponível em: http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Energy_production_and_imports, [Consult. 23 dez. 2012].
- Fahim, K, El-Naggar, M, 2011. *Violent Clashes Mark Protests Against Mubarak's Rule*. [Em linha] Nova Iorque: *The New York Times*. Disponível em: http://www.nytimes.com/2011/01/26/world/middleeast/26egypt.html?_r=0, [Consult. 13 out. 2012].
- Faria, C, 2008. *Imigração e Emigração*. [Em linha] Brasília: InfoEscola. Disponível em: <http://www.infoescola.com/geografia/imigracao-e-emigracao/>, [Consult. 24 set. 2012].
- Filho, JS, 2010. Contribuições para a Construção do Conceito de Movimentos Socioterritoriais e Análise das Dissensões e Formação do “MST da Bases” no Pontal do Paranapanema. *Geografia em Questão*. [Em linha] Vol 3, nº1.

Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/issue/view/350/showToc>, [Consult. 17 nov. 2012].

- Filiu, J, 2009. *Al-Qaeda in the Islamic Maghreb: Algerian Challenge or Global Threat*. [Em linha] Washington DC: Carnegie-Endowment. Carnegie Papers, Middle East Program, Nº 104. Disponível em: http://www.carnegieendowment.org/files/al-qaeda_islamic_maghreb.pdf, [Consult. 11 nov. 2012].
- Filiu, J, 2010. “*Al-Qaida au Magreb islamique s’est concentrée para défaut sur le Sahara*”. Entrevistado por Isabelle Mandraud [Jornal]. Le Monde, 23 Jul. de 2010. [Em linha] Paris: Le Monde.fr. Disponível em: http://www.lemonde.fr/afrique/article/2010/07/23/al-qaida-au-maghreb-islamique-s-est-concentree-par-defaut-sur-le-sahara_1391702_3212.html, [Consult. 01 nov. 2012].
- Fisher, LM, 2010. *African Peace and Security Architecture: 2010 Assessment Study*. [Livro eletrônico] New York: SCR. Disponível em: <http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/RO%20African%20Peace%20and%20Security%20Architecture.pdf>, [Consult. 02 nov. 2012].
- Friedman, G, 2012. *From Gadhafi to Benghazi*. [Em linha] Austin: Stratfor. Disponível em: <http://www.stratfor.com/weekly/gadhafi-benghazi>, [Consult. 19 set. 2012].
- FRONTEX, 2012. Annual Risk Analysis: 2012. [Livro eletrônico] Varsóvia: FRONTEX. Disponível em: http://www.frontex.europa.eu/assets/Attachment_Featured/Annual_Risk_Analysis_2012.pdf, [Consult. 02 out. 2012].
- Fuerceri, D, 2012. *Unemployment and Labor Market Issues in Algeria*. [Em linha] Washington: International Monetary Fund. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/wp/2012/wp1299.pdf>, [Consult. 09 out. 2012].
- Füle, S, 2012. *Arab Spring*. [Em linha] Bruxelas: European Commission. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-12-66_en.htm, [Consult. 10 jan. 2013].
- Galito, MS, 2012. AQMI-Terrorismo Islâmico no Magreb e do Sahel. In: Valentim, I, coord., 2012. *Sol Nascente-Revista do Centro de Investigação sobre Ética Aplicada (CISEA)*. Huambo: Instituto Superior Politécnico Sol Nascente, nº 2, set. de 2012. ISSN: 2304-0688. 89-110.

- Garcia, YP, 2012. *La extensión del conflicto en Libia y su impacto en los flujos migratorios del Norte de África*. [Em linha] Havana: Centro de Estudios de Migraciones Internacionales (C.E.M.I). Universidad de La Habana. Disponível em: <http://www.uh.cu/centros/cemi/wp-content/uploads/2012/02/conflicto-en-Libia-y-su-impacto-en-flujos-migratorios.pdf>, [Consult. 02 out. 2012].
- Garrigues, J, 2011. *Libia 2012, Hacia La Inclusión*. [Em linha] Barcelona: Barcelona Centre for International Affairs. Notes Internacionals, CIDOB, nº 43, dez. de 2011. Disponível em: http://www.cidob.org/es/content/download/30181/358988/file/NOTES+43_GARRIGUES_CAST.pdf, [Consult. 05 nov. 2012].
- Geha, C, Doumit, G, 2012. *Libya's Constitutional Twilight*. [Em linha]. Washington: Carnegie-Endowment for International Peace. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/2012/10/25/libya-s-constitutional-twilight/e61k>, [Consult. 01 nov. 2012].
- GMF, Compagni di San Paolo, Luso-American Foundation, Fundación BBVA, Communitas Foundation, Regeringskansliet, 2011. *Transatlantic Trends 11*. [Livro eletrónico] Washington DC: GMF. Disponível em: http://www.gmfus.org/publications_/TT/TT2011_final_web.pdf, [Consult. 19 set. 2012].
- Goito, M, 2011. *A Crescente Ameaça Terrorista na África Ocidental: A Estratégica de Confronto da AQMI no Sahel*. [Em linha] Washington: Centro de Estudos Estratégicos de África. Disponível em: http://africacenter.org/wp-content/uploads/2012/02/ASB18Final_POR.pdf, [Consult. 05 dez. 2012].
- Gonçalves, A, 2006. *O Conceito de Governança*. [Em linha] Florianópolis: Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. Anais de Manaus. XV Congresso Nacional do Compedi-Manaus, nov. de 2006. Disponível em: http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/manaus/direito_e_politica_alcindo_goncalves.pdf, [Consult. 17 set. 2012].
- Guidère, M, 2012. *O Choque das Revoluções Árabes: da Argélia ao Iémen, 22 países sob tensão*. 2ª Edição. Lisboa: Edições 70 Lda. ISBN: 978-972-44-1716-5.
- Guimarães, MJ, 2012. *Com a Constituição aprovada, eleições são o próximo campo de batalha*. Público. Porto: Público. Quarta, 26 dez. Ano XXIII, nº 8296, ISSN: 0872-1556.
- Hamid, S, 2012. *Don't Give Up on the Arab Spring*. [Em linha] Washington: Foreign Policy. Disponível em: http://www.foreignpolicy.com/articles/2012/09/12/dont_give_up_on_the_arab_spring, [Consult. 17 set. 2012].

- HB, 2012. *Al Qaeda group wants to recover Al-Andalus*. [Em linha] Málaga: Typically Spanish. Disponível em: http://www.typicallyspanish.com/news/publish/article_34774.shtml, [Consult. 26 dez. 2012].
- Helena, s.d. *Etimologia de DESAFÍO*. [Em linha] Santiago: dechile.net. Disponível em: <http://etimologias.dechile.net/?desafi.o>, [Consult. 27 nov. 2012].
- Hemba, J, Ola, L, 2014. Boko Haram attack kills 31 Nigerian security personnel. *Reuters*. [Em linha]. Nova Iorque: Thomson Reuters. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2014/05/27/us-nigeria-violence-idUSKBN0E71Z820140527>, [Consult. 27 mai. 2014].
- Hofnung, T, 2012. *Mali: «L'intervention militaire, un remède qui risque d'être pire que le mal»*. [Em linha] Paris: SARL Libération. Disponível em: http://www.liberation.fr/monde/2012/11/28/l-intervention-militaire-un-remede-qui-risque-d-etre-pire-que-le-mal_863765, [Consult. 04 dez. 2012].
- HRW, 2012. *Unacknowledged Deaths: Civilian Casualties in NATO's Air Campaign in Libya*. [Em linha] Nova Iorque: Human Rights Watch. Disponível em: http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/libya0512webwcover_0.pdf, [Consult. 01 jan. 2013].
- ICG, 2005. *Understanding Islamism: Middle East/North Africa Report*. [Em linha] Bruxelas: International Crises Group, University of Leeds. Disponível em: http://ics-www.leeds.ac.uk/papers/pmt/exhibits/2325/understanding_islamism.pdf, [Consult. 03 Out. 2012].
- IDEAL.ES, 2012. *Un grupo terrorista vinculado a Al Qaeda quiere "liberar" Granada*. [Em linha] Granada: Ideal.es. Disponível em: <http://www.ideal.es/granada/20120524/local/granada/grupo-terrorista-vinculado-qaeda-201205241422.html>, [Consult. 26 dez. 2012].
- IESM, 2011. *Conceito de CRISE - Referências e definições possíveis*. [Em linha]. Lisboa: IESM, Disponível em: http://www.iesm.pt/pub/file.php/10/Livros/Conceito_de_CRISE_-_Referencias_e_definicoes_posiveis.pdf, [Consult. 25 out. 2012].
- Joffé, G, 2011a. *Irá a Tunísia indicar o caminho?*. *Público*. Porto: Público. Terça, 18 jan. Ano XXIII, nº 7591, ISSN: 0872-1556.
- Joffé, G, 2011b. *A Primavera Árabe no Norte de África: origens e perspectivas de futuro*. *Relações Internacionais*. [Em linha] n. 30, jun. de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/ri/n30/n30a06.pdf>, [Consult. 25 out. 2012].

- Kaplan, S, 2012. *Understanding Libya: The Role of Ethnic and Tribal*. [Em linha] Nova Iorque: Fragile States Resource Center. Disponível em: <http://www.fragilestates.org/2012/03/01/understanding-libya-the-role-of-ethnic-and-tribal-groups-in-any-political-settlement/>, [Consult. 13 dez. 2012].
- Karim, S, 2012. *Party Politics for Morocco's Salafis?*. [Em linha] Washington: Carnegie-Endowment for International Peace. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/2012/10/02/party-politics-for-morocco-s-salafis/dy9b>, [Consult. 07 out. 2012].
- Khaled, KI, 2012. *Mali: AQMI recrute à Tindouf*. [Em linha] Madrid: Polisario-confidentiel. Disponível em: <http://www.polisario-confidentiel.com/>, [Consult. 05 dez. 2012].
- Khanfar, W, 2012. O balanço geral da Primavera Árabe. *Público*. Porto: Público. Project Syndicate, Quarta, 25 jan.. Ano XXIII, nº 7961, ISSN: 0872-1556.
- Korotayev, AV, Zinkina, JV, 2011. Egyptian Revolution: A Demographic structural Analysis. *Entelequia: Revista Interdisciplinar*. [Em linha] 14, primavera 2011. Disponível em: <http://www.eumed.net/entelequia/en.art.php?a=13a09>, [Consult. 14 out. 2012].
- Lacher, W, 2012. *Organized Crime And Conflict in the Sahel-Sahara Region*. [Em linha] Washington: Carnegie-Endowment for International Peace. Middle East. September 2012. Disponível em: http://carnegieendowment.org/files/sahel_sahara.pdf, [Consult. 04 dez. 2012].
- Le Monde.fr, 2012. *Qui se cache derrière Al-Qaida au Maghreb islamique?*. [Em linha] Paris: Le Monde. Disponível em: http://www.lemonde.fr/afrique/article/2010/09/21/aqmi-les-islamistes-du-desert_1413693_3212.html, [Consult. 04 dez. 2012].
- Lebovich, A, Zelin, AY, 2012. Assessing Al-Qáida's Presence in the new Libya. *CTC Sentinel*. [Em linha] New York: Combating Terrorism Center. US Military Academy – West Point. Mar. de 2012, Vol 5. Disponível em: <http://www.ctc.usma.edu/wp-content/uploads/2012/04/CTCSentinel-Vol5Iss35.pdf>, [Consult. 26 Dez. 2012].
- Leonard, M, 2011. *Why enlargement will not save de Arab Spring*. [Em linha] Londres: European Council on Foreign Relations. Disponível em: http://ecfr.eu/content/entry/commentary_why_enlargement_lite_will_not_save_the_arab_spring, [Consult. 31 dez. 2012].

- Leymarie, P, 2012. *Nova frente no Sahel*. [Em linha] S. Paulo: Le Monde Diplomatique-Brasil. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1151>, [Consult. 04 dez. 2012].
- Library-of-Congress, 2012. *AL-QAEDA IN LIBYA: A PROFILE: A Report Prepared by Federal Research Division, Library of Congress under an Interagency Agreement with the Combating Terrorism Technical Support Office's Irregular Warfare Support Program*. [Em linha] Washington, DC: Federal Research Division. Disponível em: http://www.kronosadvisory.com/CTTSO_Al_Qaeda_in_Libya_Final_Obtained260912.pdf, [Consult. 26 dez. 2012].
- Linz, JJ, Alfred S, 1996. *Problems of Democratic Transition and Consolidation*. [Em linha] Baltimore: The Johns Hopkins University Press. Disponível em: http://books.google.pt/books?id=TqRn1lAypsgC&printsec=frontcover&dq=juan+linz+and+alfred+stepan+problems+of+democratic+transition+and+consolidation&source=bl&ots=V8rnGJkN11&sig=1TLDiJOB6mHGf9FYSUWHwZ5KJNi&hl=pt-BR&sa=X&ei=ubtgUM_9AsW2hQfbjYGICQ&ved=0CC8Q6wEwAA#v=onepage&q=juan%20linz%20and%20alfred%20stepan%20problems%20of%20democratic%20transition%20and%20consolidation&f=false, [Consult. 24 set. 2012].
- Lohmann, A, 2011. *Who Owns the Sahara? Old conflicts, New Menaces: Mali and the Central Sahara between the Tuareg, Al Qaida and Organized Crime*. Marrakesh: Friedrich Ebert Stiftung. ISBN: 978-978-915-488-3.
- Lopes, MS, 2012. Argélia só viverá a “primavera árabe” quando Bouteflika sair de cena. *Público*. [Em linha] Lisboa: Público, 12 de Mai. 2012. Disponível em: <http://m.publico.pt/Detail/1545793>, [Consult. 09 out. 2012].
- Lorena, S, 2012a. Quando for lançada a intervenção no Mali, para onde vão fugir os islamistas?. *Público*. Lisboa: Público. Seg 03 dez. de 2012. Ano XXIII, nº 8274. ISSN: 0872-1548.
- Lorena, S, 2012b. Um referendo aos islamistas. *Público*. Porto: Público. Sab 15 dez. de 2012. Ano XXIII, nº 8286. ISSN: 0872-1556.
- Lorena, S, Pereira, AF, 2014. Guia supremo e 682 apoiantes da Irmandade condenados à morte no Egito. *Público*. [Em linha] Lisboa: Público. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/justica-egipcia-pede-pena-de-morte-para-lider-da-irmandade-muculmana-e-682-apoiantes-1633838>, [Consult. 21 mai. 2014].
- Lusa, 2012. *Promoção da democracia e desafios do ocidente debatidos*. [Em linha] Lisboa: Rádio Televisão de Portugal. Declarações recolhidas num seminário internacional, em Lisboa, sobre “As Revoltas Árabes e a Democracia no

- Mundo”. Disponível em: <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=548533&tm=8&layout=121&visual=49>, [Consult. 01 jan. 2012].
- Maher, A, 2012, *Meeting Mohammad Ali al-Zahawi of Libyan Ansar al-Sharia*. [Em linha] Londres: BBC. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-africa-19638582>, [Consult. 20 set. 2012].
- Malamud, A, 2012. *Os novos desafios de segurança do norte de África*. Entrevistado por Xavier de Sousa. Lisboa, 30 out. 2012.
- Markey, P, Chikhi, L, 2014. Algeria’s Bouteflik win re-election with 81.5 percent: Official results. *Reuters*. [Em linha] Nova Iorque: Thomson Reuters. Disponível em: <http://www.reuters.com/article/2014/04/18/us-algeria-election-idUSBREA3H0D620140418>, [Consul. 22 mai. 2014].
- Mohammed VI, 2011. *Texte integral du discours adressé par AM le Roi à la Nation: Annonce des reformes constitutionnelles*. [Em linha] Rabat: Portail National du Maroc. Disponível em: <http://www.maroc.ma/NR/rdonlyres/099EE393-85FA-4F31-AC73-4D923D8E5215/0/Texteint%C3%A9graldudiscoursadress%C3%A9parSMleRoi%C3%A0laNation.pdf>, [Consult. 07 out. 2012].
- Moreira, A, 2012. *Os novos desafios de segurança do norte de África*. Entrevistado por Xavier de Sousa. Lisboa, 24 out. 2012.
- Murphy, B, 2012. *Múltiplas personalidades da raiva muçulmana*. [Em linha] Washington: U.S.News & World Report. Disponível em: <http://www.usnews.com/news/world/articles/2012/09/16/multiple-personalities-of-the-muslim-rage>, [Consult. 18 set. 2012].
- NATO, 2009a. *NATO Member and Partnership Countries*. [Em linha] Brussels: North Atlantic Treaty Organization. Disponível em: <http://www.nato.int/icons/map/0906memb-part-e.pdf>, [Consult. 31 dez. 2012].
- NATO, 2009b. *Membros e Parcerias da NATO*. [Em linha] Brussels: North Atlantic Treaty Organization. Disponível em: <http://www.nato.int/docu/posters/otan-institutions-EN0609%20LR.pdf>, [Consult. 03 jan. 2013].
- NATO, 2011. *Strategic Concept: for the Defense and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organization*. [Livro eletrónico] Brussels: NATO Public Diplomacy Division. Disponível em: http://www.nato.int/strategic-concept/pdf/Strat_Concept_web_en.pdf, [Consult. 01 nov. 2012].
- NATO, 2012a. AAP-06(2012): *NATO Glossary of Terms and Definitions (English and French)*. [Livro eletrónico] Brussels: NATO Standardization Agency. Disponível em: <http://nsa.nato.int/nsa/>. [Consult. 09 out. 2012].

- NATO, 2012b. *NATO Mediterranean Dialogue*. [Em linha] Brussels: NATO Standardization Agency. Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/SID-34EF20BE-F50A765B/natolive/topics_60021.htm, [Consult. 01 nov. 2012].
- Neto, FB, 2009. *Revolução-Guerra*. [Em linha] S. Paulo: Prof. Francisco Bruno Neto. Aula de Direito Constitucional. Disponível em: <http://www.proffbruno.com.br/03%20DIREITO%20CONSTITUCIONAL/RES%2046a%20AULA%20-%20REVOLU%C7%C3O%20-%20GUERRA.pdf>, [Consult. 25 set. 2012].
- Neves, C.S, 2012, *Poder islamista varre cúpula militar egípcia para “benefício da nação”*. [Em linha] Lisboa: Lisboa: Rádio Televisão de Portugal. Disponível em: <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=578814&tm=7&layout=121&visual=49>, [Consult. 20 set. 2012].
- Nickels, PB, 2013. *Morocco’s Engagement with the Sahel Community*. [Em linha] Washington DC: Carnegie-Endowment. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/2013/01/03/morocco-s-engagement-with-sahel-community/ez1k>, [Consult. 04 jan. 2013].
- Nixon, R, 2011. *US Groups Helped Nurture Arab Uprisings*. [Em linha] New York: The New York Times. Disponível em; http://www.nytimes.com/2011/04/15/world/15aid.html?pagewanted=all&_moc.semityn.www, [Consult. 20 set. 2012].
- NOREF, 2013. Middle East and North Africa Update: The Arab Reform Initiative. *Norwegian Peacebuilding Resource Centre*. [Em linha] Oslo: NOREF. Disponível em: http://www.peacebuilding.no/var/ezflow_site/storage/original/application/a773e9c4c717d357747b8d88ed181ff62.pdf, [Consult. 26 mai. 2014].
- Nouakchott, 2013. *Jihadista da QQMI confirma morte de Abu Zeid*. [Em linha] Paris: AFP. Disponível em: <http://www.afp.com/pt/noticia/topstories/jihadista-da-aqmi-confirma-morte-de-abu-zeid/>, [Consult. 04 mar. 2013].
- Nye, JSJr, 2012. *O Futuro do Poder*. Lisboa: Círculo de Leitores. ISBN: 978-989-644-167-8.
- OIM, 2006. *Derecho Internacional sobre Migración: Glossario sobre Migración*. Ginebra: OIM. ISSN: 1816-1014.
- ONS, 2010. *Emploi & Chômage au 4ème Trimestre 2010*. [Em linha] Argel: Office National des Statistiques. Disponível em: http://www.ons.dz/IMG/pdf/emploi_chomage_2010.pdf, [Consult. 02 out. 2012].

- ONU, 1954. *Convención sobre el Estatuto de Los Refugiados*. [Em linha] Washington DC: ACNUR. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=biblioteca/pdf/0005>, [Consult. 02 out. 2012].
- ONU, 1967. *Protocolo de 1967*. [Em linha] Washington DC: ACNUR. Disponível em: http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/protoc.html, [Consult. 02 out. 2012].
- ONU, 1998. *Report of the Representative of the Secretary-General, Mr Francis M. Deng, submitted pursuant to Commission- Resolution 1997/39. Addendum: Guiding Principles on Internal Displacement*. [Em linha] Washington DC: ACNUR. Economical and Social Council. Commission on Human Rights-Fifty-fourth Session. E/CN.4/1998/53/Add.2. Disponível em: <http://www.unhcr.org/refworld/docid/3d4f95e11.html>, [Consult. 01 out. 2012].
- ONU, 2004. *A More secure world: Our shared responsibility*. [Livro eletrónico] Nova Iorque: United Nations Department of Public Information. Disponível em: http://iis-db.stanford.edu/pubs/20806/A_More_Secure_World_.pdf, [Consult. 02 out. 2012].
- ONU, 2011a. *Security Council approves “no fly zone” over Libya, authorizing “all necessary measures” to protect civilians, by vote of 10 in favour with 5 abstentions*. [Em linha] Washington: Department of Public Information. Disponível em: <http://www.un.org/News/Press/docs/2011/sc10200.doc.htm#Resolution>, [Consult. 09 out. 2012].
- ONU, 2011b. *Resolution 2017 (2011): Adopted by Security at its 6644 meeting, on 31 October 2011*. [Em linha] Nova Iorque: UN Security Council/Resolutions. S/Res/2017 (2011). Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/573/33/PDF/N1157333.pdf?OpenElement>, [Consult. 01 out. 2012].
- ONU, 2012. *Rapport du Secrétaire général sur la Mission d’appui des Nations Unies em Libye*. [Em linha] Nova Iorque: UN Security Council. Disponível em: http://www.un.org/french/documents/view_doc.asp?symbol=S/2012/675, [Consult. 01 out. 2012].
- Pack, J, Barfi, B, 2012. *In War’s Wake: The Struggle for Post-Qadhafi Libya*. [Em linha] Washington: Washington Institute for Near East Policy. Nº 118. Disponível em: <https://www.temehu.com/NTC/the-struggle-for-post-gaddafi-libya.pdf>, [Consult. 30 dez. 2012].

- Parlamento Europeu, 2001. *O Princípio da Subsidiariedade*. [Em linha] Bruxelas: Parlamento Europeu. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/factsheets/1_2_2_pt.htm, [Consult. 02 nov. 2012].
- Parlamento Europeu, 2011. *Focus – Sakharov Prize for Freedom of Thought 2011*. [Em linha] Bruxelas: Parlamento Europeu. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/pdfs/news/public/focus/20111014FCS29297/20111014FCS29297_en.pdf, [Consult. 29 dez. 2012].
- Pereira, AF, 2013. Tropas francesas e africanas preparam ofensiva terrestre contra bastião dos jihadistas no Norte do Mali. *Público*. Porto: Público. Sábado, 26 jan. de 2012. Ano XXIII, nº 8326, ISSN: 0872-1556.
- Pinto, AS, 2011. As transições políticas no Norte de África e Médio Oriente. In: *IDN. Conferencias sobre As transições Políticas no Norte de África e Médio Oriente*. Fundação Eng. António de Almeida, 21 nov. de 2011, Porto.
- Pinto, LVV, 2012. *Os novos desafios de segurança do norte de África*. Entrevistado por Xavier de Sousa. Lisboa, 26 out. 2012.
- Pires, RMB, 2012. A Argélia Pós-Eleitoral. *Expresso*. [Em linha] Lisboa: Expresso. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/a-argelia-pos-eleitoral=f727236>, [Consult. 09 out. 2012].
- POMED, 2012. *POMED Backgrounder: Previewing Libya's Elections*. [Em linha] Washington DC: Project on Middle East Democracy. Disponível em: <http://pomed.org/wordpress/wp-content/uploads/2012/07/Previewing-Libyas-Elections.pdf>, [Consult. 28 dez. 2012].
- Público, 2014a. Tunísia aprova Constituição que quer unir o país. *Público*. [Em linha] Lisboa: Público. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/tunisia-aprova-constituicao-que-quer-unir-o-pais-1621246>, [Consult. 22 mai. 2014].
- Público, 2014b. *Tentativa de mediação e possível localização das alunas raptadas na Nigéria*. [Em linha] Lisboa: Público. Disponível em: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/exercito-da-nigeria-ja-sabe-onde-estao-as-meninas-raptadas-pelo-boko-haram-1637597>, [Consult. 26 mai. 2014].
- Rabbo, AA, 2011. *Egyptian Political Parties and Parliamentary Elections 2011/2012*. [Em linha] Doha: Arab Center for Research & Policy Studies. Disponível em: <http://english.dohainstitute.org/release/f3e63fe9-eeeb-49cc-884f-01bdc7a340eb>, [Consult. 28 dez. 2012].

- Raposo, H, 2009. O Islamismo nas Sociedades Europeias: os mitos da «comunidade muçulmana», do «diálogo de civilizações» e do «islão moderado». *Relações Internacionais*. Lisboa: IPRI. Nº 22, 24 jun. de 2009, 63-82.
- Ratner, M, coord., Belkin, P, Nichol, J, Woehrel, S, 2012. *Europe's Energy Security: Options and Challenges to Natural Gas Supply Diversification*. [Em linha] Washington: Congressional Research Service. Disponível em: <http://www.fas.org/sgp/crs/row/R42405.pdf>, [Consult. 25 dez. 2012].
- Regan, PM, Henderson, EA, 2001. *Democracy, Threats and Political Repression in Developing Countries: Are Democracies Internally Less Violent?*. [Em linha] New York: Binghamton University. Disponível em: <http://cdp.binghamton.edu/papers/threats-full.pdf>, [Consult. 12 out. 2012].
- Rekacewicz, P, 2012. *Sahara-Sahel: movements and routes*. [Em linha] Paris: Le Monde Diplomatique. Disponível em: <http://mondediplo.com/maps/sahasahel>, [Consult. 04 fev. 2013].
- Reporters-without-borders, 2012. *World Press Freedom Index 2011-2012*. [Em linha] Paris: Reporters Without Borders. Disponível em: http://en.rsf.org/IMG/CLASSEMENT_2012/C_GENERAL_ANG.pdf, [Consult. 07 out. 2012].
- Reporters-without-borders, 2014. *World Press Freedom Index 2011-2014*. [Em linha] Paris: Reporters Without Borders. Disponível em: http://rsf.org/index2014/data/index2014_en.pdf, [Consult. 21 mai. 2014].
- Ribeiro, N, 2014. “Diálogo 5+5” decorre em Lisboa com energia na agenda. *Público*. [Em linha] Lisboa: Público. Disponível em: <http://www.publico.pt/politica/noticia/dialogo-55-em-lisboa-com-energia-na-agenda-1636757>, [Consult. 25 mai. 2014].
- Rogero, N, 2011. *Na Rua Árabe: Causas e Consequências das Revoltas no Médio Oriente*. Alfragide: Publicações D. Quixote. ISBN: 978-972-20-4798-2.
- Royaume-du-Maroc, 2006. *Constitution of Morocco*. [Em linha] Iémen: Al-bab. Disponível em: <http://www.al-bab.com/maroc/gov/con96.htm>, [Consult. 07 out. 2012].
- Royaume-du-Maroc, 2011. *La Constitution: Edition 2011*. [Em linha] Rabat: Direction de l’Imprimerie Officielle. Disponível em: http://www.sgg.gov.ma/constitution_2011_Fr.pdf, [Consult. 07 out. 2012].
- Sacchetti, AEF, 2006. *O Mediterrâneo-Geopolítica e Segurança Europeia*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha. Cadernos Navais, nº 16, jan-mar 2006. ISBN: 972-8004-83-4.

- Santoro, M, 2011. As Revoltas Árabes e a Democratização do Magreb e do Oriente Médio. *Revista Ética e Filosofia Política*. [Em linha] Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: http://www.ufff.br/eticae-filosofia/files/2011/05/13_2_santoro.pdf, [Consult. 23 set. 2012].
- Santos, JAL, 2012. *Os novos desafios de segurança do norte de África*. Entrevista-do por Xavier de Sousa. Lisboa, 18 out. 2012.
- Sena, NM, 2007. Espaço público, opinião e democracia. *Estudos em Comunicação*. [Em linha] Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas – Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em: http://www.ec.ubi.pt/ec/01/_docs/artigos/sena-nilza-espaco-publico-democracia.pdf, [Consult. 24 set. 2012].
- SICNot, 2012. *Um ano de revolução*. [Registo vídeo em linha]. Sociedade das Nações. Entrevista feita por Nuno Rogeiro a Aboubakr Jamai e Mona Price. Disponível em: <http://sicnoticias.sapo.pt/programas/sociedadedasnacoes/article1635970.ece>, [Consult. 20 set. 2012].
- Siza, R, 2013a. França responde a apelo e lança ataque aéreo para travar rebeldes. *Público*. Porto: Público. Sábado, 12 jan. de 2013. Ano XXIII, nº 8212, ISSN: 0872-1556.
- Siza, R, 2013b. Tropas francesas avançaram sem resistência até às portas da “delicada” Tombuctu. *Público*. Lisboa: Público. Segunda, 28 Jan. de 2013. Ano XXIII, nº 8328, ISSN: 0872-1548.
- Sobral, C, 2012a. 75 detidos depois de ataque à embaixada. *Público*. Porto: Público. Domingo 16 set. de 2012, ano XXIII, nº 8196, ISSN: 0872-1556.
- Sobral, C, 2012b. Protestos acalmam mas continuam e obrigam a mais medidas de segurança. *Público*. Porto: Público. Segunda 17 set. de 2012, Ano XXIII, nº 8197, ISSN: 0872-1556.
- Sobral, C, 2012c. Mulher violada é agora acusada de atentado ao pudor. *Público*. Lisboa: Público. Segunda 28 set. de 2012, Ano XXIII, nº 8208, ISSN: 0872-1556.
- Sobral, C, 2012d. A Tunísia vive numa guerra civil virtual entre laicos e islamistas. Entrevista a Abdelwahab Meddeb. *Público*. Porto: Público. Dom 09 set. de 2012, Ano XXIII, nº 8189, ISSN: 0872-1556.
- Sobral, C, 2012e. Registados 130 atentados à liberdade de imprensa na Tunísia em 2012. *Público*. [Em linha] Lisboa: Público. Disponível em: <http://www.publico.pt/Mundo/ja-houve-130-atentados-a-liberdade-de-imprensa-na-tunisia-este-ano-1565923>, [Consult. 11 out. 2012].

- Sousa, F, 2008. *Dicionário de Relações Internacionais*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento. ISBN: 978-972-36-0981-3.
- Temsamani, 2013. *Morocco is Keen to Give CEN-SAD a Ne Impetus*. [Em linha] Scarborough: IndpthAfrica. Disponível em: <http://indepthafrica.com/morocco-is-keen-to-give-cen-sad-a-ne-impetus/>, [Consult. 20 fev. 2012].
- The-Fund-for-Peace, 2014. *The Failed States Index*. [Em linha] Washington DC: The-Fund-for-Peace. Disponível em: <http://global.fundforpeace.org/>, [Consult. 21 mai. 2014].
- Topper, IU, Iriarte, D, 2012. *Entre tuareg y yihadistas*. [Em linha] Cádiz: Mediterráneo Sur. Disponível em: <http://www.mediterraneosur.es/prensa/tuaregyihadistas.html>, [Consult. 13 dez. 2012].
- Transparency-International, 2014. *Corruption Perceptions Index*. [Em linha] Berlim: Transparency-International. Disponível em: <http://www.transparency.org/research/cpi/overview>, [Consult. 22 mai. 2014].
- UE, 2011a. *A Partnership for democracy and Shared Prosperity with the Southern Mediterranean*. [Em linha] Bruxelas: European External Action Service. Disponível em: http://eeas.europa.eu/euromed/docs/com2011_200_en.pdf, [Consult. 02 nov. 2012].
- UE, 2011b. *The EU's response to the "Arab Spring"*. [Em linha] Bruxelas: Europa-Press Releases. Disponível em: http://europa.eu/rapid/press-release_MEMO-11-918_en.htm, [Consult. 02 nov. 2012].
- UE, 2012a. *Press Release: 3183rd Council meeting- Foreign Affairs*. [Em linha] Bruxelas: Consilium. Disponível em: http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/EN/foraff/131990.pdf, [Consult. 01 out. 2012].
- UE, 2012b. *Tenir les engagements de la nouvelle politique européenne de voisinage*. [Em linha] Bruxelas: European Commission. Disponível em: http://ec.europa.eu/world/enp/docs/2012_enp_pack/delivering_new_enp_fr.pdf, [Consult. 02 nov. 2012].
- UMA, 1989. *Traite Instituant L'Union du Maghreb Arabe*. [Em linha] Rabat: Maghreb-arabe. Disponível em: http://www.maghrebarabe.org/images/traité_de_marrakech.pdf, [Consult. 28 dez. 2012].

- UNDP, 2010a. *Egypt's Progress Towards Achieving: the Millennium development goals 2010*. [Em linha] Nova Iorque: UNDP. Disponível em: http://www.undp.org/content/dam/undp/library/MDG/english/MDG%20Country%20Reports/Egypt/2010%20MDGR_English_R5.pdf, [Consult. 29 set. 2012].
- UNDP, 2010b. *Rapport sur le développement humain 2010. La vraie richesse des nations: Les chemins du développement humain*. [Em linha] Nova Iorque: UNDP. Disponível em: http://www.undp.org/content/dam/undp/library/corporate/HDR/HDR_2010_FR_Complete_reprint.pdf, [Consult. 29 set. 2012].
- UNDP, 2014. *Human Development Reports*. [Em linha] Nova Iorque: UNDP. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2011/download/pt/>. [Consult. 21 mai. 2014].
- Vasconcelos, A, 1993. O Mediterrâneo e a Questão do Islamismo Radical. In: IDN, 1993. *Segurança no Mediterrâneo e no Médio Oriente*. Lisboa: IDN. Coleção Defesa Nacional. ISBN 972-9393-06-0. 41-51.
- Vasconcelos, A, ed. lit., 2011. *The Arab democratic wave: How the EU can seize the moment. Report n° 9*. Paris: EU Institute for Security Studies. Mar. de 2011. ISSN: 1830-0747.
- Vasconcelos, A, 2012. *As vozes da diferença. A vaga democrática árabe*. Lisboa: Editora Bizâncio. ISBN: 978-972-53-0512-6.
- Viana, VDR, 2003. O Conceito de Segurança Alargada e o Seu Impacto nas Missões e Organizações das Forças Armadas. *IAEM – Boletim: Formação Investigação e Doutrina*, n° 28, nov de 2003, 91-178.
- Visentini, PF, 2011. *Libia*. [Livro eletrónico] Brasília: Thesaurus Editora. Disponível em: www.funag.gov.br/biblioteca/, [Consult. 10 out. 2012].
- Villarejo, E, 2012. *España y Marruecos expulsan de la Isla de Tierra a los inmigrantes subsaarianos*. [Em linha] Madrid: ABC.es. Disponível em: <http://www.abc.es/20120903/espana/abci-acuerdo-madrid-rabat-isla-201209032143.html>, [Consult. 18 set. 2012].
- VoA, 2012. *União Africana levanta suspensão a regime golpista do Mali*. [Em linha] Washington DC: Voice Of America. Disponível em: <http://www.voportugues.com/content/mali-african-union/1533382.html>, [Consult. 02 nov. 2012].
- Wehrey, F, 2012. *The Wrath of Libya's Salafis*. [Em linha] Washington: Carnegie-Endowment for International Peace. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/2012/09/12/wrath-of-libya-s-salafis/dtaz>, [Consult. 03 out. 2012].

- Wolf, A, 2012. *Divided and Looking Where to Stand*. [Em linha] Washington: Carnegie-Endowment for International Peace. Disponível em: <http://www.carnegieendowment.org/2012/12/20/divided-and-looking-where-to-stand/evhz>, [Consult. 26 dez. 2012].
- Worldstudiesperلمان, 2010. *Al Andalus*. [Em linha], São Francisco: World Studies Islamic Empires Wiki!. Disponível em: <http://worldstudiesperلمان.wikispaces.com/Al+Andalus>, [Consult. 13 dez. 2012].
- Youssef, N, 2012. *Egypt's draft constitution translated*. [Em linha] Cairo: Egypt Independent. Disponível em: <http://www.egyptindependent.com/news/egypt-s-draft-constitution-translated>, [Consult. 26 dez. 2012].

Anexo 1 - Corpo de conceitos

Ameaça: *“Uma ameaça é o produto de uma possibilidade por uma intenção.”* (Couto, 1988, p. 172).

Ameaças à segurança internacional: *“Qualquer evento ou processo que conduza à morte em larga escala ou à diminuição das oportunidades de vida e prejudique os Estados enquanto unidades básicas do sistema internacional é uma ameaça à segurança internacional”* (ONU, 2004, p. 23).

Assimilação: *“Adaptação de um grupo social ou étnico- geralmente em minoria- a outro. Assimilação significa a adoção do idioma, tradições, valores e comportamento e inclusão de questões vitais fundamentais e a modificação dos sentimentos de origem. A assimilação vai mais além da aculturação.”* (OIM, 2006, p. 9).

Autocracia: *É o “[...] exercício do poder por um único detentor que não reconhece limitações, nem se considera responsável politicamente perante outro poder. Em geral, o autocrata é um governante divinizado [...] também pode fundamentar esse direito na revelação divina, nos méritos militares ou no privilégio do sangue [...] caracteriza-se pela existência de um detentor único do poder, cuja competência abarca as decisões políticas fundamentais e [...] a sua execução. [...] assume normalmente [...] o autoritarismo e o totalitarismo.”* (Sousa, 2008, pp. 21-22).

Autocracias liberalizadas: *“[...] caracterizam-se pela tolerância em relação à dissonância política e por serem não hegemónicas em termos de ideologias dominantes, uma vez que as suas elites governantes conseguem, através de malabarismos políticos, dominar as ideias concorrentes de modo a assegurar a continuidade do seu controlo como árbitros destes cenários políticos pluralísticos, controlo esse que eles não querem perder através de um processo de liberalização genuína.”* (Brumberg, 2002, cit. por Joffé, 2011b, p.92).

Autoritarismo: *É o “[...] regime político em que o poder se concentra numa pessoa ou num grupo, sem que se verifique qualquer tipo de controlo ou fiscalização [...] sendo manifesta a ausência de liberdade e competição políticas, o Estado não pretende ter o monopólio da intervenção na sociedade civil, mantendo a atividade privada, nomeadamente no plano económico [...] não significa a imposição de prática religiosa, nem a confusão entre as direções do*

Estado e da igreja [...] concentrando-se na figura do líder toda a ação política e de carácter público.” (Sousa, 2008, p. 22).

Comunidade epistémica: *“Uma comunidade epistémica é uma correia de transmissão através da qual o conhecimento é desenvolvido e transmitido aos decisores. No fundo, a comunidade epistémica representa um conjunto de agentes [políticos, intelectuais, jornalistas, etc.] que partilham as mesmas perceções, os mesmos princípios normativos, os mesmos princípios de validade, os mesmos conceitos e a mesma linguagem. Portanto, as comunidades epistémicas podem ser definidas como comunidades de pensamento. Estamos, portanto, situados a montante da ação política; estamos situados no ponto onde existe o poder para impor discursos normativos. Quando falamos em comunidade epistémica estamos no espaço onde se limam as lentes epistemológicas que filtram os factos e que, por isso, determinam a própria configuração da realidade política.*

Cf. HAAS, Peter M. – «When does power listen to truth? A policy constructivist approach to the policy process». In Journal of European Public Policy. Vol. 11, N.º 4, 2004; ANTONIADES, Andreas - «Epistemic communities, epistemes and construction of (world) politics». In Global Society. Vol. 17, N.º 1, 2003.” (Raposo, 2009, p.79).

Conflito armado: *“[...] existe quando se recorre a força armada entre Estados ou quando haja violência armada prolongada entre o Governo e grupos armados organizados ou entre vários grupos em um Estado.” (OIM, 2006, 12).*

Conflito de interesses: *“Em que pelo menos um dos atores lhe confere carácter de essencialidade, constituindo-se numa situação estratégica de risco, decorrente de um aumento da tensão, perturbador do normal fluir das relações entre atores, na qual passa a existir uma alta probabilidade de emprego da coação militar.” (IESM, 2011).*

Convulsões sociais: *São “[...] climas de agitação política e social, podendo, caso se perca o controlo do processo, causar graves desastres humanos de natureza social e contribuir para reduzir a estabilidade das instituições democráticas [...] A prevenção dos conflitos e das convulsões sociais exige uma política de desenvolvimento social e económico consequente, de carácter permanente e digna de crédito, por parte da sociedade civil.” (Defesa Civil do Brasil, 2009, p. 103).*

Cooperação Técnica: *“Ação de intercâmbio de informação e conhecimento sobre determinadas matérias, especialmente focada nas funções do sector público. Por exemplo, o desenvolvimento de leis e procedimentos; a assistência no desenho e implementação de infraestruturas e fortalecimento do desenvolvimento tecnológico.”* (OIM, 2006, p. 14).

Crise: *“Situação crítica resultante de uma ocorrência grave ou de um conflito de interesses na qual a Sociedade reconhece um perigo, um risco ou uma ameaça a Interesses vitais ou muito importantes.”* (IESM, 2011).

Democracia: *“Sistema político que permite aos cidadãos participar nas decisões políticas ou eleger representantes nos órgãos governamentais [...] A democracia é o regime político em que o poder se encontra limitado, em que a alternância no governo está eleitoralmente assegurada, em que os governados mantêm todos os seus direitos cívicos perante os governantes e em que a liberdade e a competitividade políticas estão presentes.”* (Sousa, 2008, p. 61).

Desafios: são propósitos ou realidades com que atores, estatais ou não estatais, se confrontam, em continuidade, exigindo-lhes linhas de ação, lógicas e estruturadas, enquadráveis nos planos político, psicológico, económico, social e militar, para lhes fazer frente ou explorá-las, podendo constituir-se como ameaças, riscos ou oportunidades.

Deslocados: *“[...] pessoas ou grupos de pessoas que se viram forçadas ou obrigadas a fugir ou deixar os seus lugares ou a sua residência habitual, particularmente como resultado ou para evitar os efeitos de um conflito armado, situação de violência generalizada, violação dos direitos humanos ou desastres naturais ou humanos e que não tenham atravessado uma fronteira de um Estado internacionalmente reconhecido.”* (ONU, 1998, p. 5).

Direitos humanos: São *“[...] as liberdades e benefícios hoje universalmente aceite que todos os seres humanos podem reivindicar como direitos na sociedade em que vivem. Estes direitos estão consagrados nos instrumentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e os Pactos Internacionais de Direitos Cívicos e Políticos e de Direitos Económicos, Sociais e Culturais, de 1966, desenvolvidos em outros tratados dessa natureza como, por exemplo, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, de 1979 e a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, de 1965.”* (OIM, 2006, p. 19).

Direitos humanos fundamentais: “No âmbito dos direitos humanos consagrados alguns revestem-se de particular importância. Isto responde à inevitabilidade de tais direitos. Assim, o artigo 4º (1) do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos de 1966 permite a revogação [desses direitos] " em situações excepcionais que põem em perigo a vida da nação", mas proíbe qualquer derrogação dos artigos 6º (direito à vida), 7º (tortura), 8º (1) e (2) (a escravidão e servidão), 11º (pena de prisão por violação de uma obrigação contratual), 15º (não retroatividade da lei criminal), 16º (o reconhecimento de sua personalidade jurídica) e 18º (liberdade de pensamento, consciência e religião). No entanto, a tendência é considerar que todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados de serem tratados de forma justa e equitativa ao mesmo nível e com a mesma ênfase.” (Ibidem).

Emigração: “[...] a emigração é a saída de indivíduos do país [...] Os fenômenos de emigração [...] estão sempre relacionados com as condições sociais dos locais nos quais se inserem e apresentam especificidades de acordo com estas condições. O emigrante é geralmente levado a deixar seu país por falta de condições que lhe permitam ascender socialmente e acaba se tornando o imigrante de algum outro país no qual ele deposita suas esperanças de melhoria de vida. Mas existem outras motivações que podem levar um cidadão a se tornar emigrante [...] Como os refugiados que abandonam seus países devido a conflitos civis, ou por causa de perseguições raciais/religiosas, ou ainda por causa de desastres naturais/ambientais.” (Faria, 2008). “Ato de sair de um Estado, a fim de se estabelecer em outro. As normas internacionais de direitos humanos estabelecem o direito de todas as saírem de qualquer país, inclusive o próprio. Apenas em determinadas circunstâncias, o Estado poderá impor restrições a esse direito. As proibições de saída de um país assentam, em geral, em mandatos judiciais.” (OIM, 2006, p. 23).

Estado: “[...] Nação politicamente organizada (muito embora a ideia de o Estado corresponder à nação seja muito mais um pressuposto do que uma realidade, já que são raros os casos em que se pode confirmar tal situação; pelo contrário, a maioria dos Estados –maxime europeus- são plurinacionais). Os Estados são constituídos por quatro elementos: território limitado por fronteiras, população; governo com autoridade plena e soberania nacional; e independência face ao exterior, reconhecida pelos Estados.” (Sousa, 2008, p. 77-78).

Estados vizinhos: Considera-se “vizinhos próximos” de um país, ou conjunto de países, agrupados por região ou por organizações internacionais, todos

os países ou conjunto de países similares, que partilhem fronteiras de continuidade terrestre ou marítima com aquele(s) outro(s).

Estratégia: É “[...] a ciência-arte que trata da preparação e utilização da coação para, apesar da hostilidade dos opositores, atingir os objetivos fixados pela entidade política.” (Barrento, 2010, p. 110).

Geoestratégia: “[...] Estudo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego de formas de coação, projeta o conhecimento geográfico na atividade estratégica [...] é o estudo dos fatores geográficos em função da decisão estratégica.” (Correia, P. P., 2012, pp. 238-239).

Geopolítica: “[...] Estudo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de dinâmica do poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade política... é o estudo dos fatores geográficos em função da decisão política.” (Ibidem).

Governabilidade – “[...] A governabilidade refere-se mais à dimensão estatal do exercício do poder [...]” (Gonçalves, 2006, p. 3). “[...] Diz respeito às “condições sistêmicas e institucionais sob as quais se dá o exercício do poder, tais como as características do sistema de intermediação de interesses”” (Santos, 1997, p.324 cit. por Gonçalves, 2006, p. 3). “[...] Se observadas as três dimensões envolvidas no conceito de governabilidade apresentadas por Diniz (1995, p.394): capacidade do governo para identificar problemas críticos e formular políticas adequadas ao seu enfrentamento; capacidade governamental de mobilizar meios e recursos necessários à execução dessas políticas, bem como à sua implementação; e capacidade liderança do Estado sem a qual as decisões tornam-se inócuas, ficam claros dois aspetos: a) governabilidade está situada no plano do Estado, b) representa um conjunto de atributos essencial ao exercício do governo, sem os quais nenhum poder será exercido [...]” (Gonçalves, 2006, p.3).

Governança – “No plano global, “diplomacia, negociação, construção de mecanismos de confiança mútua, resolução pacífica de conflitos e solução de controvérsias são meios disponíveis para chegarmos à casa comum de Governança Global.”” (Brigagão e Rodrigues, 1998, p.116 cit. por Gonçalves, 2006, p.6). “[...] Governança é a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns [...] Governança diz respeito não só a instituições e [a] regimes

formais autorizados a impor obediência, mas também a acordos informais que atendam aos interesses das pessoas e instituições [...] no plano global, a governança foi vista primeiramente com um conjunto de relações intergovernamentais, mas agora deve ser entendida de forma mais ampla, envolvendo organizações não-governamentais, (ONG), movimentos civis, empresas multinacionais e mercados de capitais globais. Com estes interagem os meios de comunicação de massa, que exercem hoje enorme influência [...]” (Comissão sobre Governança Global, 1996, p.2 cit. por Gonçalves, 2006, p.6). “[...] Fixamo-nos, portanto, na definição de governança como meio e processo capaz de produzir resultados eficazes, sem necessariamente a utilização expressa da coerção [...] com a participação e ação do Estado e dos sectores privados. É evidente, porém, que a dimensão não-estatal é o traço proeminente [...] governança tem a ver ao mesmo tempo com meios e processos quanto com resultados. A outra dimensão essencial na definição de governança diz respeito aos atores envolvidos em sua realização.” (Gonçalves, 2006, p.6).

Imigração: “[...] A imigração é o movimento de entrada de estrangeiros em um país de forma temporária ou permanente [...] De qualquer forma o imigrante enfrentará quase sempre as mesmas dificuldades de se estabelecer em um país de costumes diferentes dos seus e de língua desconhecida enfrentando, muitas vezes, a xenofobia, as restrições impostas aos estrangeiros pelas legislações, o trabalho escravo ou quando muito o subemprego [...]” (Faria, 2008). “Processo pelo qual, pessoas não nacionais entram num país com o fim de se estabelecer nele.” (OIM, 2006, p. 32).

Imigração de trânsito: “[...] deslocamentos de pessoas que entram no território nacional e podem permanecer durante várias semanas, meses ou até um ano para trabalhar e organizar a seguinte etapa de suas viagens, até que estejam em condições de continuar para o seguinte destino [...]” (Garcia, 2012, 4).

Integração: “Processo pelo qual os imigrantes, tanto individualmente como em grupo, são aceites em uma sociedade. Os requisitos particulares exigidos para a sua aceitação por uma sociedade variam de um país para o outro. A responsabilidade da integração não recai somente nos imigrantes, mas também no governo recetor, nas instituições e nas comunidades.” (OIM, 2006, p. 32-33).

Islamismo: “[...] como sinónimo de “ativismo islâmico” [é] a afirmação ativa e a promoção de crenças, preceitos, leis ou políticas, que são tidas como de carácter islâmico.” (ICG, 2005, p. 1).

Islamismo Radical: “[...] é uma mistura de nacionalismo extremo com uma ideologia absoluta, é no fundo, uma recusa das vozes dos homens para privilegiar a voz de Deus, num domínio onde a voz de Deus tem dificuldade em se fazer ouvir e entender [...] não sendo um movimento religioso mas político.” (Vasconcelos, 1993, p. 46).

Jihad: “Significa esforço, superação, luta, estando conotada com um objetivo digno (Reuven Firestone (1999). *Jihad: The Origin of Holy War in Islam*. Oxford: Oxford University Press, p. 16); pode expressar uma luta contra as inclinações maléficas internas ou um esforço por amor ao Islão e à comunidade islâmica, por exemplo, tentando converter descrentes ou trabalhar pela melhoria moral da sociedade (Rudolph Peters (1996). *Jihad in Classical and Modern Islam*. Princeton: Markus Wiener Publishers, p. 1). A Jihad é a única Guerra legal no Islão, devendo obedecer aos critérios estabelecidos pela lei islâmica e podendo servir para defender ou expandir o território do Islão (David Cook (2005). *Understanding Jihad*. Berkeley: University of California Press, p. 2).” (Costa et al., 2012, p. 176).

Liberalização: Esse conceito, “[...] num plano não democrático, pode implicar uma mistura de mudanças sociais e de políticas, tal como menos censura da imprensa, um pouco de mais espaço para a organização de atividades autônomas de grupos de trabalho, a introdução de algumas garantias legais para os indivíduos tal como habeas corpus, a libertação de prisioneiros políticos, o regresso de exilados, talvez medidas para melhorar a distribuição de recursos e o mais importante, o tolerar da oposição.” (Linz et al., 1996, p. 3).

Migração: “Movimento de população até a território, de um outro Estado ou dentro do mesmo [...] abarca todo o movimento de pessoas seja qual for o seu tamanho, a sua composição ou suas causas; inclui migração de refugiados, pessoas desprezadas, pessoas desagregadas, migrantes económicos.” (OIM, 2006, 38).

Migrante: “A nível internacional não há uma definição universalmente aceitável do termo “migrante”. Este termo abarca usualmente todo os casos em que a decisão de migrar é tomada livremente pela pessoa preocupada com as “razões de conveniência pessoais” e sem intervenção de fatores externos que a obriguem. Assim, este termo aplica-se às pessoas e aos seus familiares que vão a outro país ou região, com vista a melhorar as suas condições sociais e materiais e suas perspectivas e das duas famílias.” (OIM, 2006, 41).

Movimentos de Dissidência Política: São movimentos sociais que apontam para “[...] ruturas políticas que marcam o desacordo com relações de poder instituídas coletiva ou individualmente [...] são responsáveis por criarem ou recriarem formas de organização vinculadas às diversas tendências políticas. Essas ruturas ocorrem sob o foco de diferentes projetos políticos que propõem modos de reprodução social diferenciados e que pautam em objetivos distintos para o desenvolvimento da luta, conquista [...]” (Filho, 2010, pp. 43-44).

Movimentos Sociais: “[...] são [...] desafios coletivos à autoridade, que incarnam objetivos comuns. Tendem a ser o produto de sociedades em transição e são facilitados pelos fenómenos sociais que estas transições causam, como por exemplo a urbanização, a industrialização e a educação em massa [...] A liberalização também gera oportunidades para esses movimentos. Por vezes necessitam de acontecimentos catalíticos e formam-se em torno de lideranças. Podem refletir comportamentos criminalizados que são reflexos da anomia que contribui para a sua formação como reflexo das hostilidades oficiais que lhes é dirigida [...] [são] manifestações coletivas de desequilíbrio” (Joffé, 2011b, p. 96).

Ocorrência Grave: Situação “Que pode variar entre desastres e/ou acidentes naturais.” (IESM, 2011).

Organização Internacional: “[...] é uma estrutura de cooperação interestatal, uma associação de Estados soberanos perseguindo objetivos de interesse comum, através de organismos autónomos [...] distingue-se da conferência diplomática pelo seu carácter permanente, bem como pela existência de órgãos próprios, dotados de poderes específicos. O número e a estrutura desses órgãos variam consoante a importância da organização, o seu objetivo, bem como segundo a complexidade das suas tarefas. Apesar de composta pelos Estados, a organização tem uma existência independente daquele, uma vez que possui uma personalidade jurídica que lhe confere uma existência objetiva e uma vontade autónoma em relação aos seus membros.” (Sousa, 2008, p. 5).

Poder: “É a capacidade de alterar o comportamento alheio, tendo em vista a produção de resultados desejados.” (Nye, 2012, p. 28-29).

Revolução: “[...] A revolução projeta um novo futuro, ao mesmo tempo que rejeita e desvaloriza o passado. Em termos políticos, a rejeição do passado é acompanhada da promessa de instauração de novas relações de poder [...] nas sociedades modernas, a revolução ganha também o sentido da instauração da

transformação social. O conceito de revolução [...] passa deste modo do domínio político-jurídico limitado para o domínio social.” (Sousa, 2008, pp. 180-181).

Refugiado: Segundo o artigo 1º da Convenção Sobre o Estatuto dos Refugiados, de 1951, emendado pelo Protocolo de 1967, Refugiado é “[...] toda a pessoa que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontra-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer fazer uso da proteção desse país ou, não tendo uma nacionalidade e estando fora do país em que residia como resultado daqueles eventos, não pode ou, em razão daqueles temores, não quer regressar ao mesmo [...]” (ONU, 1954, p.1 e ONU, 1967, p.1).

Risco: “Probabilidade de consequências prejudiciais, ou perdas esperadas (mortes, lesões, propriedades, meios de subsistência, interrupção de atividade econômica ou danos no ambiente) resultante da interação entre os perigos naturais e humanos e condições de vulnerabilidade. Convencionalmente, o risco é expresso por $Risco = Ameaças \times Vulnerabilidade$. Algumas disciplinas também incluem o conceito de exposição para referir-se principalmente aos aspetos físicos da vulnerabilidade. Mas além de expressar uma possibilidade de dano físico, é crucial reconhecer que os riscos podem ser inerentes, aparecem ou existem dentro de sistemas sociais. É importante considerar os contextos sociais nos quais os riscos ocorrem, pois a população não necessariamente compartilha as mesmas percepções sobre o risco e suas causas subjacentes.” (ONU, 2004, p. 6).

Salafismo: “Derivando da palavra salaf- os companheiros devotos do Profeta Maomé-, o Salafismo designava o movimento reformador de tendência modernista que, no século XIX, defendia a combinação do regresso à pureza dos primeiros tempos do Islão com elementos selecionados da modernidade ocidental. Após a II Guerra Mundial, o Salafismo tornou-se mais conservador, acabando por se desenvolver em várias direções. Apesar de uma matriz intelectual comum, os Salafistas englobam uma gama variada de posicionamentos e estratégias e têm uma estrutura difusa em termos organizacionais. Baseando-se em interpretações literais das Escrituras, o Salafismo contemporâneo constitui uma tradição islâmica conservadora e hostil às inovações que corrompem o culto e são condenáveis pelo Islão. Esta corrente opõe-se quer a todas as formas de assimilação e ocidentalização, quer ao islão tradicional.” (Costa et al., 2012, p. 175).

Segurança: “[...] A segurança exprime a efectiva carência de perigo, quando não existem (ou foram removidas) as causas dele [...] é um estado instável, dependente não só de decisões próprias, mas também das decisões dos outros ou da confluência de circunstâncias variáveis [...]” (Couto, 1988, p. 38).

Segurança Externa: “Integrada na Segurança Nacional, diz respeito aos antagonismos e pressões de origem externa, de qualquer forma ou natureza, que se manifestam ou possam manifestar-se no domínio das relações internacionais.” (Viana, 2003, p. 163).

Segurança Interna: “Integrada na Segurança Nacional, diz respeito aos antagonismos ou pressões, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestam ou possam manifestar-se no âmbito interno do País.” (Ibidem).

Segurança Nacional: “É o grau relativo de garantia que, através de acções políticas, económicas, sociais, culturais, diplomáticas, psicológicas, ambientais e militares, o Estado proporciona, em determinada época, à Nação que jurisdiciona, para a consecução ou manutenção dos objectivos nacionais, a despeito dos antagonismos ou pressões existentes ou potenciais.” (Ibidem).

Seguridade: “[...] exprime a tranquilidade de espírito, nascida da confiança que se tem (ou da opinião em que se está) de que não há perigo [...]” (Couto, 1988, p. 38).

Situação Crítica: “De extrema gravidade que tem por fatores determinantes a surpresa e a incerteza, a necessidade e urgência de decisões e de acções imediatas e a aplicação dos meios adequados ao restabelecimento do estado inicial, ou da salvaguarda dos interesses em jogo.” (IESM, 2011).

Soberania: “Conceito de direito internacional com três grandes aspetos: Externo, interno e territorial. O aspeto externo da soberania é o direito do Estado para determinar livremente as suas relações com outros Estados ou outras entidades sem o controlo ou as restrições impostas por outros Estados. Este aspecto de soberania se conhece como independência. O aspeto interno da soberania é o direito ou competência exclusiva de um Estado para determinar o carácter de suas próprias instituições, para elaborar suas leis e assegurar o seu respeito. O aspeto territorial de soberania é a autoridade exclusiva que exerce um Estado sobre todas as pessoas e bens que estão sob ou sobre o seu território.” (OIM, 2006, p. 68).

Sistema Político Internacional: É “[...] um conjunto de centros independentes de decisões políticas que interatuam com uma certa frequência e regularidade.” (Couto, 1998, p. 10).

Subsidiariedade: “O princípio da subsidiariedade prossegue dois objectivos opostos. Por um lado, permite que a Comunidade intervenha, quando as medidas individualmente adoptadas pelos Estados-Membros não possibilitem uma solução cabal. Por outro lado, visa manter a competência dos Estados-Membros nos domínios que não podem ser melhor regidos por uma intervenção comunitária. A inclusão deste princípio nos Tratados europeus deverá permitir que as decisões comunitárias sejam adoptadas a um nível tão próximo quanto possível dos cidadãos [...] terão de estar preenchidas três condições para que a Comunidade intervenha, em aplicação do princípio da subsidiariedade:

- não deve estar em causa um domínio que seja da competência exclusiva da Comunidade;
- os objectivos da acção encarada não podem ser suficientemente realizados pelos Estados-Membros;
- por conseguinte, devido à dimensão ou aos efeitos da acção prevista, esta pode ser melhor realizada através de uma intervenção da Comunidade.” (Parlamento Europeu, 2001).

Terrorismo: “Uso ilegal ou a ameaça do uso ilegal da força ou da violência contra pessoas ou propriedades para coagir ou intimidar governos ou sociedades, a fim de conseguir objectivos políticos, religiosos ou ideológicos.” (NATO, 2012a, p. 2-T-5).

Totalitarismo: É o “[...] regime político em que o grupo que detém o poder pretende governar totalmente o país [...] ausência de qualquer tipo de liberdade [...] não há lugar para a autonomização de qualquer iniciativa fora do alcance ou controlo do Estado [...] não há lugar à iniciativa privada e, de um modo geral, a prática religiosa é proibida [...]” (Sousa, 2008, p. 210).

Traficante: “Intermediário que mobiliza pessoas com o fim de obter um benefício económico ou outro por meio do engano, da coerção e/ou outras forma de exploração. A intenção ab initio do traficante é a de explorar a pessoa objeto da acção e obter um benefício ou ganhar com essa exploração.” (OIM, 2006, p. 77).

Transição Democrática: “[...] processo de transição conducente à emergência de um regime democrático [...]” (Alcário, 2009, p. 2). “[...] uma transição

democrática está completa quando tiver sido alcançado um acordo julgado suficiente acerca de procedimentos políticos para produzir um governo eleito, quando o governo que alcança o poder é o resultado direto do voto livre e popular, quando este governo tem de facto a autoridade para gerar novas políticas e quando os poderes executivo, legislativo e judiciais gerados pela nova democracia não têm de partilhar o poder com outras instituições de jure.” (Linz et al., 1996, p. 3).

Xenofobia: *“Ódio, repugnância ou hostilidade contra os estrangeiros. No âmbito internacional não há uma definição aceitável de xenofobia, ainda que pode ser descrita como atitudes, prejuízos ou condutas que recaem, excluem e, muitas das vezes, depreciam outras pessoas, baseada nas condições de estrangeiro ou estranho à identidade da comunidade, à sociedade ou ao país. Há uma relação muito estreita entre racismo e xenofobia, termos de difícil separação.” (OIM, 2006, p. 81).*

Anexo 2 – Mapa de rotas de tráficos, de ocorrências terroristas e de áreas de influência com legenda em português.

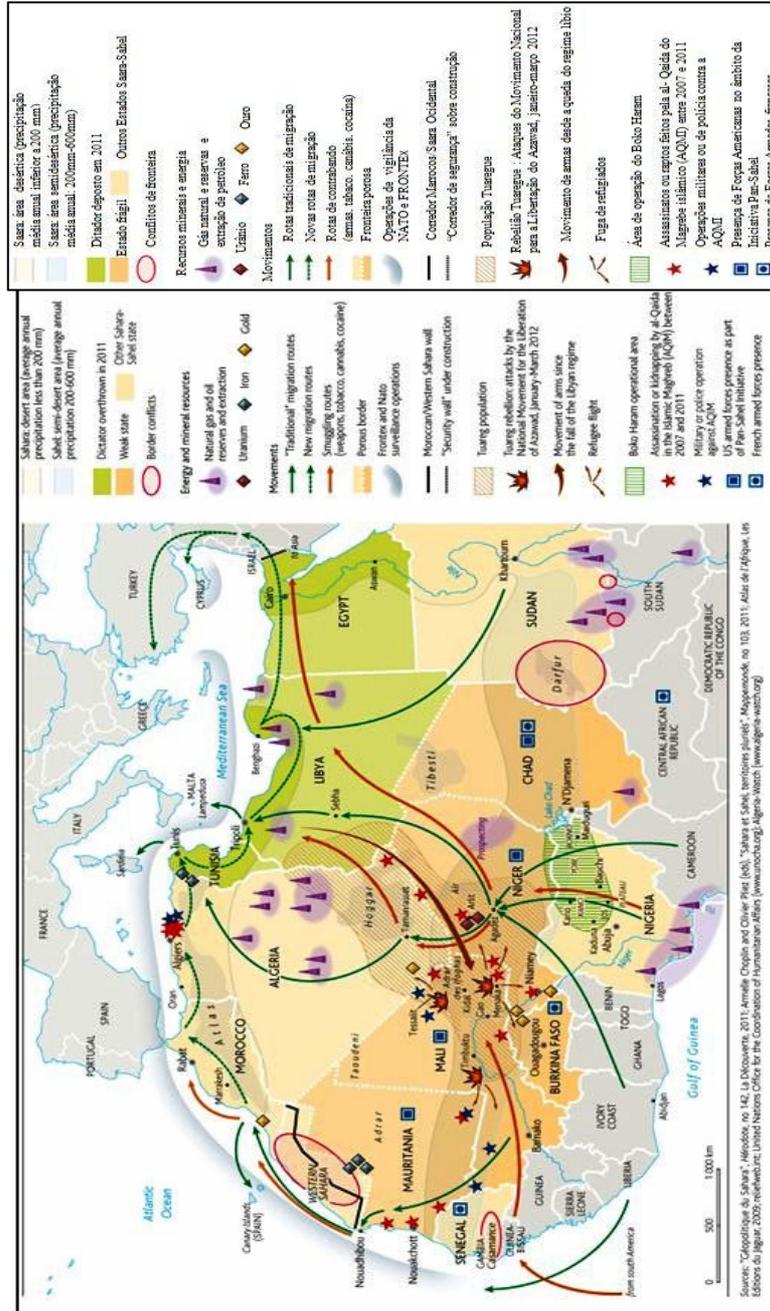


Figura 3 – Mapa de rotas de tráficos, de ocorrências terroristas e de áreas de influência
Fonte: (Rekacewicz, 2012).

Nota: tradução da responsabilidade do autor deste Trabalho de Investigação



Anexo 3 – Constituição dos programas indicativos nacionais

Neste anexo pretendemos discriminar, de forma sucinta, os subprogramas, ou eixos ou setores aos quais se aplicam os PIN. Há que referir que nem todos os documentos estruturantes desses PIN estão estruturados da mesma forma. De um modo geral, os programas estão apresentados por subprogramas. Porém, no caso da Tunísia, eles estão apresentados por eixos ou setores. Neste país, o programa de apoio ao setor da justiça não tem qualquer subprograma, eixo ou setor. Os subprogramas ou, no caso da Tunísia, os programas ainda definem indicadores, os quais não são aqui apresentados por restrição de espaço.

1. Marrocos (EC, 2010a, pp.11-30)
 - a. Desenvolvimento das políticas sociais
 - (1) Prevenção da habitação insalubre.
 - (2) Programa de desenvolvimento rural integrado no norte.
 - (3) Programa de apoio à cobertura médica, em continuação do um outro programa anteriormente lançado.
 - b. Modernização económica
 - (1) Programa complementar de sustentação à reforma agrícola.
 - c. Apoio institucional
 - (1) Programa «acesso ao estatuto avançado».
 - (2) Programa «modernização da ação pública».
 - d. Boa governação e direitos humanos
 - (1) Programa de apoio à reforma da justiça.
 - (2) Programa de promoção da igualdade homens/mulheres.
 - e. Proteção do ambiente
 - (1) Programa de integração dos *standards* ambientais nas atividade económicas.
 - (2) Programa de apoio à política florestal.
2. Argélia (EC, 2010b, pp.9-22)
 - a. Desenvolvimento durável e cultural
 - (1) Apoio à proteção do ambiente.
 - (2) Proteção e valorização do património cultural.
 - (3) Apoio ao desenvolvimento socioeconómico local.
 - b. Crescimento económico e de emprego
 - (1) Apoio à reforma do setor do transporte.
 - (2) Programa de acompanhamento do acordo de associação.
 - (3) Apoio à reforma da pesca e da aquacultura.
3. Líbia (EC, 2010c, pp.22-29)

- a. Melhoria da qualidade do capital humano
 - (1) Programa de suporte do setor da saúde.
 - b. Aumento da sustentabilidade do desenvolvimento económico e social
 - (1) Programa de integração no comércio mundial e de desenvolvimento das pequenas e médias empresas.
 - (2) Programa de suporte à implementação dos acordo-quadro.
 - c. Gestão da migração
4. Tunísia (EC, 2010d, pp.13-26)
- a. Apoio ao setor de emprego e proteção social
 - Este programa está assente nos seguintes eixos:
 - (1) Melhorar a eficiência e eficácia do mercado de trabalho ativo e modernizar os serviços públicos de emprego.
 - (2) Desenvolver uma política de proteção social e de flexibilidade de emprego.
 - (3) Adequação entre as políticas de educação e as de emprego.
 - (4) Promoção do emprego nos setores de forte valor acrescentado.
 - b. Programa de apoio à intervenção
 - Está assente nos seguintes eixos:
 - (1) Redução dos custos de transação e aprofundamento da integração comercial.
 - (2) Melhoria do ambiente de negócios.
 - (3) Melhoria de acesso ao financiamento.
 - c. Programa de apoio às empresas
 - Este programa será aplicado aos setores da indústria de manufatura, e aos setores dos serviços estratégicos para a exportação, nomeadamente aos da tecnologia de informação e da comunicação, aos serviços de saúde, dos transportes e da logística, aos serviços profissionais de aos serviços fornecidos às empresas. Pode ainda, abarcar o setor da agricultura.
 - d. Programa de apoio ao setor da justiça.
5. Egito (EC, 2010e, pp.8-26)
- a. Reforma das áreas da democracia, direitos humanos e justiça
 - (1) Apoio ao desenvolvimento político, à descentralização e promoção da boa governança.
 - (2) Promoção e proteção dos direitos humanos.
 - (3) Apoio à modernização da administração da justiça.
 - b. Competitividade e produtividade da economia
 - (1) Reforma do setor dos transportes.
 - (2) Reforma do setor de energia.
 - (3) Medidas de aprimoramento do comércio.

- c. Sustentabilidade do desenvolvimento e gestão dos recursos humanos e materiais
 - (1) Apoio à reforma da educação bem com à educação vocacional e técnica e treinamento.
 - (2) Reforma do setor da água.
 - (3) Apoio à gestão dos resíduos sólidos.
 - (4) Desenvolvimento às comunidades locais.